O time de Opinião está na página 4

Helio Bombardi — Perly (preso político) — Godofredo Silva — Marcelo Barbieri — Ignácio Hernandez

EM TEMPO:

SEMANARIO NACIONAL - ANO II - N.º 71 - Cr$ 15,00 - DE 5 A 12 DE JULHO DE 1979

PRESTES NA TV BRASILEIRA:

COMUNISTAS VOLTARÃO À LEGALIDADE

Nos últimos dias 2 e 3, pelas TVs Bandeirantes e Globo, o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luís Carlos Prestes, voltou a falar ao povo brasileiro, entrando pelo vídeo em milhões de lares, após 15 anos de completo afastamento. O que significa isto? Leia nas páginas 5, 6 , e 11: um balanço político da vida de Prestes e do PCB; os principais trechos da entrevista; uma cronologia da história do partido, de 1922 até hoje; e as opiniões de OSCAR NIEMEYER, HUGO ABREU, HENFIL, SOBRAL PINTO, SEBASTIÃO NERY, ALBERTO GOLDMAN, JOÃO SALDANHA e ALBERTO DINES.

HUGO BLANCO NO BRASIL

O líder do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e deputado na Assembléia Constituinte peruana, Hugo Blanco, e o líder do Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) e também deputado constituinte do mesmo país, Henrique Fernandes Chacon, estarão no Brasil a partir de 11 de julho. Em Porto Alegre, os dois líderes de esquerda debaterão sobre o tema "Constituinte, Liberdades Democráticas e Socialismo", no dia 11, às 20 hs., na Assembléia Legislativa, numa promoção do Setor Jovem do MDB. Em São Paulo, numa promoção do EM TEMPO, Hugo Blanco e Chacon discutirão sobre o mesmo tema no dia 12.

ENTREVISTA

OLP

Farid Sawan, o porta-voz oficial de Yasser Arafat no Brasil, fala com exclusividade ao EM TEMPO.

Página 16

Debate:

Claudin, o Estado, o Partido e a Revolução

Fernando Claudin, ex-militante do Partido Comunista Espanhol, autor do célebre livro "A Crise do Movimento Comunista Internacional". Não deixe de ler.

Página 14

E mais a cobertura Sindical-Operária-Popular

As greves dos motoristas em Minas e no Rio; a oposição sindical de Osasco; o movimento na Light; o Encontro Nacional Extraordinário dos Jornalistas; e a coluna "Piquetão".

Páginas 12 e 13

NICARÁGUA

A palavra de um dos membros do "Grupo dos 12". E uma rápida análise da conjuntura nicaraguense e das perspectivas para os sandinistas.

Página 15

Rio e Minas sem ônibus

A greve dos motoristas de ônibus que atingiu simultaneamente dois dos mais importantes centros do país, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, prosseguiu na quarta-feira, paralisando ou criando sérias dificuldades para o funcionamento normal das atividades. No Rio, cujo movimento se estendeu a Niterói e praticamente a toda a Baixada Fluminense (exceto Caxias, onde alguns ônibus circularam) não há um só ônibus nas ruas, aumentando em consequência disso a sobrecarga do já saturado sistema ferroviário suburbano. Além disso, a greve conta com a simpatia da maioria da população, apesar dos transtornos naturais que está provocando. Do mesmo modo, a ação repressiva da Polícia Militar, marcante no movimento de janeiro deste ano, quando os motoristas, trocadores e despachantes paralisaram pela primeira vez suas atividades, quase não foi notada, limitando-se ao policiamento ostensivo dos principais pontos das cidades.

Em Belo Horizonte, que começou o dia despertando com o ronco dos motores dos ônibus, o movimento paredista conseguiu se firmar no decorrer da manhã, já a partir das 9 horas, fundamentalmente através da ação espontânea dos motoristas inconformados com a adesão da Comissão Salarial aos termos da contraproposta patronal, na noite de terça-feira. Para eles, a proposta de salário-base de Cr$ 7 mil para os motoristas e Cr$ 2 600,00 para os cobradores, além de passe livre nos ônibus e folga semanal continuava insatisfatória. Daí, para a formação de piquetes e convocação de uma assembléia para às 10h30 foi um pulo, quando foi reafirmado o repúdio ao comportamento da Comissão de Salário, que tomou decisões por cima da categoria, e a resolução de prosseguir com a paralisação.

Mais motoristas na página 13

Suplemento Cultural n.º 3:

Universidade e poder

Jornalismo e greve

Ensaio fotográfico

GERAIS

Anistia restrita é repudiada

Foi realizado em Brasília, no último dia 29, um Ato Público pela libertação dos presos políticos de Itamaracá. As entidades presentes repudiaram a anistia parcial do regime, colocando a necessidade de se continuar a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Também em São Paulo os Comitês pela libertação dos presos políticos de Itamaracá realizaram um Ato Público no dia 2 de julho.

Na manifestação de Brasília foi lançada uma moção de repúdio a anistia restrita, onde as entidades afirmam:

"Considerando que: — a anistia acenada pelo regime não passa de mais uma tentativa de marcar os crimes contra os opositores da ditadura;

Considerando que: — esta anistia não desfaz todo o aparato repressivo montado para massacrar o povo brasileiro e impedir sua livre manifestação;

Considerando que: — anistia é uma conquista do movimento popular, dos trabalhadores, estudantes, camponeses, abrangendo melhores condições de vida, liberdade de organização sindical e política, direito de greve, melhores condições de ensino, terra a quem trabalha:

Nós presentes ao Ato Público pela libertação dos presos políticos de Itamaracá-PE, repudiamos a anistia parcial do governo e reafirmamos nossa luta por ANISTIA AMPLA GERAL E IRRESTRITA e pelo fim da ditadura militar.

Brasília, 29/06/79.

Salve-se quem puder

O novo alcaide de São Paulo, nomeado pelo ex-alcaide Maluf e referendado pelo ex-partido de oposição, MDB, não é nada mais nada menos do que sobrinho do Adhemar de Barros, cria do Estado Novo que deixou um nome a conservar.

Reynaldo (esse y!) de Barros prometeu imitar o seu tio só um pouco, porque ele fazia "muito oba-oba" e pouco serviço. E vai conservar alguns secretários atuais, o que sigfica, segundo ele, que "a obra de Olavo Setúbal vai ter continuidade" (o Banco Itaú deve continuar crescendo?).

Não sabemos o que o novo Barros entende por "serviço", mas se for o mesmo que entendia o seu tio, é melhor que faça também muito oba-oba e pouco serviço, porque ninguém aguenta mais sustentar esses políticos biônicos que proliferam às nossas custas e contra as nossas vontades.

Para não dizer que somos pessimistas, vimos com algum prazer a declaração de que ele não nomeará parentes para nenhum cargo (embora haja quem diga que é porque todos já estão ocupados pelos cabos eleitorais do Maluf). E diz que fará política, o que significa que não é tão arenista assim (a Arena é monolítica).

Enfim, por mais qualidades que possa ter o novo prefeito paulistano (não tamos afirmando nada), ele não tem motivo nenhum para ser acreditado: foi indicado pelo Maluf, e eleito indiretamente e de maneira suspeita. Pêsames ao povo de São Paulo, parabéns aos que o exploram e continuarão explorando. Salve-se quem puder. **(RVN)**

O homem da vassoura ataca outra vez

Jânio Quadros, que não conseguiu enganar por mais que sete meses o povo brasileiro, é favorável à anistia como foi redigida pelo governo. Ele acha que os "terroristas" têm mesmo que ficar de fora. Mas, se formos ver as responsabilidades pela situação a que o país chegou, o ex-presidente tem mais culpa no cartório do que qualquer pessoa que ele qualifica como terrorista. E nenhum :terrorista" pediu para o Jânio ficar de fora.

E tem mais: se Jânio não quer ser incluído na mesma anistia que os que praticaram ações armadas, para estes também, certamente não há nenhuma honra em ser anistiado juntamente com ele.

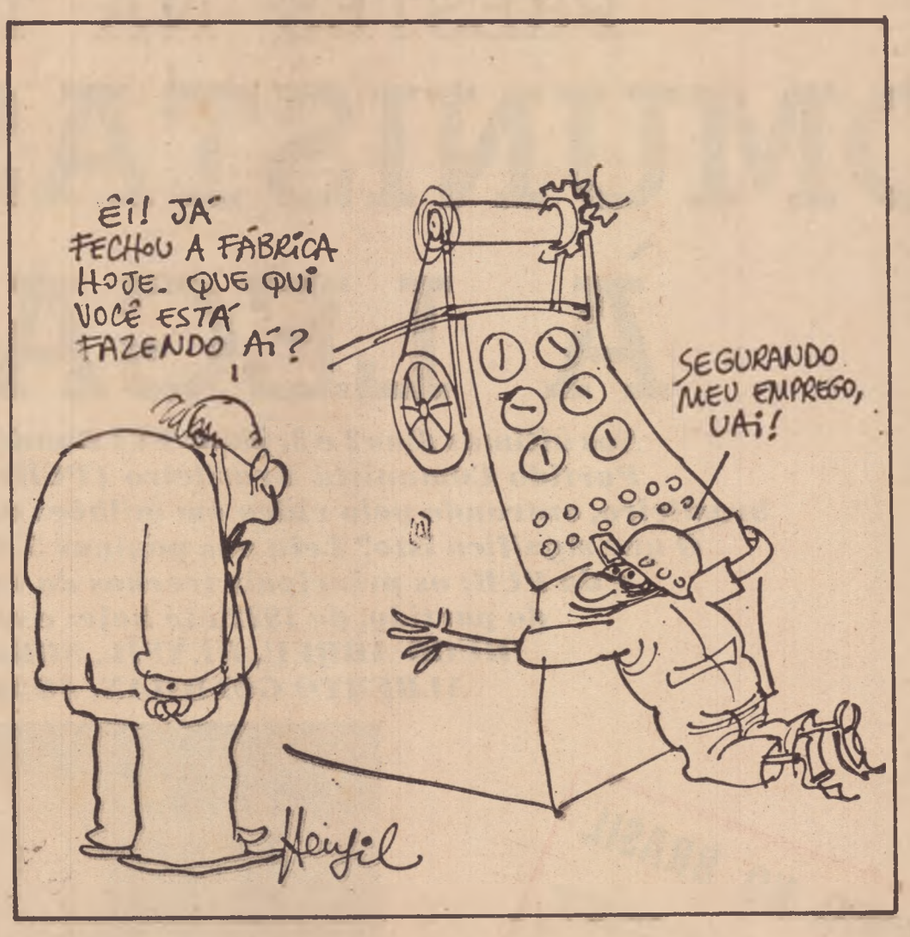
A anistia que o Jânio quer, para manter a coerência, ao invés de uma "esponja no passado", é mais uma vassourada muito mal dada. **(MS)**

Cana para os suicidadores

O "suicídio" de um servente de pedreiro numa cadeia do Rio de Janeiro não enganou ninguém. O próprio Figueiredo pediu ao Ministério da Justiça que apure o que aconteceu realmente. Se a apuração for séria mesmo, será uma coisa mais ou menos inédita nesses últimos tempos. E pode até acabar a onda de suicidarem o alheio nos cárceres.

Lembramos ao ministro da Justiça que existem mais alguns suicídos semelhantes por aqui, esperando apuração. Wladimir Herzog, Manoel Fiel Filho, Alexandre Vannuchi Leme e outros não saíram ainda da memória do povo.

Aproveitamos também para sugerir a alguns caras aí que, quando quiserem suicidar, suicidem a si próprios. Nós não temos nada com isso. **(RVN)**



Só resta a concordata

Três casos rumorosos de empresas em dificuldades na semana passada.

O governo acabou negando empréstimo ou aval para o Grupo Atalla, cujas dívidas se situam entre 7 e 10 bilhões de cruzeiros, a maior parte delas contraídas junto a instituições de crédito públicas. Atalla, em outros tempos, foi dos usineiros que mais obtiveram ajuda do governo. Agora terá de vender algumas de suas empresas ou pedir concordata.

A construtora Adolfo Lindenberg, especializada na construção de imóveis de luxo e mal afamada devido às ligações do seu proprietário com a TFP, requereu, dia 29, concordata preventiva. As dificuldades da empresa começaram, segundo ela alega, em 76, quando algumas modificações no esquema do Sistema Financeiro da Habitação disciplinaram e restringiram os financiamentos oficiais para o setor de construção civil, eliminando certas "facilidades".

Por fim, a Paoletti, empresa do setor de alimentos, também pediu na semana passada concordata preventiva. Com dívidas junto ao BNDE e BB, a Paoletti está sendo vendida a um outro grupo pelo BNDE, que passou a deter o controle acionário da empresa.

A mudança de atitude do governo nestes casos, sem dúvida, se deve às inúmeras denúncias que foram feitas dos escandalosos favores oficiais concedidos a empresas falidas. De qualquer modo, mais uma vez se constata a medida em que grandes negócios se alimentaram nas tetas fartas do crédito público a ponto de não se sustentarem sem ele.

(Afonso Borges)

Abertura

O Maluf está considerando como prejudiciais para a "abertura as denúncias de suborno para a eleição, por ele, do novo prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros.

É preciso explicar ao Maluf que a abertura que a gente está querendo é da situação política, e não dos cofres do estado para sair dinheiro ou do bolso dos deputados compráveis para entrar dinheiro.

Intercâmbio de biônicos

O novo governador biônico do Mato Grosso do Sul é nascido em Minas Gerais. Há mais dois biônicos mineiros desgovernando estados alheios: o do Espírito Santo (o péssimo Eurico Rezende) e, me parece, o do Acre. Minas é, então, o maior exportador de biônicos do país. E, como castigo, teve que importar um biônico piauiense, o sinóptico Francelino.

Como diz o velho ditado, quem com o ferro fere... **(RVN)**

Barba de molho

O ministro da Saúde revelou esta semana que estão sendo já testados alguns remédios contra o até agora incurável "mal de chagas". Sugerimos que as experiências sejam feitas no Rio de Janeiro: se acabar com o "mal de chagas" que aflige os cariocas, o negócio funciona mesmo. Barba de molho, Chagas Freitas. **(RVN)**

Continua a violência policial em Minas

Exigindo o fim da contínua violência dos carcereiros e melhores condições de vida carcerária os 340 presos do Centro de Triagem do DEIC-MG revoltaram-se na última sexta-feira (29/6) jogando suas marmitas, água e tudo quanto tivessem à mão nos policiais. A resposta das autoridades foi costumeira: em pouco tempo acorriam ao DEIC nada menos que 60 policiais fortemente armados com cassetetes, fuzis e metralhadoras. A revolta foi "prontamente debelada".

Mas nada mudou para os presos. Com suas instalações planejadas para 20 homens, as celas do DEIC chegam a abrigar 45 presos. Aí eles recebem todo tipo de maus tratos, nenhuma assistência médica (há um preso com cancro há um ano e meio) e são submetidos a um rígido regime disciplinar. Por exemplo: quem fizer barulho após às 22hs. leva a "água benta", jatos de água gelada vindos de potentes mangueiras.

Essa situação tem motivado frequentes reclamações dos prisioneiros, com a sucessiva remessa de cartas à Justiça. A resposta até agora tem vindo na forma da repressão violenta. Reformas, melhorias no prédio são sempre adiadas. A não ser a colocação de uma coberta, que evita a visão por quem está de fora do que ocorre lá dentro, nada foi feito. O que faz com que o próprio chefe do DEIC, delegado João Perfeito declarasse que "isto aqui é barril de pólvora e pronto a estourar a qualquer momento". E, como demonstraram os acontecimentos de sexta-feira, é um barril de pólvora, de estopim mais curto do que podem pensar as próprias autoridades. **(Ricardo Rabelo)**

REVISTA

Acaba de sair o n.o 5 e 6 da Revista Cine-Olho, com matérias de Júlio Bressane (um dossier de 8 artigos); os graffitis (por Jean Baudrillard); cinema conceitual, "Tudo Bem", "Coronel Delmiro Gouveia". Tem também uma matéria sobre a história da escultura de Flávio de Carvalho em homenagem a Garcia Lorca, depedrada pelo C.C.C. em 1967 e abandonada pela prefeitura de São Paulo em um depósito. A estátua foi restaurada e reinaugurada dia 24 de junho, no Museu de Arte de São Paulo, sendo, apesar dos protestos do crítico-burocrata Pietro Maria Bardi, diretor do museu, devolvida ao domínio público.

Os resultados da Assembléia-Geral do «EM TEMPO»

A Frente Jornalística responsável pela Editora Aparte-Jornal EM TEMPO realizou uma Assembléia-Geral no último dia 1.o, na sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) — São Paulo, contando com a participação — entre acionistas-trabalhadores presentes e representados por procurações (tipo "A") — de 131 companheiros de vários Estados. Diversos acionistas de tipo "B" — que não são trabalhadores da Editora, mas a apóiam — também enviaram procurações, delegando voto aos companheiros presentes.

A Assembléia-Geral discutiu a linha política da Frente Jornalística, as perspectivas editoriais do EM TEMPO e a situação administrativa da Editora Aparte. Para tanto, o plenário dividiu-se em comissões que estudaram os problemas e sistematizaram sugestões, depois debatidas e aprovadas na sessão final dos trabalhos. A plenária final elegeu, também, os integrantes do novo Conselho Editorial Administrativo da Editora (C.E.A.), que, por sua vez, se reuniu imediatamente após o término da Assembléia e, entre outras coisas, elegeu a nova diretoria (ver o Expediente no jornal).

Em termos de linha política, a Assembléia precisou algumas diretrizes, destacando a emergência do movimento operário e popular na conjuntura e a necessidade de o EM TEMPO se solidarizar e subsidiar os setores oposicionistas que hoje lutam pela organização partidária dos trabalhadores, como uma das formas de fazer frente às investidas institucionalizadoras que a ditadura está implementando de cima para baixo. O texto que formulará de modo preciso a linha política da Frente Jornalística será debatido e aprovado pelo novo CEA, dentro de um prazo máximo de um mês, por delegação da própria Assembléia-Geral.

Quanto às perspectivas editoriais, a Assembléia reafirmou de modo geral a linha adotada pelo EM TEMPO desde a Assembléia Extraordinária de março deste ano, registrando algumas críticas e aprovando orientações que aperfeiçoam a "receita editorial do semanário". Foi aprovada, por exemplo, a necessidade de uma maior cobertura político-institucional por parte do jornal e o reforço da seção sindical-operária-popular: Muita ênfase foi dada à continuidade da página de Opinião e também à seção Debate, entre outras.

Na área administrativa, reconhecendo as dificuldades vividas pela Editora e pelo conjunto da imprensa alternativa de oposição, a Assembléia traçou diretrizes que buscam criar novas fórmulas de diversificação das fontes de receita, principalmente daquelas que dependem do público-leitor. O plano orçamentário foi refeito, abrindo novas metas de equilíbrio para o final do ano.

Além dessas diretrizes, a Assembléia-Geral selou formalmente o retorno aos trabalhos da editora de significativo número de companheiros que se mantinham afastados desde a Assembléia Extraordinária de março, por terem divergido dos resultados da mesma.

EDITORA APARTE S/A.

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Antônio Hélder, Antônio Jorge, F. Pereira, Flávio Andrade, Flávio Aguiar, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Sérgio de Carvalho Alli, Tom Duarte, Marco Aurélio Garcia, Marcelo Beraba, Paulo Cavalcanti, Carlos Tibúrcio, Eder Sader (Conselheiro-Presidente).

Suplentes: Sandra Starling, Luci Ayala, Valmir Menezes, Marisa Araújo, Paulo Rodrigues.

DIRETORES: Flávio Andrade (Diretor-Presidente), José Luiz Nadai, Tom Duarte, Carlos Tibúrcio, Marco Aurélio Garcia.

JORNAL EM TEMPO:

Diretor-Responsável: Robinson Ayres
Secretário de Redação: Robinson Ayres
Editor Geral: Carlos Tibúrcio

EDITORIAIS: **Nacional:** Flaminio Fantini, Tibério Canuto, Antônio Espinosa, Jorge Baptista, Antonina Silveira, Carlos Savério, Antonio de Pádua Prado Jr., Fábio Munhoz, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Maria Moraes, Paulo Sérgio, Sérgio Alli, Elvira Oliveira, Jesus Varela, Wilson Prudente, Maria Cândida, Relton Fracalossi, Sebastião Santos Jr., Terezinha V. Ferreira, **Internacional:** Carlos Eduardo Matos, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Marineide Oliveira, Olgária Matos, Roberto Gbun, Virginia Pinheiro. **Suplemento Cultural:** Flávio Aguiar (Coordenador), Antônio Espinosa, Inimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Valderez Amorim. **Arte e Produção:** Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges, Diagramação: Sérgio Papi; Ilustração: Sian, Martinez, Cadinho, Cida, Beto Maringoni, Nilson e G.M.D.; Fotos Jesus Carlos e Ennio Brauns Filho; Revisão: Washington Magalhães e Vera. **Arquivo e Pesquisa:** Virginia Pinheiro e Elvira Oliveira.

SUCURSAIS: **Belo Horizonte:** (R. Bernardo Guimarães, 1884 - Tel.: 335-7773) Alberto Duarte (Chefe da Sucursal), Edgar da Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista (Redação); Mariza Araújo, Amarildo (Administração). **Porto Alegre:** (Av. Graça Aranha, 1407 - loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schimer, Letânia Menezes, Sosa (Redação). Adão Capa, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont (Administração), **Rio de Janeiro** (Praia de Botafogo, 316 - Sala 209) Beatriz Lorner, Paulo Cavalcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavinia, Adauto Novaes, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Carlos Alberto Bahia, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jorge Ricardo Gonçalves, Luiz Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis Orlando Guilhon Braga, Sérgio Sbragio. **Salvador** (Av. Joana Angélica, n.º 8 - 1.º andar - s/14) Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

ESCRITÓRIOS: **Recife:** Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, Fred Navarro, Márcio Tavares Eliane Veloso, Marina Lima, Mário Everaldo, Riva M. Nogueira, **Aracaju:** David Dantas Campinas: Rinaldo Barros, Maria Alice. **Fortaleza:** Fausto Aguiar, Gervásio de Paula, Rogério Araújo, Vivínio de Araújo. **João Pessoa:** Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos. **Natal:** Cícero Correia, Francisco de Assis, Cláudio. **Maceió** Régis Cavalcanti. **Campina Grande:** Jonas Araújo.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardino Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) - Telefone: 335-7773. Redação: Rua Matheus Grou, 57 - Pinheiros - (São Paulo) - CEP - 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Distribuidora (Rio - SP - BH - Brasília - Vitória): Superbancas Ltda. (Rua Ubaldino do Amaral, 42 - RJ) - Composto e Impresso nas oficinas do Grupo Impressor de São Paulo, Rua dos Italianos, 463 - Telefone: 221-6929.

GERAIS

A alegria da inflação

Os jovens trabalhadores que não conheceram a "baderna" de antes de 1964, que vivem hoje nessa terra de paz e trabalho (embora morem cada vez mais longe e em favelas cada vez piores, que o aluguel anda caro), podem saber que, para sua suprema felicidade, com seus Cr$ 2.250,00 de salário-mínimo (não descontado o INPS), poderão comprar agora — em qualquer supermercado — um quilo de carne mais ou menos de primeira por um preço que varia de Cr$ 74,00 a Cr$ 83,00. O aumento, a partir de segunda-feira passada, em São Paulo, foi de 25 a 28%. Isso só para os supermercados, porque nos açougues os preços não são tão controlados assim.

E para sua maior alegria, o leite tipo C também aumentou de Cr$ 6,10 para Cr$ 7,00, enquanto que vão retirar mais 33% da gordura que contém nele. Breve, poderemos tomar leite sem gordura nenhuma e por um preço muito mais elevado, o que dará muito lucro para os industriais e para os médicos que tratarão de seus filhos sub-nutridos, e muitos prejuízos para você (alguém tem que pagar, né?).

Finalmente, informamos que os limites do cinismo também foram amplamente dilatados, para o bem de alguns e infelicidade geral da nação. **(OF)**

O futuro sem Delfim e sem milagre

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Luiz Sande, declarou, na abertura do seminário internacional promovido pelo "Clube de Roma" (entidade que estuda o futuro da humanidade), no Rio de Janeiro, que o Brasil é um país viável. Tudo bem, então. E se ele achasse que o país é inviável, que faríamos? Suicídio coletivo ou devolução para Portugal?

Mas, mesmo considerando o país como viável, a própria palavra utilizada é bem modesta, ao contrário do que a gente ouvia antes ("país do futuro", "celeiro do mundo", etc.) o que prova que quem está no poder conseguiu piorar muito isso aqui. De esperança do mundo, ou coisa do gênero, acabamos no máximo como "viáveis".

Como dizia já o bem mais otimista Pero Vaz de Caminha, há quase quinhentos anos, "nesta terra, em se plantando, tudo dá". E deu mesmo. Na época da colônia plantaram a incompetência administrativa, a submissão ao imperialismo, e o negócio frutificou até o ponto de já se ter dúvida se o país é viável ou não. De uma coisa temos certeza: essa turminha que está aí até que é bem inviável. (RVN)

Pais e Filhos

A Folha de São Paulo trouxe, na semana passada, uma reportagem com um brasileiro que luta ao lado dos sandinistas, na Nicarágua. Clóvis Michels foi um dos jovens que ficaram sem saída na época do terror medicista e acabou achando a tal saída num sequestro de avião, indo para Cuba.

O pai de Clóvis, Lauro Michels, ex-prefeito de Diadema, parece não entender muito bem as coisas e confia na volta de seu filho (que é muito mais vivo e nem pensa nisso), confiando na anistia do Figueiredo que, como disse um monte de gente, se fosse em 1932 não teria anistiado nem o próprio pai, que pegou em armas contra a ditadura getulista.

Um pai equivocado, confiando num filho equivocado **(RVN)**

Canto Quieto

O canto quieto
E modo de amar
O canto fala
Sem outra vela
Que não a voz
A voz do não
Dos poetas errantes
Poetas da miséria
Na mesa da fartura
Poetas da brincadeira
No meio da coisa séria
Poetas do contra
No meio do sim senhor
Poetas democratas
Condenados à oligarquia
Da nossa poesia
Poetas de canto quieto
Do canto chão, do canto fato
Do canto pão, do canto trapo
Quieto no meu canto
Refaço o canto repleto
Da quietude do canto
Procuro no falatório
As vozes quietas, caladas
Para afinar meu canto
Para cavar o chão
Do próprio canto
Para plantar o grão
Em qualquer canto
Para colher a espiga
Em todo canto
Para dizer bem claro
Que canto quieto
Neste país declarado
Em estádio de sítio
Aquieto o canto
Porque acalanto
De longe, o quieto
Batalhador da aurora
Aquele que traz
Na mão calosa
A ferramenta da confraria
E tira do corpo
O pão nosso
De cada dia

Flávio Aguiar

Faça sua opção:

VOCÊ QUER QUE O SKYLAB CAIA:

1 — Na Casa Branca (sede do governo americano);

2 — No Palácio dos Bandeirantes, durante uma reunião de Maluf com os adesistas do MDB;

3 — Na Usina de Angra dos Reis;

4 — Na cabeça do Francelino;

5 — Na NASA (agência espacial norte-americana que pôs o Skylab lá em cima);

6 — Na cabeça do Somoza;

7 — Numa reunião do PTB da Ivete Vargas;

8 — No Chagas Freitas, quando ele estiver reunido com Magalhães Pinto, Tancredo, Ademar de Barros Filho e outras figurinhas não menos difíceis, para a fundação do Partido Democrático (!?);

9 — No Pinochet, que apesar de ofuscado por Somoza continua o mesmo.

Recorte e envie sua opção à vítima de sua preferência, para ela saber o que você acha dela. Se o Skylab não colaborar, reze para algum meteoro ou qualquer coisa semelhante. Não é conselhável ir lá pessoalmente, dar uma skylabada na cabeça de seu desafeto: a anistia está mais pra eles do que pra nós. **(RVN)**

Maluf Babá e os 23 Adesistas

São Paulo tinha oito traidores de nível municipal — os vereadores do MDB que votaram a favor do aumento muito mixo concedido aos funcionários públicos. A eles se juntam agora 23 traidores de nível estadual, que se submeteram aos ARGUMENTOS de Maluf e votaram a favor do novo prefeito biônico, Reynaldo de Barros.

Judas cobrava 30 moedas, os emedebistas traidores não sabemos. Esperamos, no entanto, que nas próximas eleições não peçam votos como "oposição" e sim como malufistas, bionicistas, safadistas ou qualquer coisa do gênero. **(RVN)**

O governador e a colonização do Paraguai

Stroessner, ditador do Paraguai, vai ter um encontro em Assunção com o governador de São Paulo, Maluf, a revelação da Redentora.

O interessante é que Maluf nem vai transferir o cargo para o vice-governador, pelo período que permanecer fora. A dominação está tão grande no país vizinho que talvez Maluf considere sua ida lá como uma viagem ao interior e não ao exterior.

De qualquer forma, vai ser um encontro pra Somoza nenhum botar defeito. **(M.S.)**

O enterro do Somoza

Mil pessoas ajudaram a enterrar o ditador Somoza no centro de Porto Alegre, na quinta-feira passada, no chamado "Funeral Simbólico de Somoza". Até o cônsul honorário da Nicarágua, Ernani Pereira Botti, apoiou o fato, afirmando: "Eu me congratulo com esta solidariedade a um povo que está lutando contra um regime que quer se manter no poder pela força".

O cortejo fúnebre saiu da Praça da Matriz, em frente da Assembléia Legislativa, e de lá os manifestantes seguiram até a rua Uruguai, em frente a representação comercial da Nicarágua, carregando o caixão negro onde estava colocado um boneco coberto com uma bandeira norte-americana com inscrições de várias empresas multinacionais.

Em frente à representação comercial, os manifestantes baixaram o caixão e os membros da coordenação do ato explicaram a necessidade da sustentação da luta que está sendo levada pelo povo nicaraguense contra Somoza.

O encerramento do ato contou com os gritos de várias palavras de ordem, entre elas a de que "América Latina unida, jamais será vencida" e com o pisoteamento do boneco de Somoza.

MDB gaúcho com ar de polícia

Em sua volta de Brasília, o deputado Romildo Bolzan, secretário regional do MDB no Rio Grande do Sul, comentou o documento final da reunião do Diretório Nacional, afirmando que "o MDB não pode pura e simplesmente retomar a bandeira da Constituinte, mas ao lado disto formular um projeto de ação programática, porque a partir de agora o MDB poderá ser Governo". Isso depois do projeto de anistia, que "obriga a adotar novas táticas, e a uma modificação política partidária do País", através de uma definição clara da "problemática social e econômica e escolhendo caminhos para a sua solução".

Essas palavras devem soar docemente nos ouvidos dos moradores do Passo Da Figueira, vila localizada no município de Alvorada, no Rio Grande do Sul. Lá a Câmara de Vereadores resolveu investigar quem lançou e por que foi lançada uma nota de apoio ao presidente do Centro Comunitário Piratini, Getúlio de Souza da vila. E para isso a Câmara criou uma Comissão de Sindicância, que investigará as pessoas envolvidas no "documento considerado difamatório à pessoas de Membros da Câmara de Vereadores.

O caso é o seguinte: os moradores do Passo da Figueira há meses vem reivindicando às autoridades municipais o atendimento de necessidades básicas para a vila como água, luz, esgotos, sem que o prefeito e a Câmara dêem a mínima. Segundo os moradores, o prefeito até agora não fez nada.

Porém o que mais espanta é que tanto o prefeito, Marne Feijó, como os vereadores, são do MDB. Ao invés da bancada do MDB ficar a favor dos moradores, ela, ao contrário, forma uma Comissão de Sindicância para saber a troco de quê se lançou uma nota de apoio ao líder Getúlio de Souza.

O primeiro intimado pela Comissão e principal acusado foi Jesus Lages dos Santos, por ter batido o manifesto de apoio.

Flávio Alcarz vai ser julgado

Flávio Alcarz Gomes, famoso jornalista nos tempos do governo Médici, pode ir à júri popular nos primeiros dias de julho. A informação é do juiz Clacindo Favretto da Vara do Júri, que decidiu marcar a data do julgamento.

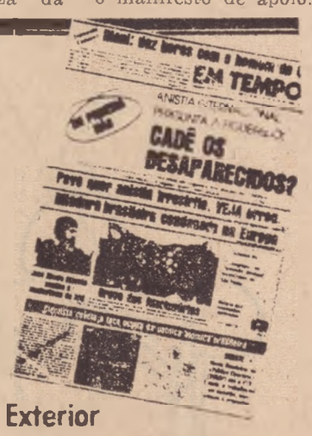
O jornalista assassinou, com uma espingarda de caça calibre 12 e cano serrado, a estudante universitária Maria José Alberton da Silva e ainda ameaçou o médico Paulo Eduardo Peixoto, em frente de sua casa. Isso a 11 de abril de 1976.

São três anos de controvérsias, adiamentos de audiências e especulações, pois não é assim no mais que se acusa um defensor do "Brasil prá-frente" do início dos anos 70. Tanto é assim que a imprensa gaúcha se utiliza de sutilezas para se referir ao caso.

Assine EM TEMPO:

Nome ..... Profissão .....
Idade ..... Endereço .....
Bairro ..... Fone ..... Cidade .....
Estado ..... CEP ..... End. Comercial .....
Horário ..... Fone ..... Estou enviando o cheque nº .....
do Banco ..... em nome da Editora. Aparte S/A
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte MG. CEP 30.000. Em São Paulo, Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo - (SP) CEP 05415, fone 853-6680

Anual: Cr$ 600,00
Semestral: Cr$ 350,00



Exterior
Anual: US$ 90,00
Semestral: US$ 50,00

Contra a carestia

Vai ser em Belo Horizonte, nos próximos dias 7 e 8 de julho, o próximo Encontro Nacional do Movimento do Custo de Vida. Criado a partir de iniciativas em 73, o movimento cresceu. Hoje existem núcleos organizados nos Estados do Rio, Goiás, Rio Grande do Sul, Pará, Pernambuco etc. Em Minas, o Movimento começou a se organizar este ano e rapidamente se expandiu: cerca de 15 grupos de bairros de periferia de Belo Horizonte já confirmaram sua participação no Encontro. E não é prá menos: no ano passado o índice de custo de vida em Belo Horizonte foi de 52%, o mais alto do país.

No II Encontro, além do relato e troca de experiência entre os estados será discutida a preparação da data nacional Contra a Carestia. Nesta data, marcada para 27 de agosto, haverá a entrega do abaixo assinado para o governo. Mas com uma inovação: se fará também o boicote de um determinado produto. Os núcleos de cada Estado escolherão um produto e desenvolverão uma ampla campanha para que ninguém compre o produto escolhido.

OPINIÃO

OPINIÃO é uma seção aberta a um vasto conjunto de lideranças oposicionistas que se situam ao lado dos trabalhadores na luta pelas liberdades democráticas. Sindicalistas, tanto de situação como de oposição, parlamentares, intelectuais, estudantes e representantes de outros setores estão aqui, toda semana, em rodízio, debatendo temas importantes para as oposições.

ignácio hernandez

O PT deve nascer já como um movimento

O Partido dos Trabalhadores se constitui em alternativa real de participação da classe trabalhadora na política partidária. Como pode o trabalhador participar do MDB que concilia com a ditadura, ou de um futuro PTB que carrega uma tradição de substituir e manobrar os trabalhadores? Isto não quer dizer que, como tática, os trabalhadores não devem participar do MDB no momento atual em que não existe outra alternativa.

Penso que o PT deva nascer em primeiro lugar como **movimento**, com a preocupação de mobilizar e organizar a classe trabalhadora antes de se preocupar com conchavos com grupos, processos burocráticos e a própria legalização.

O movimento pelo PT como **instrumento de luta e organização** procurará formar o partido nas suas bases mais naturais. Por isso é urgente ir propagando a formação de comitês nas fábricas, bairros e sindicatos com objetivos econômicos e políticos. O programa ainda como ante-projeto começa a ser posto em prática. É a luta operária que une os trabalhadores, que carrega a consciência de classe, que vai formando o partido. O PT não sairá dos escritórios dos sindicalistas mas do trabalho nas fábricas, bairros e sindicatos. Isto não quer dizer excluir os sindicalistas: é integrar os trabalhadores até acabar a dicotomia sindicalista-operário para considerar no partido unicamente trabalhadores.

O movimento pelo PT é instrumento de luta e ao mesmo tempo **movimento educativo** da classe operária. Educativo na luta e também na teoria. O operário é mantido pelo governo na ignorância com escolas de baixo rendimento, sem meios normais para a formação intelectual e obrigado a largar os estudos ainda adolescente para integrar a massa que produz a riqueza no país. O movimento pelo PT deverá encarar seriamente o problema da educação política, econômica e ideológica dos trabalhadores. Se não fizer isto, o controle do partido fugirá imediatamente para os intelectuas, profissionais liberais e pequena-burguesia.

Um instrumento para a educação ideológica

É este movimento que vejo como mais importante e necessário, movimento que venha a amadurecer o programa e a organização do partido. Então sim, se poderá colocar em prática a formalização do partido, a promulgação do programa já debatido e posto em prática pelos trabalhadores.

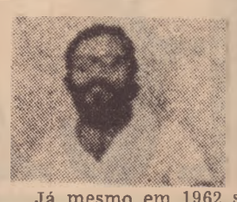
O programa em fase de estruturação até a formação do Partido será instrumento de inspiração na luta e na educação dos trabalhadores. É o programa que dividirá as classes, já em si divididas, que confrontará a sociedade. O PT será aberto a todos os que se coloquem na luta contra o capitalismo, por uma transformação socialista e por isso mesmo o PT estará fechado aos patrões e à burguesia enquanto classe pois estes jamais aderirão a um programa que acabe com a propriedade dos meios de produção, que proclame a autogestão das empresas pelos próprios operários etc.

O PT está em debate, debate que se desenvolve mais no meio pequeno-burguês do que entre os trabalhadores. Está passando a hora dos sindicalistas que lançaram a idéia levá-la às bases como falam. Se continuar neste ritmo nascerá um partido viciado como qualquer outro no Brasil. Sairá já com um programa "amadurecido" por poucos sem a participação dos trabalhadores. Sairá ligado ao sindicalismo em grande parte pelego com seu interesse de conciliação de classes ou quando menos atrelado com suas limitações.

O PT não será a solução de todos os problemas operários, será o partido de massas possível na atual conjuntura. Não é preciso libertar os sindicatos, organizar as bases para então começar a pensar em partido dos trabalhadores. É o movimento político pelo PT que elevará a consciência de classe do trabalhador, contribuirá para a autonomia dos sindicatos e a organização operária, a condição de que não coloque a burocracia, a legalização e os conchavos na frente do movimento de base pelo partido. Pois é do barulho, do suor e da agitação na fábrica, dos bairros poluídos pelas indústrias e dos sindicatos ocupados pelos trabalhadores, que surgirá o partido dos trabalhadores.

Ignácio Hernandez é membro da Oposição Sindical Metalúrgica de Belo Horizonte e Contagem.

perly cipriano



Porque entramos na luta armada

Já mesmo em 1962 se levantava no Brasil a questão da luta armada como possibilidade. Em 62 e 63 alguns grupos das Ligas Camponesas já falavam do problema, sob influência da revolução cubana. Depois do golpe de 64 houve uma série de esboços de reação, de preparação da luta armada. Inclusive antes do golpe houve o levante dos sargentos em Brasília.

Mais tarde vem Caparaó com a frustrada tentativa de guerrilha. As visões mais reformistas sofreram uma crise muito grande depois do golpe e os setores que se opunham ao reformismo buscavam uma alternativa que no entanto ainda não tinham muito claro. Caparaó foi um exemplo e que serviu para agregar vários setores.

Enquanto isso, dentro do Partido Comunista começou a se travar uma luta interna, onde um dos divisores de água era a questão da luta armada. A ditadura não iria cair sem uma resistência armada, era o que muito se discutia na época. Por então, ainda não havia nada de debraysmo. E, embora Caparaó tivesse uma ligação com o brizolismo, dentro das organizações e partidos de esquerda nesta mesma época já se buscava uma solução alternativa que não fosse o caminho pacífico.

Quando o debraysmo chegou, o conjunto de idéias já etsava praticamente formulado, ele foi apenas uma simplicação do que já existia.

O não amadurecimento de uma discussão mais aprofundada sobre a nossa realidade, de sua formação social — e até hoje parece que isto ainda não foi feito — serviu para que estas idéias simplistas juntadas ao desejo de combater o reformismo, desembocassem na luta armada.

E na realidade acabamos não fazendo realmente uma critica ao reformismo no sentido preciso do termo. Apenas fizemos uma opção pela luta armada, mas não colocamos uma alternativa à visão reformista, para as massas, uma visão revolucionária mais consequente. Não fomos capazes disto.

ERRAMOS NA CRITICA AO REFORMISMO

Mas o fato de termos errado não significa que os reformistas estavam corretos.

Em certo sentido, o fundamental foi que confundimos um certo ascenso que se dava no movimento da pequena burguesia urbana, fundamentalmente estudantil, um certo desespero deste setor, com as perspectivas mais amplas de uma luta prolongada. Embora se falasse também dos setores operários e camponeses incorporados nesta luta, era muito simbólico, fundamentalmente contava-se com a pequena burguesia.

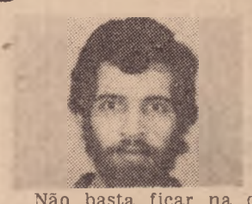
A alternativa que ofereciamos para as massas era entrar na luta armada. Não tínhamos uma análise de classe correta, uma visão da correlação de forças dentro da sociedade, não víamos o nível de mobilização e organização das diversas classes, não avaliavamos corretamente a força da esquerda.

A influência que a esquerda teve e ainda hoje tem, no Brasil é bastante pequena em relação às grandes massas. Vemos hoje que as lutas que estão sendo travadas, quer queiramos ou não, ruins ou não, não estão sob grande influência das decisões da esquerda. Ela não conduz o processo político. Também naquela época não foi.

Levantamos contra o reformismo, mas não demos uma alternativa correta. Enfim, a critica ao reformismo continua de pé, em termos de uma proposta de incorporação das massas a esta luta. Mas ainda não resolvemos esta questão.

Perly Cipriano é preso politico no Rio de Janeiro desde 1970 condenado sob acusação de participação na Aliança Libertadora Nacional — ALN.

godofredo da silva pinto



Não basta criticar os atuais partidos

Não basta ficar na critica aos partidos existentes. Há que colocar uma alternativa ao nível institucional parlamentar que seja um complemento às lutas que hoje estão sendo travadas nas bases. Pois estas lutas de massa estão carecendo de um complemento a nível institucional.

Para tanto precisamos de um partido de trabalhadores, de caráter democrático e numa perspectiva socialista. Um partido que além de estar a serviço das lutas atuais também aponte, perspectiva socializantes para avançar do atual economicismo, do mero âmbito sindical.

Este partido deverá ser democrático para, com base no seu programa mínimo, a partir daí, permitir a formação de tendências e alas divergentes. Um partido de frente portanto, que pudesse abrigar todas as correntes existentes no interior da classe trabalhadora. Dele estariam excluídos apenas os patrões e representantes patronais.

Um partido de composição social ampla, incluindo não apenas operários, mas também professores, médicos, profissionais liberais, estudantes, assalariados em geral.

Não somente os professores sentiram a omissão e falta por parte dos partidos atuais como também em todos os movimentos grevistas que têm ocorrido esta é uma constante.

Que socialismo este partido iria defender? Esta é uma questão que passará por uma definição na sua luta interna entre as diversas correntes e visões que disputarão a direção política dentro do partido.

A classe trabalhadora nunca, nem antes mesmo de 1964, teve uma representação política ideal. Nem mesmo o PTB era um partido da classe trabalhadora. Era um partido que atrelava a classe ao populismo que ficou provado como uma falsa perspectiva histórica.

E não devemos postular que primeiro a classe deve ganhar independência sindical para depois reivindicar sua independência política. Inclusive esta organização política deverá estar a serviço da independência sindical, por exemplo a nível parlamentar, lutando, defendendo e votando uma nova legislação sindical.

Godofredo da Silva Pinto é dirigente da Sociedade Estadual dos Professores (SEP), do Rio de Janeiro

hélio bombardi

Unificar as lutas fortalecendo as interfábricas

As lutas operárias do segundo semestre já começam a movimentar as várias categorias; metalúrgicos, têxteis, gráficos, bancários e outros.

Sabemos que esse próximo período vai exigir de todos os trabalhadores, instrumentos capazes de fazer frente à organização e intransigência dos patrões. Sabemos também da dureza das lutas e da disposição tanto por parte dos patrões como dos pelegos, seus aliados, em esvaziar as lutas e tentar desmoralizar as greves.

É preciso portanto que todos os trabalhadores saibam avaliar os acertos e êrros das lutas anteriores e, a partir desta análise, avançar na união e organização da classe.

Outro aspecto que também preocupa é perceber quais são as melhores maneiras de participação, para que os operários se organizem em todos os locais onde existam trabalhadores; quer seja nas fábricas e empresas, através dos grupos de fábrica e das comissões, quer seja no sindicato, e ainda unindo-se com os movimentos populares nas associações de moradores nos bairros, movimento do custo de vida etc., no sentido de fortalecer e contribuir nas lutas, como já aconteceu nas lutas de novembro em São Paulo e de maio no ABC, quando a população teve um papel importante na arrecadação do Fundo de Greve, nos piquetes para parar os ônibus etc.

Dentro disso uma forma de organização que começa a ganhar cada dia mais expressão são as interfábricas. Reunindo operários de uma mesma região industrial, as interfábricas dão condições para que uma parcela cada vez maior de trabalhadores discutam os seus problemas e busquem as soluções.

A luta da interfábricas é desde a luta por vestiários, banheiros, restaurantes, equipamentos de trabalho, até problemas mais gerais como: aumentos salariais, melhores condições de trabalho, rotatividade de mão de obra, acidentes de trabalho e avançam na discussão sobre formas de organização que queremos, tanto na fábrica quanto no sindicato.

Quebrar o isolamento das lutas

As reuniões interfábricas até aqui realizadas pelas oposições têm se mostrado muito boas. As trocas de experiências entre companheiros de várias fábricas têm ajudado a quebrar o isolamento das lutas especificas e avançar na união das diversas fábricas e empresas.

Outra coisa importante e que faz com que os operários percebam cada vez mais que os seus problemas são também problemas de companheiros de outras fábricas e de outras categorias.

Em outras cidades brasileiras como Recife, Vitória, Curitiba, Fortaleza etc., onde a rotatividade não é só de fábricas da mesma categoria, mas onde o trabalhador no ano passado estava na indústria textil, hoje é metalúrgico e amanhã pode ser que trabalhe na construção civil, a interfábrica ajuda a que os trabalhadores tenham sempre uma referência e um local para discutir os seus problemas e encaminhar as suas lutas, independente de qual categoria estejam ligados naquele momento.

Ainda que fracas, já começam a aparecer em várias regiões, interfabricas, reunindo diferentes categorias e unificando concretamente as lutas pela base.

Em São Paulo, promovidas pela Oposição Sindical Metalúrgica, essas reuniões já começam a contar com a participação de metalúrgicos, têxteis, químicos, gráficos, construção civil, motoristas.

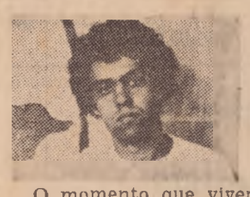
A interfábrica ainda que pequena hoje, tendo em vista as necessidades da classe, pode se fortalecer cada vez mais com uma unidade entre as Oposições Sindicais e as direções sindicais autênticas.

Essa unidade na prática daria condições para a discussão nas bases do Contrato Coletivo de Trabalho, da Unificação das Datas Base, da discussão sobre a CLT ou um Código de Trabalho e o começo de discussão sobre uma futura Central Unitária dos Trabalhadores, já que estaria promovendo reuniões entre as várias categorias juntas.

Outro aspecto importante é que começaria a quebrar na prática, através da interfábrica, reunindo todos os trabalhadores de todas as categorias de uma mesma região, por exemplo Santo Amaro, a estrutura sindical verticalista e fascista que temos, e caminhando na direção de um sindicato independente dos patrões e governo, autônomo em relação aos partidos, e democrático com a participação de todos os trabalhadores.

Hélio Bomardi é membro da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo

marcelo barbieri



As oposições diante do projeto Figueiredo

O momento que vivemos se mostra particularmente decisivo para os rumos da transformação social no país.

A crise política e principalmente econômica coloca fatos novos, e estes fatos são gerados, neste momento, pelo movimento popular de um lado e as respostas da ditadura de outro.

O Governo do Gen. Figueiredo sem dúvida **ESTÁ TENTANDO** se afirmar com uma imagem liberal-populista que vai desde a mudança do seu próprio nome até o projeto de anistia restrita e a reformulação partidária.

Com isso o governo tenta neutralizar e cooptar os setores mais insatisfeitos dentro do bloco dominante, e **PENSA** freiar o efetivo avanço das massas populares, com o objetivo de garantir que a transição da ditadura para um regime autoritário ocorra de forma a mais lenta, gradual e segura possível.

Não compreender este processo se desenvolvendo pode levar a posições equivocadas. Não se trata hoje de combater a ditadura "sangrenta e sanguinária", trata-se sim de aprofundarmos as lutas pela anistia **AMPLA GERAL E IRRESTRITA**, pela ampla liberdade partidária, e, mais do que isso, de avançarmos rumo a uma alternativa que aponte o fim da ditadura e coloque uma alternativa popular para o país, procurando materializar uma plataforma de lutas que responda às principais contradições dos trabalhadores e do povo, visando a unificação dos diversos setores — operários, estudantes, bancários, professores, motoristas — que hoje se mobilizam contra as diversas arbitrariedades criadas pelos 15 anos de ditadura.

15 anos de ditadura que não beneficiaram principalmente os militares, mas sim os setores empresariais capitalistas, que com toda a repressão que se abateu sobre a classe operária, puderam auferir enormes lucros e privilégios.

A hora de por um fim a esta situação de exploração se aproxima. Para que ela seja uma vitória dos trabalhadores e do povo, é muito importante que não cometamos erros, seja não nos curvando ou conciliando com as propostas de Figueiredo, mas sim como no caso da anistia, aprofundando a luta e exigindo o desmantelamento do aparato repressivo e a apuração das responsabilidades daqueles que torturaram, sequestraram e mataram; seja buscando materializar as reivindicações em uma frente de mobilização popular que tenha a clara perspectiva do fim da ditadura, e da instauração de um governo provisório no país que convoque a constituinte, colocando a sociedade no rumo certo, da verdadeira democracia: **o socialismo.**

Marcelo Barbieri é diretor da União Estadual dos Estudantes (U.E.S.) de São Paulo.

editorial

O MDB se estrebuchou em São Paulo dando, antecipadamente, o sinal exato do que se passa no resto do país. Primeiro, pela diferença de um voto, a bancada oposicionista deliberou por deixar em aberto a questão da apreciação do prefeito indicado por Maluf a critério portanto de cada um de seus integrantes. Segundo, e por decorrência — quem não adivinhava? — um largo setor do MDB se somou aos arenistas aprovando a indicação do prefeito.

O pau quebrou. Fez-se até, no último domingo, uma convenção regional extraordinária do partido para aprovação de uma reprimenda aos adesistas. A "Carta de São Paulo", como foi chamada a reprimenda, ameaça de expulsão aos adesistas e conclama à unidade e manutenção do MDB a serviço das lutas populares.

Ora, porque fazê-lo antes de consumada a "adesão"? Ou então, porque uma vez consumada, não tratar de concretizar a reprimenda em algo que tivesse efeitos práticos? O que se pode concluir é que ninguém está disposto a perder a segurança da legenda emedebista botando para quebrar no seu interior, no receio de que o resultado possa ser incerto.

Entre o parlamento e os interesses e lutas populares há sempre — e hoje em grau muito maior — um enorme fosso a ser transposto. Há que arriscar saltá-lo, mesmo sabendo-se que não é certa a chegada do outro lado.

Um MDB que termina nada mais sendo do que uma legenda segura para adesistas captarem votos — como ficou exemplificado no episódio paulista — naturalmente causa repulsa aos trabalhadores e demais setores populares. Falar de unidade das oposições em torno da legenda e conclamar articulações como o Partido dos Trabalhadores a cerrar fileiras na "federação as oposições" é cegueira total ou nada mais que oportunismo chegando às raias do cinismo.

Nada mais adequado portanto ao MDB de hoje do que o dito popular, referente à política convencional "o poder corrompe". O partido cresceu, semeou ilusões e tornou-se decisivo para certas questões, em certas circunstâncias. Tornou-se poder portanto. E corrompeu-se, como era de se esperar...

PRESTES NA TV BRASILEIRA:
"LEGALIDADE DO PC É INEVITÁVEL"

Luis Carlos Prestes, o velho "Cavaleiro da Esperança" da Coluna Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, voltou ao interior de milhões de lares brasileiros, depois de 15 anos, por meio das TVs Bandeirantes e Globo. Um fato político no País. Leia, nesta página e nas duas seguintes, as principais partes da entrevista levada ao ar pela Bandeirantes no último dia 2; um balanço político do PCB; uma cronologia da sua história; e opiniões de OSCAR NIEMEYER, HENFIL, SEBASTIÃO NERY, HUGO ABREU, JOÃO SALDANHA, ALBERTO DINES, SOBRAL PINTO e ALBERTO GOLDMAN.

por Carlos Tibúrcio

Com seus 80 anos de vida e história, Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), está de volta à televisão brasileira, após 15 anos de perseguições, clandestinidade e exílio. Com vitalidade, voz firme e pausada, o velho "Cavaleiro da Esperança" ressurgiu no interior de milhões de lares do nosso País nos últimos dias 1.º e 2, por meio das câmeras das TVs Bandeirantes e Globo.

Na Bandeirantes, numa longa entrevista feita no final de dezembro do ano passado, em Paris, por Ewaldo Dantas Ferreira, diretor de jornalismo da Rede da emissora, e por Roberto D'Ávila, o correspondente na França. Apesar de realizada há quase sete meses, somente no último dia 2 a entrevista foi ao ar. O que, por si só já é um caso a esclarecer.

Na Globo, numa entrevista mais recente, de fevereiro deste ano, que foi divulgada na íntegra na edição do jornal do dia 1.º, e que pela TV, foi ao ar (apenas algumas passagens) às 23 hs. do dia 2 de julho.

Prestes na TV, sem dúvida, representa um novo lance na conjuntura política brasileira. Em termos de imprensa, contudo, como isso se deu? De um lado, ouvimos o próprio Ewaldo Dantas, da Bandeirantes. De outro, colhemos a opinião de Sebastião Nery e também a de Alberto Dines.

Dantas: **"Decidimos fazer a entrevista dentro do dever profissional de informar ao público aquilo que é do seu interesse. Logo antes das eleições do ano passado, quando Prestes pediu votos para o MDB. Fomos então procurá-lo e não teve problema nenhum. Ele foi muito solícito. Acertei com ele que faríamos a gravação e que a entrevista sairia sem cortes ou não sairia de forma alguma. Discutimos longamente o que queríamos e, nos estúdios da TV francesa fizemos o trabalho. A entrevista foi examinada pelo Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro. Achei bom garantir as posições assim."**

Vocês pediram algum consentimento para pôr a entrevista no ar?

"Uma vez feito o trabalho, espalhamos a notícia. E aguardamos reações, colhendo os resultados. Até que, com sensibilidade, concluímos ser o momento oportuno. No Brasil, não há órgão oficial para autorizar ou não algo deste tipo. Assim, espalhamos a notícia de que íamos levar a entrevista ao ar e aguardamos impressões. Não houve nenhuma ameaça ou advertência. E, levada ao ar, não houve tampouco nenhuma reação."

"Mais velho do que Prestes"

A versão de Ewaldo Dantas é claramente contestada, entretanto, pelo jornalista Sebastião Nery que, antes de tudo, se revelou profundamente decepcionado com o modo como a entrevista foi feita.

Nery: **"Perdeu-se uma ótima oportunidade de se mostrar ao povo brasileiro quem é Prestes. A Bandeirantes mandou um burocrata e não um repórter fazer a entrevista. Foi um desastre. O Ewaldo estragou a entrevista. Suas perguntas foram tão ruins que ele na verdade apareceu muito mais velho do que o Prestes. Quem tentou salvar um pouco foi o Roberto D'Ávila, o correspondente de Paris. A entrevista não tocou em nada de atual para o Brasil; poderia ter sido feita por um americano, um francês etc.".**

Por que a entrevista só foi ao ar agora?

"A Bandeirantes somente soltou a entrevista agora, depois de sete meses, porque somente agora é que o governo a liberou — quem sabe, em função da anistia. Eles nunca soltariam a entrevista sem antes consultar o governo".

E as perguntas do Ewaldo?

"É até incrível o tom temperado e moderado de Prestes, que diante das perguntas terríveis do Ewaldo não deu coices, como era seu costume. As pessoas que assistiram à entrevista ficaram profundamente irritadas com as perguntas do Ewaldo. Esse era o comentário geral que se ouvia logo depois".

Alberto Dines manifestou opinião semelhante à de Nery quanto à condução da entrevista por Ewaldo Dantas.

Dines: "Gostei da entrevista aparecer, mas queria esclarecer antes que o Ewaldo, meu colega de São Paulo, não a conduziu da melhor maneira. Não deixou Prestes falar o que gostaríamos de ouvir dele".

Próximo passo: a legalidade?

É evidente que o Partido Comunista Brasileiro é o partido que mais tempo sobreviveu e sobrevive como partido na história do Brasil. Nesses termos, nem a burguesia foi capaz de constituir um organismo partidário com tal fibra e durabilidade. Mas o que é o PCB hoje? O que há de mito e o que há de realidade na sua situação atual? Qual de fato a linha política que predomina no conjunto dos seus quadros? Qual o próximo passo do PCB na conjuntura brasileira? Conquistar a legalidade?

Em cima da entrevista do Prestes na TV Bandeirantes — da qual publicamos aqui as partes mais significativas —, abrimos espaço para a busca de respostas a essas perguntas.

Nesta página e nas duas seguintes, além de partes da entrevista, há um curto balanço da história do PCB, buscando esclarecer os lances principais de sua trajetória política; uma cronologia, didática, da vida do PCB desde a sua fundação, em 1922, até os dias atuais; e as opiniões de Sebastião Nery, Henfil, Oscar Niemeyer, Hugo Abreu, João Saldanha, Alberto Dines, Sobral Pinto e Alberto Goldman sobre a entrevista e o futuro do PCB no Brasil.

Prestes, do alto dos seus 80 anos

O que significam as receitas do "Cavaleiro da Esperança"

Por Marco-Aurélio Garcia

O encontro da imprensa com Luís Carlos Prestes, transmitido pela TV Bandeirantes nesta segunda-feira, é o prenúncio do que poderá ocorrer dentro de uns poucos meses quando o Congresso Nacional aprovar o projeto de anistia restrita a ele enviado pelo presidente Figueiredo: o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro estará em condições de retornar legalmente ao país, o que permitirá ao PCB sair de fato da clandestinidade em que se encontra desde o golpe militar de 1964.

Há pouco mais de um ano, um conhecido liberal defendia a tese da legalização do Partido Comunista e a volta de seu dirigente histórico, contraditando os que esperavam que estas medidas provocassem um terremoto político no país. Para o nosso liberal, o retorno do "Cavaleiro da Esperança" produziria efeitos semelhantes aos da volta da "Passionária" à Espanha, isto é, nada de especial.

A analogia é, como todas as analogias, perigosa. Dolores Ibarruri retornou a uma Espanha, aonde a presença do PC era por mais de uma razão visível, quando mais não seja porque seu hábil secretário-geral, Santiago Carrillo, já lá se encontrava, coordenando in loco, a participação de seu partido na transição controlada em marcha. Seu retorno tinha mais a função de um símbolo, como se pela derradeira vez fosse necessário dizer que a guerra havia mesmo acabado...

O homem de 82 anos que dentro em pouco poderá estar desembarcando em um de nossos aeroportos, é não só o vigoroso político que todos os telespectadores puderam ver com seus próprios olhos, como alguém que, a despeito da idade avançada, não tem uma função ornamental dentro de sua organização. Desde 1935 no PC e desde 43 como seu secretário-geral (escolhido pela conferência da Mantiqueira para este posto, embora estivesse preso). Prestes é um dos poucos dirigentes históricos do movimento comunista internacional que, ao lado da própria Dolores e do marechal Tito, ainda sobrevivem. Mais que isto: desde a redemocratização, em 46, ele exerce uma inquestionável liderança no interior do "Partidão", revelando sempre uma extraordinária capacidade de sobrevivência política, em meio às mais variadas crises porque passou sua organização.

Um pouco de história

A trajetória do que mais tarde viria a ser o "Cavaleiro da Esperança" é muito particular na história do comunismo latino-americano e mundial. Originário da pequena-burguesia empobrecida, ele abraçará a "carreira das armas", para muitos a única forma de ter acesso à educação na nossa oligárquica República Velha.

Este estudante do Colégio Militar que em 1918 se converte ao catolicismo, segundo confessou na entrevista à TV, no mesmo momento em que o movimento operário hegemonizado pelos anarquistas vivia os últimos momentos de uma trajetória de greves e de tentativas insurrecionais, se notabilizará na Escola de Realengo por suas notáveis capacidades intelectuais.

Em 1922, quando os canhões do Forte de Copacabana troaram, dando início a uma série de movimentos da jovem oficialidade do Exército contra o governo Federal, o tenente Prestes, comissionado na Vila Militar do Rio de Janeiro, não pôde participar da revolta, a despeito de suas simpatias pelo movimento. Enfermo, com febre tifóide, o jovem oficial de engenharia não tinha condições de deixar seu leito. Dois anos mais tarde, no entanto, quando começa a insurreição de Isidoro em São Paulo, o general poderá contar com o apoio quase simultâneo do capitão Prestes, servindo no seu Rio Grande do Sul natal e alçando-se em armas contra o governo Bernardes. Começava a longa marcha do capitão, a coluna Prestes Miguel Costa, que percorreria por quase dois anos milhares e milhares de quilômetros do País, batendo militarmente todos seus adversários e dando nascimento ao mito do Cavaleiro da Esperança.

Quando os derradeiros combatentes da Coluna decidem asilar-se na Bolívia, o capitão Prestes já é um nome nacional. O modesto Partido Comunista do Brasil, fundado por um punhado de militantes originários do anarquismo, menos de quatro meses antes da eclosão da revolta do Forte de Copacabana, decide então enviar seu secretário-geral, Astrogildo Pereira, para entrevistar-se com aquele que os comunistas consideravam então como o "líder da revolução agrária no Brasil." Astrogildo parte com farta bibliografia marxista em sua bagagem, mas nada de conclusivo resulta deste contato. Prestes, que se transfere mais tarde para Buenos Aires, prosseguirá seus contatos com os comunistas sem maiores resultados, no entanto.

Após a derrota de Getúlio Vargas nas eleições de 1930, e a partir do momento em que seus partidários se inclinam pela tese da insurreição, o nome natural para comandá-la é o do grande estrategista da Coluna. O contato durante sua marcha, com as duras condições de miséria em que viviam as populações rurais do Brasil, analisados à luz de um marxismo incipiente que estudara em seu exílio, determina que Prestes não aceite a oferta de Vargas para que seja o comandante militar da insurreição.

O Cavaleiro da Esperança não mais comparte o vago projeto moralizador dos tenentes e da Aliança Liberal e em sua denúncia do movimento de outubro de 1930, Prestes fala da necessidade de combater o imperialismo e a estrutura latifundiária da agricultura brasileira.

As relações com o ainda pequeno PCB naquela época serão porém tensas por um certo período. A decisão de Luís Carlos Prestes de fundar a L.A.R. (Liga de Ação Revolucionária) é violentamente denunciada pela Classe Operária que sugere uma certa analogia entre o capitão e Chiang-Kai-Chek. ... ...

...O projeto da L.A.R é caracterizado como aventureirismo pequeno-burguês, e Prestes mais tarde admitirá a influência que sobre ele tiveram algumas posições trotsquistas. As condições para a reconciliação se dão menos de um ano depois. Prestes lança um segundo manifesto, dizendo ser o PC a única alternativa revolucionária no país, ao mesmo tempo em que combate todas as especulações tenentistas em torno de seu nome. Decide não voltar ao país e viajar para a União Soviética, aonde, como engenheiro, poderia participar das tarefas do primeiro Plano Quinquenal que Stalin estava aplicando.

O fundamental deste período passado na URSS, sobre o qual há poucos elementos históricos, não parecem ser as lides profissionais do ex-capitão, mas seus contatos com a Internacional Comunista. Esta, depois dos sucessivos fracassos na Alemanha e na China, desde o 6.o Congresso, em 1928, voltava suas atenções para a América Latina, continente aonde acreditava que o vento das revoluções iria soprar.

Quando a IC, já a partir de 1934 Frentes Populares, a presença de Prestes é assinalada, segundo vários testemunhos, em reuniões importantes que definem a "linha geral" a ser aplicada na América Latina. A conclusão das acaloradas discussões na direção da Internacional parece ser um compromisso: via eleitoral no Chile e via insurrecional no Brasil, para implementar uma política com o mesmo objetivo declarado: freiar a expansão do fascismo no mundo. O resto da história é já conhecida: a volta clandestina ao Brasil em 35 já em condições de membro e dirigente do PC, meses após a fundação da Aliança Nacional Libertadora, para a qual havia sido eleito presidente de honra; a insurreição de novembro, seu fracasso, a repressão e a prisão daquele que fora seu comandante, em fevereiro de 1936.

Condenado a 57 anos de cárcere, Prestes será no entanto anistiado no crepúsculo do governo Vargas. A adesão deste aos aliados no conflito mundial contribuiria para uma inflexão na posição de Prestes. Antes mesmo de ser solto, o já então secretário-geral do PC apóia ao ditador por sua posição anti-hitleriana. A queda de Getúlio não enfraquece o prestígio do Cavaleiro da Esperança, saudado então por multidões e objeto de um "culto à personalidade" no bom estilo stalinista em curso naquela época.

Cantado nos versos de um Pablo Neruda, ou na prosa de Jorge Amado, desenhado por Cândido Portinari, Luís Carlos Prestes e o partido que com ele se confundem saem dos subterrâneos do Estado Novo com uma força difícil de suspeitar. Os grandes êxitos eleitorais que o PC obtém nas eleições após a queda de Vargas não são suficientes no entanto, para impedir que os efeitos da guerra fria atinjam o Brasil. O breve período de legalidade se encerra com cassação dos mandatos dos parlamentares do PC, já declarado ilegal. Em começos de 48, Prestes e seu partido submergem uma vez mais na clandestinidade. Durante dez anos o PC permanecerá na sombra, padecendo em forma aguda da "doença infantil do comunismo" — o esquerdismo.

Quando em 1958, o Comitê Central modifica sua orientação, abandonando as concepções sectárias do Manifesto de Agosto de 1950, Prestes poderá reaparecer e conduzir seu Partido a esta legalidade de fato que só terminará a primeiro de abril de 1964.

Grande parte de seus militantes, incluindo alguns prestigiosos dirigentes — Marighela, Apolônio Carvalho, Mário Alves, Gorender, entre outros — saem do PC em 1967-68 denunciando os desvios da direita", que Prestes e a maioria do CC haviam imprimido ao partido. Prestes contra-ataca e fala sobretudo em "erros de esquerda", como explicação para o fracasso de 64, tese reiterada em sua entrevista à TV.

Transformações e Problemas

Não é fácil prever que Partido Comunista poderá desta vez sair agora dos subterrâneos do período 64-79. Sua direção passou por importantes modificações: ademais dos que partiram por divergências, o Comitê Central dos anos 70 foi duramente atingido pela repressão. Muitos presos e nove deles oficialmente "desaparecidos", isto é, mortos provavelmente na tortura.

Mas não é só isto. Fatores nacionais e internacionais criaram novas condições para a atuação do PCB. Internacionalmente, o movimento comunista sofreu nestes 15 anos uma sucessão impressionante de crises: consumação da ruptura sino-soviética, invasão da Checoslováquia, emergência do "eurocomunismo", guerra Vietnam-Cambodja e China-Vietnam, para só citar os acontecimentos mais marcantes. Todos estes elementos abalaram em muito as referências que no passado contribuíram para o monolitismo do movimento comunista internacional em torno das posições soviéticas .Os militantes do PC brasileiro não estão infensos a estas tendências e a existência de correntes de inspiração "eurocomunista" no "Partidão" não é hoje segredo para ninguém. Como compatibilizá-las com a ortodoxia pró-soviética afetada por Prestes em sua entrevista é coisa que se pode perguntar. Como terão recebido estes militantes as afirmações apologéticas do secretário-geral sobre as excelências da democracia soviética e sobre a segura insanidade mental dos "dissidentes", não parece ser uma pergunta descabida.

Por outro lado, existem as profundas modificações porque passou a sociedade brasileira nestes 15 últimos anos. Se é certo que a postura democratista do PC lhe dá uma certa potencialidade junto a setores da pequena burguesia, em particular dos meios intelectuais, não é menos certo que a fidelidade ao modelo soviético, constitui-se em um pesado fardo junto a estes mesmos setores, muito exigentes no que diz respeito à relação entre democracia e socialismo.

..Mas os principais problemas estão nas relações do partido com a classe operária, extremamente debilitadas.

A base operária do Partido Comunista se rarefez de uma maneira importante, especialmente a partir do momento em que a repressão atingiu os organismos de cúpula (da mesma forma que a base) do movimento sindical através dos quais o PC exercia sua influência junto à classe.

Ao mesmo tempo, os setores emergentes do movimento operário e cuja combatividade tanto se evidenciou neste último ano não se sentem representados nem pelo PC nem pelos projetos populistas que foram os aliados principais do PCB no passado. Todas as informações do movimento operário convergem no sentido de sublinhar que a presença do PC, ainda que se tenha mantido, especialmente nos setores mais tradicionais da indústria, é consideravelmente meor do que em 1964.

Por outra parte não é fácil imaginar um movimento operário, ciioso de sua autonomia e independência, deixar-se influenciar por um partido que, no estratégico, persiste em um modelo burocrático de socialismo, pelo menos segundo seu secretário-geral e, no tático, afeta uma moderação que em pouco lhe difere dos setores combativos da oposição liberal.

Um partido que se auto-define como da classe operária, mas que reduz sua audiência nela, da mesma forma que penetra contraditoriamente na pequena burguesia, está condenado a ser sacudido por crises profundas, sobretudo quando a ampliação da luta política no país exigir não somente generalizações ideológicas sobre a articulação entre democracia e socialismo, mas respostas precisas e concretas para este problema. As velhas receitas que Luís Carlos Prestes nos deu em sua entrevista à TV Bandeirantes uma vez mais não resistirão à prática, que, como ele tanto insistiu, continua sendo o critério da verdade.

Luis Carlos Prestes:
"Com a anistia volto imediatamente"

A íntegra da entrevista de Prestes à TV Bandeirantes tem quase 900 linhas. Destacamos aqui as partes principais, deixando de lado muitas perguntas e respostas que abordaram aspectos pessoais da vida do secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro.

EVALDO — "Gostaria de começar nossa conversa indagando de Luis Carlos Prestes quais são seus planos para os próximos 80 anos. O sr. pretende tomar o poder no Brasil?

PRESTES — Permita-me que minhas primeiras palavras sejam para saudar o povo brasileiro, através dos telespectadores da Rede Bandeirantes. Porque, há 15 anos — completados agora em janeiro — eu não tenho contato com o povo brasileiro nem mesmo pela televisão. A minha vida pode parecer muito dura, pela maneira que, veridicamente, foi resumida pelo jornalista. Mas eu sei que muito pior é a vida do povo brasileiro. Muito mais difícil, muito mais dura, é a vida em que se encontra o povo. Mas os nosso planos, naturalmente, são os planos de um comunista. Eu sou o Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro, e aqui eu traduzo a posição do PCB. O PCB, como um partido revolucionário da classe operária, luta pelo socialismo. Nós sabemos que, para chegar lá, precisamos resolver muitos problemas ainda, muito difíceis. E que, no momento, o mais importante é derrotar o fascismo — o regime militar fascista, como nós classificamos o regime instaurado no Brasil depois do golpe de 1964, através de uma série de medidas de repressão. O Ato número 2 dissolveu todos os partidos políticos; o Ato n.o 5 instaurou o regime mais autoritário jamais existente em nosso país. Hoje o fundamental para o Brasil, para o povo brasileiro, é conquistar as liberdades democráticas. Esse é o primeiro passo para poder avançar, aprofundando e ampliando a democracia, para a revolução socialista, na sua etapa atual, que é a revolução antimonopolista, capaz de realizar a reforma agrária e libertar o país do domínio dos monopólios. (...)

Legalização do PC

ROBERTO — Fala-se na criação de novos partidos. Como o Sr. vê essa reforma partidária? O Sr. acredita na legalização do PC?

PRESTES — A legalização do PC — eu vou começar pelo fim — é uma fatalidade histórica. Mais dia menos dia o Partido conquistará a legalidade. Na medida em que houver democracia, a legalidade do Partido é inevitável, é indispensável, porque não há democracia sem a legalidade de todas as correntes políticas. E nós lutamos justamente por isso: pela livre organização de todos os partidos políticos, como um dos principais direitos democráticos do povo brasileiro. Entre eles, o Partido Comunista.

ROBERTO — Mesmo que um dia, hipotetiçamente, o PC estivesse no poder, admitiria a criação de muitos partidos?

PRESTES — Sim, nós somos pela livre organização das diversas correntes políticas. (...)

Eurocomunismo

ROBERTO — Existe um problema muito discutido, aqui na Europa principalmente, com respeito à África. E inclusive alguns partidos comunistas — o partido italiano, o partido de Santiago Carrillo, na Espanha — têm posições um pouco diferentes das da União Soviética. Como o Sr. vê o eurocomunismo?

PRESTES — —Há necessidade de dizer primeiro o seguinte: o marxismo não é um dogma, é um método de ação, aplicável em cada país de acordo com suas condições concretas. Na Europa Ocidental, particularmente, a situação é muito diferente daquela da Rússia de 1917. Há sérios problemas, muito difíceis de resolver. Ainda estão em discussão. E cada partido, ao resolver esses problemas, encontra soluções diferentes. Só a prática vai dizer com quem está a razão. Nós, no Brasil, por exemplo, nós vemos na revolução soviética uma revolução internacional — que determina algumas leis gerais, que nós defendemos. Mas ao mesmo tempo nós respeitamos a posição dos partidos irmãos que discordam da nossa opinião. (...)

Terrorismo

EWALDO — Gostaria que o Sr. fizesse uma exposição a respeito do que pensa sobre o terrorismo.

PRESTES — Terrorismo é uma forma específica de denominação do fascismo. Fascismo, para nós...

EWALDO — Venha da esquerda ou da direita?

PRESTES — Não há fascismo de esquerda, há fascismo de direita. Fascismo para nós, o conceito que fazemos do fascismo...

EWALDO — Não há fascismo de esquerda?

PRESTES — Qual é o fascismo de esquerda?

EWALDO — Quando um homem é posto numa camisa de força num país de esquerda, é fascismo de quê?

PRESTES — O Sr. se referiu a Stalin. O Partido Comunista da União Soviética já fez autocrítica, a mais extensa, a mais corajosa, dos erros cometidos por Stalin.

EWALDO — Na atualidade, na União Soviética, quando um intelectual vai para um sanatório é fascismo de que: de direita ou de esquerda?

PRESTES — —Não é fascismo isso. Em geral, esses que vão para os sanatórios, depois, quando saem para o Exterior, verifica-se efetivamente que são loucos. Quando eles chegam ao mundo capitalista se verifica isso. O que se diz é uma coisa, e o que realmente acontece na União Soviética é diferente do que a imprensa burguesa diz. O que a imprensa burguesa faz é repetir as mentiras e falsidades contra a União Soviética. O povo soviético é um povo livre. É o país de maior democracia. (...)

EWALDO — Eu gostaria de ouvir sua opinião com mais clareza sobre o terrorismo ocorrido no Brasil.

PRESTES — O terrorismo começou com o ápice da Coluna. Mas antes já existia alguma coisa. Posteriormente, com o Governo de Costa e Silva e, depois, Médici, houve a pior época do terrorismo no Brasil. Os homens eram sujeitos ao pau de arara.

EWALDO — Mas antes do pau de arara eu gostaria de saber como é que o Sr. julga o terrorismo. Eu julgo o terrorismo como o homem que vai defender sua idéia política, seu conceito, sua teoria de Estado, empunha sua arma e mata.

PRESTES — Não. Esse terrorismo é o terrorismo de ultra-esquerda. Não podemos chamar isso de terrorismo. Eram patriotas equivocados. Eles adotavam métodos de luta que não eram apropriados para a época. É claro que sempre se cometem erros nesse sentido. Aventureiros também participaram dessa luta. Alguns aventureiros. Eu cito o caso de uma pessoa que foi chamada de terrorista: Carlos Marighela. Era um patriota, era um homem combativo. Fomos contra ele porque o método de luta não era apropriado para o Brasil. E a prática demonstrou isso. O que deixaram? Morreram. Toda a primeira linha desses grupos de ultra-esquerda que nós combatemos do ponto de vista ideológico, mostrando que este não era o método aplicável no Brasil. Mas nós os respeitamos, porque deram suas vidas à causa a que se dedicaram. (...)

A força do PCB

EWALDO — Quantos comunistas há no Brasil?

PRESTES — Isso eu não posso dizer, porque há quinze anos estamos na clandestinidade. É que depois do golpe de 64 acabou aquela semilegalidade que havia durante os governos de Juscelino e Jango.

EWALDO — Mas o Sr. acredita que seja grande?

PRESTES — Veja bem, o meu apelo para que votassem no MDB causou uma grande impressão.

EWALDO — Positiva ou negativa?

PRESTES — Positiva. Estou me referindo a isso sem nenhuma vanglória, sem querer considerar que a vitória do MDB é uma vitória do comunismo. Foi a vitória da oposição.

EWALDO — Qual foi o peso do seu pronunciamento?

PRESTES — Isso eu não posso dizer.

ROBERTO — Como o Sr. vê o fato de mais de 80% terem ficado chocados com o seu apelo?

PRESTES — Serão 80%? É verdade que os principais políticos fizeram pronunciamentos, mas não refletiram a opinião pública. Não refletiram a opinião do povo. Nós vemos que o povo tem muita confiança nos seus dirigentes. A massa popular só abandona seu dirigente depois que ele faz uma traição realmente evidente. Enquanto isso, ela é fiel. E nosso Partido, entre 45 e 47, passou de dois mil para 150 mil membros. Hoje não é possível, não posso avaliar. Fomos o Partido mais votado, com 36% da votação para a Câmara Municipal da Guanabara. Fomos o primeiro Partido em Santos, São Paulo, cidade do Rio Grande, Recife. Isso depois de dez anos de perseguição. Isso foi em 45 mesmo. A anistia foi em abril, as eleições foram em 2 de dezembro.

Anistia

ROBERTO — E a anistia, hoje? Como o sr. vê o problema da anastia, hoje?

PRESTES — A anistia é uma das primeiras medidas para assegurar a democracia no Brasil.

EWALDO — Que quer dizer anistia?

PRESTES — Anistia para os condenados, presos e perseguidos políticos. Dos exilados e dos que estão presos.

EWALDO — Quer dizer que não deve ser recíproca?

PRESTES — Quem são os outros condenados? Quem são os outros perseguidos? Quais são os outros presos? O Fleury não está preso, não está condenado, não é perseguido. Por que anistia para ele?

EWALDO — Nem deverá ser perseguido?

PRESTES — Somos contra revanches, mas achamos que as famílias que perderam seus entes queridos, numerosas famílias que passaram por essa tragédia e estão passando por essa tragédia, exigem justiça. Essa justiça será feita pelo povo, e dependendo da correlação de forças no momento em que se conquistta a liberdade. Desde que o povo queira julgá-los, é um direito dessas famílias. A viúva do Herzog, agora, teve uma grande vitória. Conseguiu provar, com a ajuda, com o comportamento patriótico de um juiz jovem, que realmente o Herzog não se suicidou, e que portanto o Governo deve uma indenização. (...)

Hungria e Tchecoslováquia

EWALDO — Hungria e Tchecoslováquia... Como o Sr., como um estrategista, como um político, como é que o Sr. justifica?

PRESTES — A URSS e o Pacto de Varsóvia ajudaram os partidos comunistas desses países a defender-se da agressão imperialista. É como eu vejo os dois fenômenos. Tanto o húngaro como o checo.

EWALDO — O Sr. sabe que o ponto de vista de muitos partidos comunistas difere do seu...

PRESTES — Quase todos os partidos comunistas daqui da Europa têm outra opinião, pois o Movimento Comunista é um movimento democrático, de maneira que há muitas opiniões diferentes. Diversas, né?

EWALDO — Mas o Sr. acha que a invasão da Tchecoslováquia pela URSS foi uma medida democrática?

PRESTES — Sim, foi. Foi para salvar o socialismo na Techecoslováquia e na Hungria. Foi esse o objetivo.

EWALDO — Quer dizer que, se um dia a URSS, por hipótese, invadisse o Brasil ou um outro país, o Sr. poderia até defender...

PRESTES — Não. Se o regime fosse socialista e ameaçado pelo imperialismo, a URSS ajudaria o Governo brasileiro. Ajudaria de todas as formas. A União Soviética é o país que mais ajuda a todos os países que estão lutando pela independência e pelo progresso. A nossa posição não é a de apoiar o Pinochet, nem Geisel. É uma questão de classe. Um ponto de vista de classe, dos comunistas. (...)

Religião

EWALDO — Nesse momento, o que é a religião no Brasil?

PRESTES — Nesse momento, é um fermento no Brasil. É um fator de organização e mobilização de massas. O cardeal de São Paulo, por exemplo, dirige a luta contra a carestia. Foi quem levantou a luta contra a carestia, e foi quem levantou a palavra de ordem de anistia no Brasil. E essa juventude que o apóia é uma juventude capaz de lutar efetivamente pelas liberdades democráticas no Brasil. A Igreja tem defendido as liberdades contra as torturas, contra as prisões arbitrárias. Tem defendido a anistia aos presos políticos (..)

A coluna hoje

EWALDO — Qual era o objetivo dos Srs.? (Com a Coluna Prestes)

PRESTES — O nosos objetivo naquela época era exclusivamente substituir o Bernardes.

EWALDO — Então estava rigorosamente dentro do sistema?

PRESTES — É. Tudo dentro do sistema.

EWALDO — Então hoje o Sr. não quer substituir ninguém no Brasil?

PRESTES — Não, hoje não se trata disso. Hoje se trata é de derrotar a Ditadura e instituir um Estado democrático.

EWALDO — Outra ditadura?

PRESTES — Não. Um Estado democrático.

EWALDO — Que é um Estado democrático?

PRESTES — É um Estado em que o povo participa efetivamente, discute e debate os seus problemas e contribui para sua solução. Só há democracia com a participação das grandes massas. Da classe operária, dos trabalhadores em geral, da intelectualidade e, dos estudantes, dos religiosos, de todos aqueles que queiram contribuir para o estudo, o debate, a discussão dos problemas. Nós não temos a pretensão de termos alguns programas traçados. Temos alguns princípios fundamentais. Mas, quem vai formular as necessidades do povo brasileiro é o próprio povo. A Constituinte pela qual nós lutamos é para entregar ao povo a decisão dos destinos do país. Queremos que o próprio povo, através de uma Constituinte livremente eleita, soberana, decida os destinos do país. Uma votação para todos, para que todo o cidadão brasileiro tenho a direito de voto, inclusive o analfabeto e o soldado.

Volta imediata

ROBERTO — Se houvesse hoje uma anistia no Brasil, o Sr. voltaria ao país?

PRESTES — Ah, imediatamente!

ROBERTO — Mesmo que não pudesse falar em política?

PRESTES — Mesmo que não houvesse anistia — se eu não estivesse condenado a 14 anos, uma prisão que eu penso que pode ser anulada, porque o processo não tem base jurídica nenhuma — eu voltaria ao Brasil. Mesmo que não pudesse ainda falar publicamente, estou disposto a voltar ao Brasil.

EWALDO — Se voltasse hoje ao Brasil que tipo de atividade o Sr. gostaria de desenvolver e que programa o Sr..

PRESTES — A luta pelas liberdades democráticas é fundamental.

EWALDO — Essa frase a gente já conhece. Gostaríamos que o Sr. explicasse.

PRESTES — —Que é isso? É lutar pelas liberdades, é mobilizar o povo, unificar as forças democráticas. Por exemplo, houve eleições, não é verdade? Qual a nossa orientação? É pedir às forças democráticas que estão no Parlamento que se unam e formem um bloco democrático; e que, ao mesmo tempo, se unam com o povo para a atividade extraparlamentar, porque só a atividade parlamentar não levará à vitória. Tem de ser a pressão das grandes massas, mais a ação parlamentar, que pode realmente derrotar o fascismo. (...)

PCB apoiaria quem?

EWALDO — Que partido comunista tomaria o poder: (ao Brasil) um semelhante ao da União Soviética, um da Itália ou um da França? Qual seria o mais parecido?

PRESTES — Um partido comunista brasileiro.

EWALDO — Mas o Sr. é mais próximo da União Soviética.

PRESTES — Não. Eu já fui muito acusado de filo-soviético, de agente de Moscou. Mas, nada disso...

PRESTES — É positiva, é útil. Mas pensamentos que, no momento atual, o fundamental é manter a unidade da oposição. Pode ser o MDB mais as forças que estão se desprendendo da Arena. Por que elas estão se desprendendo, né? Severo Gomes era da Arena, já não é mais? o próprio Magalhães Pinto disse que vai organizar um partido progressista, com um terceiro nome que ele não sabe qual é; o general Euler Bentes participou do golpe de 64.

WALDO — Que partido o PC apoiaria atualmente?

PRESTES — Apoiaríamos todos os partidos que fossem efetivamente democráticos e que quisessem se unir conosco. O PTB, por exemplo, era aliado nosso até 64. Se for reconstruído agora com qualquer outro nome...

EWALDO — Com quaisquer pessoas que se organize o PTB?

PRESTES — Bem, é uma questão muito geral. Depende do que essas pessoas estejam dispostas a uma aliança conosco. Não depende só de nós.

EWALDO — Os senhores já tiveram entendimentos a esse respeito?

PRESTES — Não, não temos entendimentos; as dificuldades são enormes. Temos conversado com muitos políticos brasileiros — aqueles que estão dispostos a voltar ao Brasil — e essas conversas em geral têm sido positivas. Eles reconhecem o Partido. Quando vem conversar conosco é porque já nos reconhecem como um Partido político válido. Ainda agora eu lia, na Veja, a posição do sr. Thales Ramalho, que é um dos elementos moderados do MDB. O que ele apresenta é perfeitamente aceitável por nós: liberdade para todos os partidos políticos, para todas as correntes políticas, organização dessas correntes e luta pelas liberdades democráticas, começando naturalmente pela anistia, que é o primeiro passo. Aí será possível convocar uma assembléia constituinte, para entregar ao povo a decisão. Para perguntar o que o povo quer, qual o governo que o povo quer, qual o regime que o povo reclama.

Os erros em 1964

ROBERTO — O sr. falou em 64. Qual foi o erro que, a seu ver, os comunistas cometeram em 64?

PRESTES — Nós discutimos muito esse assunto. Houve companheiros como Marighella, Mário Alves e muitos outros, que eram membros da direção do Partido, do órgão superior do Partido, que nos acusavam e pensavam que o Partido tinha tido uma posição oportunista, porque não tinha se preparado militarmente para a luta contra o golpe. A minha opinião e a de outros companheiros, vitoriosa na direção do Partido, é de que o erro não foi de direita, foi de esquerda. Com as nossas posições sectárias esquerdistas, nós precipitamos um confronto para o qual não tínhamos forças. E, quando um confronte se dá com inferioridade de forças, é para ser derrotado. Quer dizer: podíamos exercer influência inclusive sobre o Sr. João Goulart, para evitar aqueles atos extremados dele, aquela reunião de sargentos que, eu acho, precipitaram os acontecimentos. Aí eu fugi da experiência da própria Coluna. Porque o que eu aprendi na Coluna é que só devíamos combater quando tivessemos segurança da vitória, porque, com pouca munição, aceitar um combate para sermos derotados é estarmos liquidados. Então só combitíamos tendo segurança da vitória, e tomávamos munição do inimigo. (...)

ROBERTO — O Partido Comunista Brasileiro está na ilegalidade por praticamente toda a sua história. Se houvesse uma legalização do PC, até que ponto isso seria interessante para o Partido, e até que ponto seus quadros estão preparados?

PRESTES — O PC seria um partido político que poderia atuar publicamente, e há condições para isso. Nós temos quadros suficientes e temos influência também na classe operária, entre os trabalhadores do campo, para os quais o Partido Comunista é sinônimo de reforma agrária — porque fomos nós que realmente lançamos a reforma agrária — de maneira que estamos convencidos de que o Partido pode efetivamente conquistar a sua legalidade. Essa é a verdadeira democracia, porque um dos principais direitos democráticos consiste justamente na livre organização das correntes políticas.

ROBERTO — Quer dizer que o Partido, na legalidade, não perderia sua força?

PRESTES — Absolutamente não. Ao contrário, ganharia. A experiência de 45 a 47 mostrou isso: eu já me referi a isso. Estávamos com dois mil membros e em dois anos tínhamos mais de 150 mil membros.

EWALDO — Nós sentimos, no curso de nossa conversa, uma extraordinária fidelidade sua a seus ideais. Então, eu lhe pergunto: com a volta do PC à legalidade, o Partido teria uma mensagem nova ao povo brasileiro, ou iria repetir essa mensagem antiga que nós temos ouvido?

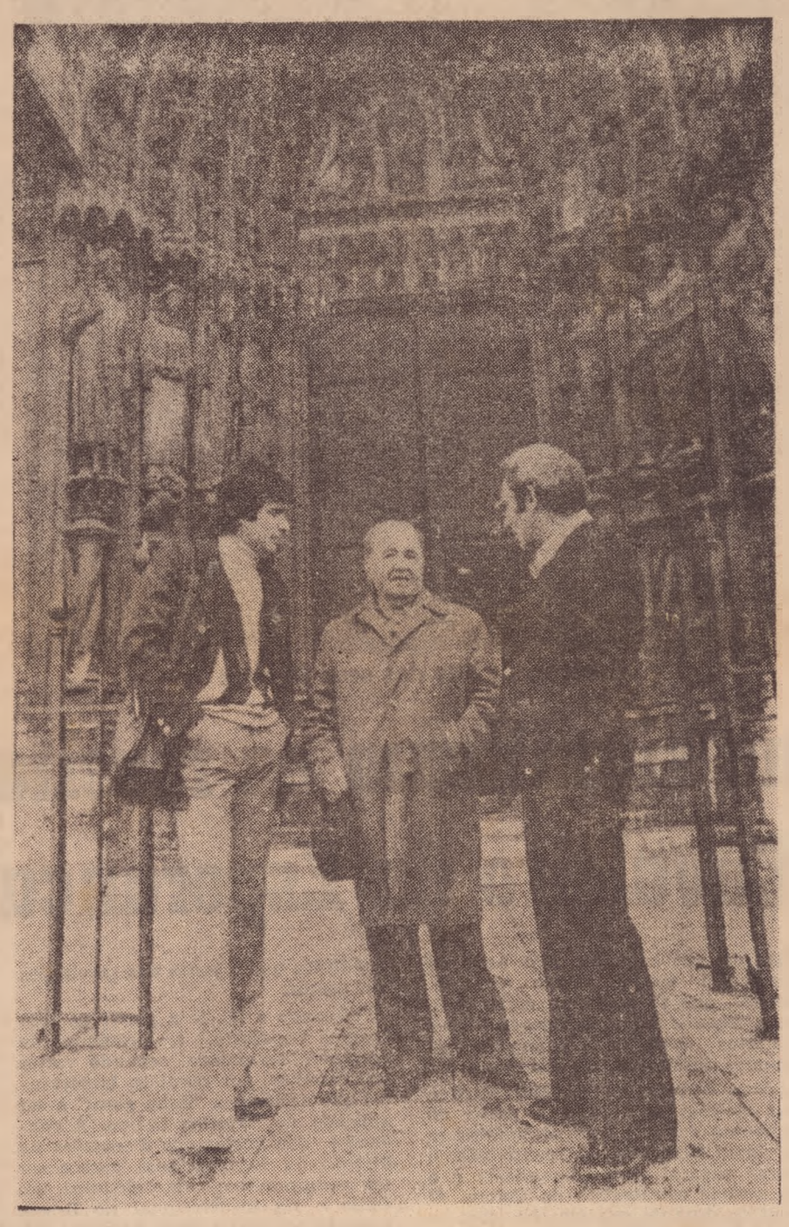
PRESTES — A mensagem do Partido certamente evolui de acordo com a situação concreta. Ela já é uma mensagem nova, atualmente; e seria mais nova ainda, seria mais moderna se o Partido conquistasse a legalidade.

EWALDO — Em que consiste a novidade da mensagem do Partido Comunista à opinião pública brasileira? Quais são os temas novos?

PRESTES — Consiste particularmente na luta pela democracia e pelas liberdades democráticas. O nosso Partido sempre lutou pelas reivindicações dos trabalhadores e pelas liberdades democráticas. Mesmo em 5, quando empunhamos armas, foi uma luta contra o fascismo. Contra a ameaça fascista que era muito viva naquela época no Brasil. (...)

Materialista convicto

PRESTES — Eu devo dizer que sou um materialista convicto e sou marxista-leninista. Quanto a essa palestra, este Encontro com a Imprensa, eu só posso agradecer a generosidade e a cordialidade desse encontro. E agradecer também à Rede Bandeirantes pela oportunidade, depois de tantos anos, de poder me dirigir ao povo brasileiro.



Roberto D'Ávila, Luis Carlos Prestes e Ewaldo Dantas

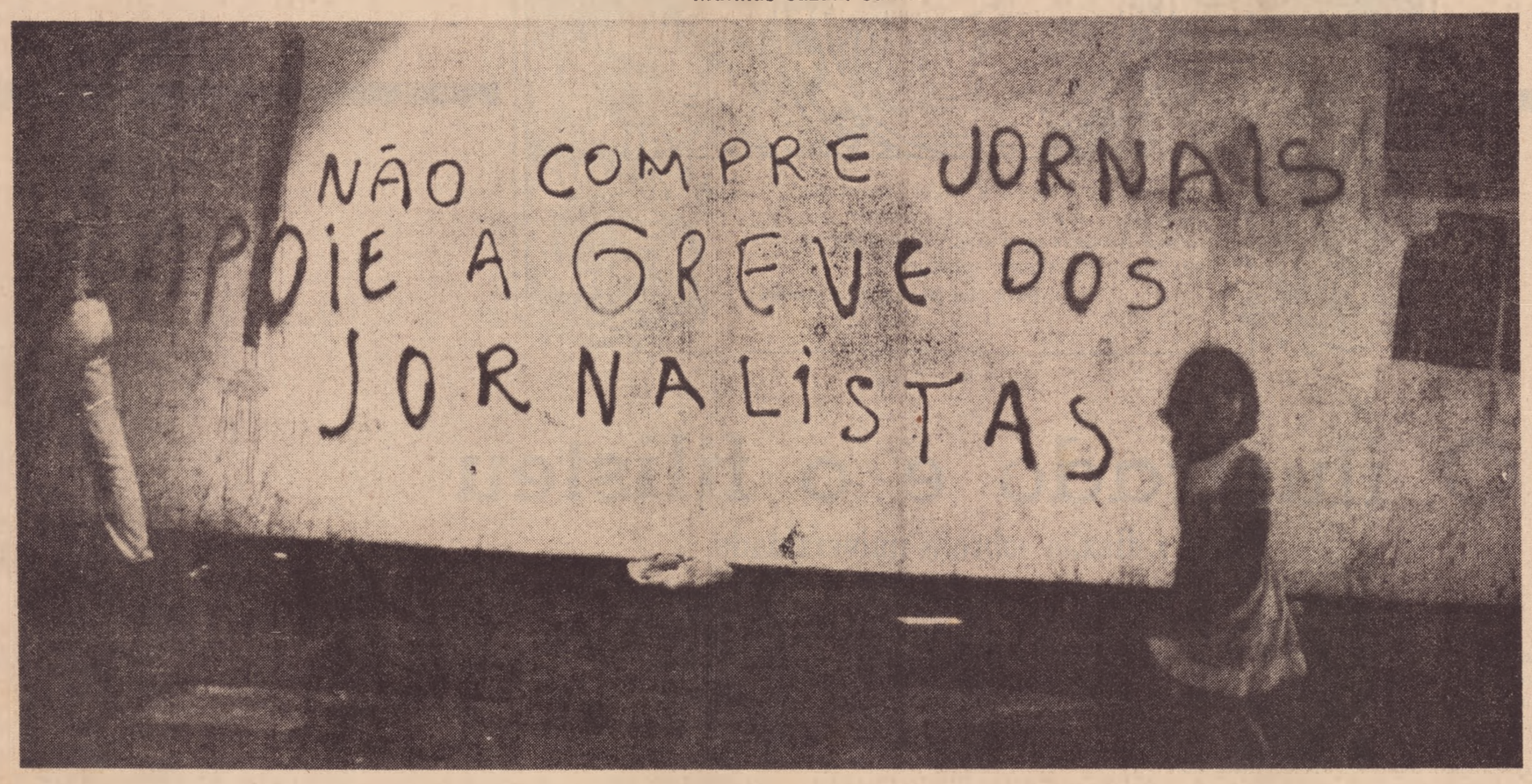
"SE HOUVESSE HOJE UMA ANISTIA NO BRASIL, O SR. VOLTARIA AO PAÍS?" PRESTES: "AH! IMEDIATAMENTE!"

Bate-papo com vinho e café (ou será chá?)

O Lanterninha da História

(fragmentos sobre a ideologia do jornalismo)

Matinas Suzuki Junior



Jesus Carlos

Para os amigos que silenciaram

QUEM?

A relação que os jornais têm com a vida é quase a mesma que a da cartomante com a metafísica.
Karl Kraus

A dor da gente não sai no jornal.
Luiz Reis e Raroldo Barbosa

O silêncio é a morte do poder do jornalista. Sempre que a categoria dos jornalistas ameaça deflagar uma greve, acende-se a questão em torno do **papel do profissional da imprensa.** Proposta pelos próprios jornalistas (mesmo os de esquerda) ou estimulada pelos patrões (que, como se sabe, não costumam ser de esquerda), a querela tem interesse. Em 1978, durante a campanha salarial, nas assembléias do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, vários profissionais foram contra o decreto de um movimento grevista da categoria, argumentando que **a imprensa tinha uma importante missão a cumprir naquele momento histórico, isto é, a ela caberia a tarefa de fiscalizar as eleições que então se realizavam.** O jornalista abdica da luta para melhorar sua condiçãão real de trabalhador, de alguém que vende a força de trabalho (ainda que trabalho intelectual), para objetivar o seu papel de vigia dos acontecimentos hisóricos: "nós, jornalistas de esquerda e de oposição, através do nosso poder (de informar, de divulgar, de fiscalizar) não permitiremos que a ditadura militar, neste momento de ascensão política das massas populares, golpeie as eleições Nossa obrigação é zelar para que as eleições se cumpram e, à medida em que os editores permitam (ou cochilem) divulgaremos amplamente o programa dos candidatos do MDB — se possível, dos chamados populares".

Pouco tempo depois, com a intervenção policial nos sindicatos dos metalúrgicos do ABCD, a greve surgiu como uma das possibilidades do jornalista se solidarizar com as reivindicações dos operários paulistas — que, aliás, estavam em greve. Repete-se o argumento, fundado no papel do jornalista: novamente **a imprensa defronta-se com sua responsabilidade histórica e a atitude politicamente correta seria dar cobertura jornalística ao movimento dos metalúrgicos, e não a greve (o silêncio).**

Até que um dia os jornalistas entram em greve. As reivindicações são justas (se é legítimo usar a palavra justiça quando se fala de salários) e além disso, como não há, no instante, nenhum fato político extremamente relevante para se dar cobertura, pode-se silenciar. No entanto, mais uma vez, **a importância do papel do jornalista seria invocada para construir um discurso contra a greve dos próprios jornalistas.** Só que agora do lado dos patrões (que, em grande parte, também se consideram jornalistas). Fragmento do editorial do Jornal da Tarde, de 24/05/1979, sob o título de "Uma greve ilegal e, sobretudo, lamentável": "Não apenas por isso ela (a greve) é política: assim se caracteriza, também, porque é uma greve que busca silenciar a imprensa num momento crítico para a vida nacional, **quando é fundamental que a opinião pública seja informada do que se decide em Brasília sobre o futuro do País"** (grifo meu). Mais uma vez: GREVE **versus** PAPEL POLÍTICO DO JORNALISTA. Na outra margem o confronto se repete. Em nome do papel político da imprensa, não são mais os jornalistas de esquerda que articulam um discurso contra a greve de sua própria categoria: são os editoriais de direita; são os próprios patrões, os donos do poder jornalístico que reclamam do "dever do jornalista em informar a opinião pública" para investir sobre o movimento grevista. Se a posição política divide os jornalistas (entre direita, centro e esquerda), se a estrutura econômica cria a oposição entre explorados e exploradores da imprensa, nada disso, contudo, abala o momento em que estes atritos se anulam, isto é, **a hipóstase do papel do jornalista.** A obrigação de informar está acima de sua condição de trabalhador espoliado; o **papel é mais importante que a condição de classe** Eis o fetiche da informação jornalística. Nesse aspecto, a divergência encontra-se somente na avaliação do que é politicamente relevante: para os jornalistas de esquerda, não se deve entrar em greve quando o MDB está para ganhar uma eleição ou quando os metalúrgicos do ABCD estão em greve; para o editorial da família Mesquita, quando a opinião pública" precisa estar informada do que se decide em Brasília sobre o futuro do país".

QUANDO?

Aqueles que agora nada têm quer dizer, posto que os fatos tomam a palavra, seguem falando. Aquele que tenha algo para dizer, que se adiante e cale!
Karl Kraus

Qual o fundamento deste conflito entre greve de jornalistas x papel do jornalista? (para além dos confrontos imediatamente econômicos e políticos que qualquer greve insinua). Por que o jornalista não pode se calar mesmo quando o silêncio implica numa estratégia ampla de luta contra a exploração de seu trabalho? Por que o jornalista tem que falar sempre?

COMO?

A necessidade pode fazer de todo homem um jornalista, mas não de toda mulher uma prostituta.
Karl Kraus

Cada manhã nos informa sobre as novidades de toda a terra. E, no entanto, somos notavelmente pobres em histórias extraordinárias.
Walter Benjamin

(o jornalismo por linhas tortas)

A padronização linguística dos periódicos, como se sabe, inibe a a capacidade imaginativa do leitor: promove um empobrecimento da linguagem; seu complemento é o leitor em regressão, o leitor distraído". Todos os dias, o jornal circula como o suporte rotineiro da palavra fetichizada. Domínio prosaico do signo transformado em mercadoria, do pensamento metamorfoseado em objeto mercantil. O mundo e as coisas enlaçados na fraseologia, esta matéria-prima da indústria jornalistica. A especificidade de cada evento é pulverizada; algumas regras fixam a vida inteira: concisão, leveza, facilidade de compreensão, verossimilhança, etc. O discurso jornalístico tornou-se a forma eficaz para falar de tudo e a linguagem adequada para coisa nenhuma.

Sem o jornal, a rotina medíocre do nosso cotidiano revelaria o horror de sua insuportável impotência: falando de tudo, da vida e das coisas, a imprensa devolve a ilusão de que o mundo continua a nosso alcance, e atualiza — periodicamente — a sensação de que se a barbárie é inevitável, pelo menos ainda passa pelas nossas mãos. Contudo, a violência e o escândalo dominante são impressos recortados de sua assustadora dimensão real; não fosse assim, já não haveria mais motivo para se continuar comprando jornais. A linguagem emburrecida do jornal dispensa o leitor de qualquer responsabilidade sobre o dilúvio. (Adorno cita o caso dos leitores liberais dos diários berlinenses entre as duas guerras, que seguiam confiando em seus periódicos de sempre, sem se darem conta que os nacional-socialistas os dominavam há muito tempo — conservando, astuciosamente, os mesmos tipos gráficos e a mesma diagramação). 1

O jornal é o espaço de estrangulamento da experiência e da subjetividade.2 As palavras premiadas no jargão de qualquer jornalista são objetividade, imparcialidade e neutralidade. Editorial e colunas assinadas servem como uma espécie de refém da individualidade, para que nas outras páginas ela possa ser aniquilada mais facilmente. Falando de forma impessoal, de coisas que são exteriores ao seu conhecimento e à sua vivência profunda, o discurso jornalístico aparece vazio de qualquer experiência; a informação relata o puro em-sí do acontecimento, impermeabilizado de qualquer manifestação de experiência entre os homens. Como dizia Walter Benjamin, se a imprensa se houvesse proposto que o leitor faça suas as informações como parte de sua própria experiência, não conseguiria seu objetivo". 3

POR QUE?

Chamas, e em torno de ti nada, senão silêncio.
E calas, e em torno de ti tudo é tormenta.
Karl Kraus

O jornalista pode falar sobre o mundo, sobre as coisas, sobre a vida. Aqui ele cultiva sua sensação de Poder: **é alguém que detém o discurso sobre o mundo.** Iluminador e observador privilegiado da História: os fatos passam por suas mãos. **mas só se realizam se ele noticiar.** Seu narcisismo profissional é alimento pela ilusão de que se encontra em um local especial da História e da Sociedade. Nada ocorre se o jornalista não divulgar. Falando sobre o assunto, diz Davi Arrigucci Jr.: Uma coisa, aliás, que deve passar muito pela cabeça do jornalista, hoje, é que ele a todo momento tem a ilusão de estar no ponto a partir do qual todas as contradições se resolvem. Eles estão no ponto surrealista das epifanias máximas (...) Pelo tipo de coisa que a gente costuma ler, parece que o jornalista tem a idéia de que está numa posição de tal forma privilegiada, diante dos outros, os acontecimentos estão de tal forma na mão dele, que ele está falando realmente do píncaro onde tudo se desvela".4

Então o jornalista não pode fazer greve, não pode se calar: seu silêncio seria recebido como a própria mudez da História. **Se o jornal não noticia, a História não ocorre em sua totalidade;** sem o jornal, eleições, greve de metalúrgicos, decisões de Brasília etc., não encontrariam sua plenitude política. Assim, o jornalista mantém a sua imagem de alguém que se encontra em uma posição indispensável para a Sociedade; por isto, ele não pode se calar: **coloca-se como a possibilidade mesmo de concretização da História.** Eis a ideologia do papel do jornalista e a base de sua megalomania. Um fulano tão importante que não pode se calar. Ainda que sua fala seja desapossada.

NOTAS

1 — Tanto a imprensa pauperizou a argúcia crítica do leitor que, como observa Maria Thereza de Almeida, durante a recente greve dos jornalistas de São Paulo, grande parte do público continuou lendo os jornais sem desconfiar de nenhuma transformação em suas páginas.

2 — A fragilidade da experiência pode ser ilustrada pelo torcedor de futebol que assiste ao jogo ouvindo sua narração em um radinho-de-pilha; depois, à noite, ele vê o video-tape e no dia seguinte compra os jornais para ler o noticiário sobre a mesma partida. Trata-se de um homem que não confia nos acontecimentos de sua própria vida, ele precisa de alguma coisa que complete a sua experiencia intima. Esta, já não lhe é suficiente para mais nada.

3 — Tomo também como referência a formulação penetrante de Fernando Mesquita: por que os jornais circulam periodicamente do mesmo tamanho, sendo que cada dia não é igual ao outro?".

4 — Ver Jornal, Realismo, Alegoria, **in "Achados e Perdidos" Polis, 1979. Sobre a relação da prosa brasileira de ficção e o jornalismo, ver também os ensaios** O baile das trevas e das águas e Onde andará o velho Braga, **publicados no mesmo livro citado.**

N'ul aura de l'esprit s'il n'est aussi sot que nous.. il est aussi aisé d'être un homme d'esprit et d'avoir l'air d'un sot sous une physionomie spirituelle.

Diderot **(Le Neveu de Rameau)**

O ilustrado e o filisteu

Uma reflexão sobre a universidade

Maria Silvia Carvalho Franco

Em termos gerais, a educação da consciência se constituiu como uma das pontas de lança do liberalismo na ordenação do mundo burguês, projetando por sobre o dilaceramento e as profundas divisões reais da sociedade, as grandes ilusões da harmonia da comunidade idealizada, da produção do saber autônomo e desinteressado.

Dentro dessa orientação e visando resolver problemas práticos prementes, definiu-se a **praxis** liberal no Brasil, dos meados do Império aos inícios da República. Um vasto programa de transformação social e política foi gradativamente posto em prática. Remodelaram-se as formas diretas de segurança do Estado, com um novo modelo de exército, de polícia e de judiciário; renovou-se o sistema administrativo e financeiro; fortaleceu-se o poder público, acentuando-se sua decidida laicidade e neutralizando-se as instituições da Igreja, violentamente excluída da vida política e reduzida à invisibilidade espiritual(1).

Nesse movimento modernizador, a consolidação do regime de propriedade individual, a extensão das liberdades formais e o igualitarismo pela ilustração, assumiram uma importância nuclear, em fase, sobretudo, à exigência de organizar o mercado de trabalho, conformando o cidadão para as relações de contrato.

Desde que suprimido o tráfico negreiro, em 1850, a política econômica dirigiu-se cada vez mais no sentido de manter a continuidade da produção nas grandes empresas agrícolas, substituindo o escravo pelo trabalhador livre. O negro liberto, o índio, o sertanejo, não foram **imediatamente** incorporados à força de trabalho; completar seu processo de expropriação e proletarizá-los implicava num intervalo de tempo que interromperia a atividade produtiva, ameaçando o sistema de colapso. As levas de imigrantes europeus alimentaram um "exército de reserva" nas fazendas em franca expansão(2), compondo um mercado de trabalho plástico e conforme às necessidades da grande lavoura tal como se achava organizada. Proletarizava-se a população já expropriada em seus países de origem: "O Brasil participava ativamente das condições postas pelo mercado de trabalho mundial".(3)

A TEORIA NEGRA

A esse quadro se acrescenta a idéia do Estado como instrumento de coação, cuja finalidade é estabelecer o equilíbrio e o progresso social. "A sociedade constitui o **"maquinismo político-social"** em que o Estado é posto como **"fiel do manômetro entre as diferentes classes"**. Fora destas classes dirigidas pelo Estado, situam-se os que não têm direito à igualdade, ou melhor, os que são "menos iguais" que os outros cidadãos: entre outros, **"a massa impura e formidável de dois milhões de negros subitamente investidos das prerrogativas constitucionais"**. Instaura-se, pois, a consciência clara de quem era cidadão livre no livre Estado: todos, em princípio, menos a **"toxina negra"** que ameaçava mesmo a unidade física da Nação, fazendo **"descer o nível da nacionalidade na proporção da mescla operada"**.(4) O preconceito racial se reproduz e se reelabora frente ao problema crucial da organização do trabalho conforme as exigências da sociedade civil. Todos os incapazes para as relações contratuais, que se visava implantar no mercado de mão-de-obra, compunham a massa dos socialmente excluídos.

Sendo crucial no Brasil desse período, manter um fluxo regular de trabalhadores para sustentar a produção agrícola, não é difícil apontar a inversão ideológica que fundia essas discriminações raciais e sociais. "O pressuposto das relações de mercado é a igualdade; a inaptidão para elas caracterizará, necessariamente, a inferioridade.(...) Nesse contexto, todos os grupos sociais pobres que, por situações várias, escapavam ao processo de proletarização, eram ignorados ,desqualificados ou reprimidos: o sertanejo, preguiçoso, o negro desorganizado e perigoso, o índio selvagem e violento. Igual, e apto para as trocas de mercado só o imigrante, imediatamente proletarizado e altamente valorizado em nome das virtudes burguesas: honrado, laborioso, alfabetizado, ordeiro, etc." Esse existência no interior das trocas de mercado era um pressuposto necessário, bem de acordo com a antropologia liberal: "só os integrados à nova ordem participavam plenamente da humanidade política; os que dela escapavam — os nacionais improdutivos ou os estrangeiros anarquista e subversivo — seriam, **ipso facto**, privados até mesmo dos direitos fundamentais do cidadão."(5)

É no interior desse quadro que se inscreve o projeto ilustrado dos liberais brasileiros. Em seu programa se destaca uma ampla campanha de educação nacional, tendo em vista o adestramento das massas e a formação das elites. Os liberais lançaram-se ao domínio da imprensa, das escolas, da Universidade. Quando já iam adiantados no estabelecimento dessas formas indiretas de controle social, vemos sua inspiração claramente formulada: educar para "refundir nossa cultura" e para "restabelecer a disciplina na mentalidade do povo". A própria concepção de imprensa revela o sentido autoritário desse projeto; um verdadeiro jornal "constitui para o público uma verdadeira bênção. Dispensa-o do trabalho de formar opinião e de formular idéias. Dá-lhes já feitas e polidas as tardes, sem disfarces e sem entelites, lisas, claras e puras". A Universidade é considerada, por esse grupo, como nuclear: "no organismo social ela representa o papel, insubstituível, do sistema nervoso no organismo animal".(6)

Os elementos indicados mostram que a burguesia moderna e ilustrada não estava para brincadeiras. No processo de afirmar-se, ela articulou simultaneamente a organização social do trabalho, a máquina do Estado e o controle das consciências, valendo-se dos conceitos universais da cultura burguesa como armas eficientes de domínio político. Minimizar o significado social desse projeto, tomar sua expressão idealizada como palavras vãs, imitação do que lá pela moda ornamento de consciências ingênuas, é tornar, isto sim, a própria crítica limitada ,perdendo de vista o seu alvo e acertando no simples aparência. Considerada a questão desse modo, não parece mais necessário indagar se essas idéias foram empobrecidas ao se deslocarem pelos mares coloniais ou se difundiram pelo éter de pensamentos. Isto seria tomar o dado como explicação de si mesmo.

É certo que o autoritarismo iluminista aparece sob a forma de seu contrário, no contexto da "emancipação da opinião pública nacional". Segundo essa vertente, "o grande democrático exige, mais do que qualquer outro, uma educação de massa e sobretudo, uma elite poderosamente impregnada desse sentimento de interesse comum que resulta de uma alta cultura geral, como uma flor de civilização". A Universidade é vista como um "conjunto de escolas (...) propostas a elevar ao mais alto nível os estudos para a preparação das elites de que necessitam as sociedades".(7)

DA ELITE PARA A ELITE

A razão de ser do ensino universitário é sua alta missão cultural, cabendo às Faculdades de Filosofia garantir esse programa. Destinam-se aos "estudos puramente teóricos que pairam numa esfera superior, estranha a quaisquer preocupações profissionais e cuja finalidade se dirige no sentido de criar uma atmosfera de pesquisa, de pensamento criador e de espírito crítico, de cultura livre e desinteressada, em que a todas preocupações utilitárias se sobrelevam a da pesquisa original e a do domínio, tão completo quanto possível, de uma especialidade no vasto campo dos conhecimentos humanos."(8)

No interior desse modelo define-se uma concepção rigorosamente seletiva de conhecimento: "a ciência pura, como a cultura livre e desinteressada, que não se vulgariza, mas deve ser posta ao alcance dos raros homens vindos de todas as camadas e capazes de escalar essas alturas, sempre foi e será um produto de elite para uma elite, uma atividade superior e quase apostolar para a qual muitos são os chamados e poucos os escolhidos, e cujos benefícios se devem estender em larga escala, mas cujos segredos e prazeres permanecem indesejáveis para a maioria dos indivíduos".

É esse o elenco das grandes ilusões que revestiam a firme dominação política exercida pela burguesia liberal, num programa já de longa data consolidado ao ser fundada a Faculdade de Filosofia. Essa surge efetivando ideais reveladores da ordem ilustrada: o adestramento de professores secundários que deveriam se encarregar da educação fundamental das massas, e o preparo dos artífices da alta cultura livre e desinteressada. Vinculada ao liberalismo oligárquico, a Faculdade de Filosofia funcionou nessa perspectiva durante mais de três décadas. Constituiu-se nela, pelo menos na aparência, um clima tolerante no plano das idéias e respeitável no âmbito pessoal, definindo-se certos limites do processo competitivo próprio aos pequenos grupos privilegiados, tanto de professores quanto de alunos.

A Faculdade de Filosofia não foi inicialmente, um campo muito propício à aquisição de **status**. As classes altas, na sua representação mais convencional, ainda preferiam as profissões liberais. De outra parte, o país saía vagarosamente de uma crise econômica e a mobilidade social pela educação ainda não compunha o ideal exacerbado que atravessou depois a classe média. A Faculdade de Filosofia era, ou assunto de ricos e remediados — um pouco excêntricos em seu próprio meio — que podiam dar-se ao luxo do saber desinteressado, ou o lugar do mais pobre, em busca de um modesto cargo de professor secundário.

O recrutamento de alunos e a escolha dos docentes se conformava, pois, à ideologia e aos padrões dos grupos dominantes. Num e noutro campo definiam-se capelas alimentadas por uma concepção aristocrática do saber e norteados pela correção de atitudes, as quais velavam, por certo, um processo segregatório violento mas, ainda assim, regulado por normas aceitas em geral, ao menos pelos princípios da moralidade burguesa. Internamente a esses grupos elitistas determinavam-se formas de solidariedade e de associação que sustentavam um **esprit de corps** e garantiam sua integração.

Forçoso é reconhecer, porém, que o fechamento desses grupos obedecia a um critério intelectual inquestionado: o desempenho competente. No nível do ensino, procurava-se oferecer uma formação rigorosa e eliminar as improvisações, numa decidida oposição ao diletantismo. Submetia-se o jovem a um trabalho árduo, que funcionava também como técnica de exclusão. Dentro desse sistema combinavam-se duas ordens seletivas; de uma parte, aquela baseada na consciência e no reconhecimento da "igualdade dos espíritos"; de outra, a competição pelo mérito.

Dentro desses pequenos grupos, tronava a figura do catedrático, que distribuía os benefícios e promovia as carreiras. Observava-se uma atitude correlata por parte dos alunos, sendo moeda corrente a "linguagem da lisonja". Isto conferia ao professor um considerável poder, constituindo meio normal de consolidação de seu prestígio. Este, entretanto, dependia intrinsecamente da qualidade de seu trabalho, base inclusive para a sustentação discente. Eram estes, de modo fundamental, os processos de mobilização da opinião e de construção das reputações. Mais uma vez, é preciso não idealizar esses critérios e não esquecer o aspecto mutilador das imagens produzidas por esses pequenos grupos que se autoconcebiam como excelentes e excluíam os demais. Esta foi, sem dúvida, uma fase norteada por uma preocupação elitista do saber.

EDUCAÇÃO E INVESTIMENTOS

Todo esse quadro foi perturbado pelas transformações sociais articuladas à expansão capitalista dos anos 50 em diante. Associada ao desenvolvimentismo, tornou-se muito difundida a ideologia de que educação é investimento. As mudanças verificadas nas classes médias e sua pressão para a subida na escala social seu crescimento e mobilização, conjugaram-se ao alargamento e à massificação da Universidade. Entretanto, como é notório, em pouco tempo observou-se uma radicalização política que culminou com o golpe de 1964, definindo-se um forte processo repressivo e um novo fechamento da instrução superior, mas já em outros moldes.

Nas mudanças ocorridas na Faculdade de Filosofia, é imprescindível ressaltar também o movimento interno da produção do saber, tal como nela foi continuamente praticado e valorizado. Em consequência da própria concepção liberal que a fundara, diferenciaram-se os esquemas de trabalho em seus vários setores como resultado do impulso na especialização os conhecimentos, do "progresso das ciências". Deu-se uma ruptura que desmembrou a antiga Faculdade confluindo com os processos mais amplos de transformação social e política já aludidos.

Nessas condições, seria impossível manter o velho ideário e os velhos padrões da Faculdade, principalmente a representação de sua **unidade** como produtora de cultura em nível fundamental. Sua fragmentação resultou tanto de transformações gerais de estrutura social, quanto de desdobramentos da própria concepção de classe nitidamente propostos como dominação social. Sua efetividade se operava, entretanto, através das grandes ilusões liberais do saber rigoroso e desinteressado. As relações pessoais também se realizavam mediante essas figuras no apreço a ciência, às humanidades, aos valores aristocratizantes.

Com a perda desse imaginário, calindo-se na imediatez da pequena burocracia, dá-se o esvanecimento cada vez maior das preocupações com a cena política mais ampla. Com esse desvio da atenção, com a segurança desse descompromisso, é facilitado o trabalho para o autoritarismo do Estado e para a dominação social. Supondo-se a salvo do serviço direto dos governantes e aferrando-se aos alvos da pequena burguesia, o intelectual de profissão torna-se presa das armadilhas do aqui e do agora, transformando-se, sem sequer o saber, no agente racionalizador da ordem estabelecida. A cegueira das existências medíocres, e a miséria dos interesses particulares exclui tudo o que de mais substancial se oferece à reflexão.

Tendo em vista este lamentável quadro, e concluindo, cabe lembrar uma passagem de Diderot que bem caracteriza o papel desempenhado pelo intelectual rotineiro frente ao poder:

"Não há melhor papel junto aos poderosos, que o de bobo. Por muito tempo houve o título de Bobo do Rei; nunca houve o título de sábio do Rei. (...) Aquele que tem um Bobo, não é sábio; se ele não é sábio, é bobo; e talvez, fosse ele Rei, o bobo de seu bobo" (Sobrinho de Rameau).

Notas:

(1) Cf. **MARTINS BRESCIANI, M. S.** Liberalismo: ideologia e controle social. **Universidade de São Paulo, 1976 (tese de doutoramento, mimeo).**

ROMANO DA SILVA, R. Le Signe et la doctrine. Prismes du discours théologique dans le Brésil Contemporain. **Paris, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1978 (doutoramento, mimeo).**

(2) Cf. **HALL, M. e MARTINEZ ALIER, V. "Greves de Colonos na Primeira República". Comunicação apresentada em seminário, CEDEC, 1979 (mimeo)**

(3) Cf. **MARTINS BRESCIANI, M. S.** op. cit.

(4) **ROMANO DA SILVA, R.** op. cit. Cf. **ROLIM CAPELATO, M. H.** A ideologia liberal de O Estado de São Paulo. **Universidade de São Paulo, 1975 (tese de mestrado, mimeo). As citações em itálico são de Júlio de Mesquita Filho.** A crise nacional, reflexões em torno de uma data. **Sessão de Obras do Estado de São Paulo, 1925.**

(5) **ROMANO DA SILVA**, op. cit.

(6) Cf. **ROMANO DA SILVA**, op. cit. e **ROLIM CAPELATO, M.H.** op. cit.

As citações são de Julio de Mesquita Filho, op. cit. **com excessão da referente à imprensa, que é de Plinio Barreto.** (O Estado de São Paulo, 14-1-1928).

(7) (8) (9) **AZEVEDO F.** As Universidades no mundo de amanhã. **p. 48, 76 e 56, respectivamente.**

Post Scriptum

Este artigo faz parte de uma conferência pronunciada na Sociedade de Estudos Históricos, às vésperas da greve do funcionalismo. Durante este movimento, a intensa participação de base quebrou momentaneamente para amplos setores da Faculdade de Filosofia, a espessa camada de "misére" e de prosaísmo rotineiros.

Apesar da considerável mudança de atitudes e comportamentos, tornados alertas para a luta política **extra muros**, a U.S.P. foi uma das instituições que mais restringiu sua própria potência de ação, conformando-se na maioria dos casos, às regras **a priori** provenientes da também **a priori** Coordenação Geral Permanente, enquanto outros setores tentavam romper esses vínculos burocráticos e estabelecer contactos diretos entre si e com a população.

Dobrando-se à ausência de participação civil, nestes últimos anos, a U.S.P. fechou-se na pequena política interna, demitindo-se até mesmo do "exercício público da razão". Isto pode fornecer o pano de fundo onde se desenha um aparente "realismo político" que deposita, nas alianças com as instituições do **stablishment**, as esperanças de combate aos arbítrios do regime. Na verdade, nada mais ilusório: alianças implicam em trocas de poder. Pouco tem os funcionários públicos a oferecer à Igreja cujo programa não se dirige preferencialmente às classes médias, mas aos trabalhadores camponeses e "marginalizados" em geral. E o que teriam para oferecer à Imprensa, senão uma transitória figura de inimigo comum no caso de **O Estado de São Paulo**, na pessoa do Governador? Esse encontro casual esconde entretanto uma enorme fissura quanto as relações entre Estado e Sociedade civil. A grande denúncia trazida pela greve foi a degradação dos serviços públicos e a crescente privatização de escolas e hospitais; como conciliar esse ponto de vista com a defesa intransigente da iniciativa privada, tônica da imprensa paulista? Por fim, no atual regime, onde a representatividade dos partidos é imprecisa e onde a oposição resulta de uma frente muitas vezes frágil, como reconhecer na massa de funcionários públicos uma ponderável força eleitoral, apta a exercer uma pressão eficaz?

De fato, nada mais irrealista, politicamente, que essa prática de alianças, paliativo da impotência, que deixou o funcionalismo no marco zero de suas reivindicações.

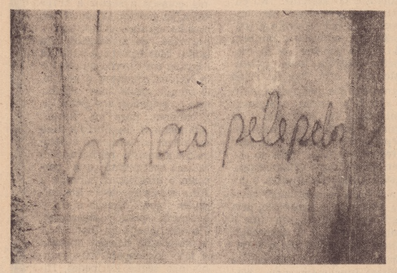
Nesse pêndulo de conciliação e freio dos movimentos de base, a U.S.P. reviveu sua antiga tradição elitista ao intervir, de modo decisivo, no final da greve. Nessa fase, ela colocou-se numa atitude de auto-defesa e elegeu diretamente, em assembléia e sem passar pelos comandos de greve, uma comissão de negociações com o MDB. Nesse passo, os grevistas, desmobilizados, deixaram de ser uma possível massa de pressão sobre o legislativo para transformar-se em instrumentos de sua política.

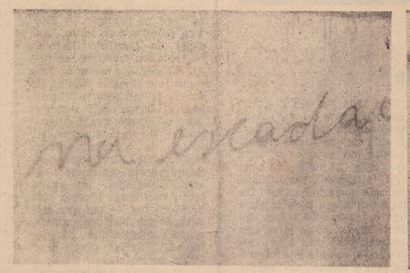
Passado o movimento, notou-se desalentado refluxo da vida pública para o recesso dos corredores. Frases esperançosas como "a Faculdade de Filosofia não será a mesma" viram-se rapidamente desmentidas nas reuniões e assembléias quase desertas, no restabelecimento da mentalidade rotineira. Na luta contra o inimigo encarnado no atual governo e contra a privatização do ensino, o programa político da U.S.P. precisa sacudir radicalmente esse sono burocrático e conformista que paralisa seu ânimo. Caso contrário, ela se verá, novamente fechada nas concessões, ou melhor, nas restrições, que lhe forem impostas pelo autoritarismo do Estado. Pior, ela estará repondo, com suas próprias práticas, sua irrelevância pública.

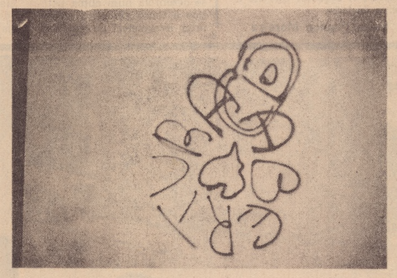
Para as humanidades — para a filosofia, sobretudo — esse imobilismo político é fatal. A denegação do pensamento e da atividade crítica volta-se contra a própria existência universitária, submetendo sua desimportância ao serviço da misologia oficial.

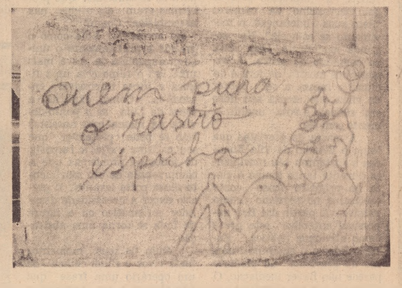
Porque não seria reprodutível, nessas condições, a imagem do ensino da filosofia, conforme a anedota lembrada por Hegel? Na Itália, sob ocupação francesa, um professor teria respondido, ao ser questionado sobre a situação dos estabelecimentos públicos de ensino: **"On les tolère comme les bordels".**

Ennio Brauns Filho e Jesus Carlos









CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

CINEMA Resenhas

Providence

Alain Resnais

Os nostálgicos de **Hiroshima meu amor** e de **Marienbad** (todos nós?) temos agora a possibilida de evocar, assombrados, as razões daquele encantamento, através da brusca e inesperada revisita a que somos convidados pelo próprio Resnais. Resnais foi sempre habilidoso e sedutor para apresentar o tema do amor. Ele, o amor, era possível pelas mesmas razões pelas quais era impossível: **só se ama** sobre as cinzas, a fumaça e a neblina de uma hecatombe, de uma guerra ou de uma grande desilusão histórica. No território desta descoberta fundamental — retirada dos grandes temas literários do período, que Robbe-Grillet e Margueritte Duras podiam compartilhar, indiferentemente, com Sartre ou Camus, apesar das batalhas escolásticas que os golpearam — cresceu toda uma produção cinematográfica e uma "idéia" de espectador que se reclamavam mutuamente no usufruto da mesma sensibilidade que, belamente, chamava "amor" àquele movimento do espírito que recolocava, com toda violência, uma consciência individual sobre as penúrias do conturbado mundo histórico.

Em **Providence**, vemos a caricatura de tudo aquilo, e junto a isso, descobrimo-nos aqueles "espectadores" que fomos, falando como ventríloquos de nós mesmos, e talvez relembrando algumas das sentenças que mais nos feriam, como aquela com a qual Paul Nizan, um "pré-resnaisseano", abria seu livro: "tive vinte anos e jamais direi que era a idade mais feliz da vida". Desnecessariamente, Resnais convoca tudo isso para banalizá-lo, justamente quando parecia que com o auxílio dos severos e transparentes roteiros de Jorge Semprún, tinha conseguido afinar e atualizar seu velho tema até convertê-lo na idéia de que o ser político expropriado de seu contexto histórico e de suas pertinências sociais imediatas, paradoxalmente, revelava uma força não usual para iluminar os componentes de rotina e de aventura da própria ação política. Era assim naquela personagem servida pelo magnífico Ives Montand em **A Guerra Acabou**, e também era assim com o Belmondo de **Stavisky**, com a sombra de Trotsky atando todo o drama histórico, percorrendo fugazmente a França com duas malinhas, e seguido atentamente por um policial que parecia tirado de **A Volta ao Mundo em 80 Dias**. Porém indiscreto, Resnais voltou a seus antigos amores para desiludir e frustrar a nós, seus pobres fiéis de outrora.

Um narrador exterior aos fatos, mas que converte as personagens em marionetes, é o exercício brincalhão (não desprovido de atrativos) a que Resnais se entrega em **Providence**. As pessoas reais que tiveram influência na vida desse narrador — o escritor Langham — são neutralizadas para dar lugar aos bonecos (e para isso nada melhor que as perfeitas, embora reiteradas, impostações de Bogarde) que Langham vai vestindo conforme seu humor, seus próprios espectros interiores, seus próprios mitos que sempre invadiram, silenciosamente, seus relacionamentos mais vitais e que ele insiste, ironicamente, em recuperar através da quase absoluta autoridade de seu imaginário. E o movimento que o demiurgo Langham impulsiona, por varias vezes ele o perde para o espontâneo, o que produz momentos de humor que são, talvez, o melhor do filme. E se não fôssemos demasiado estritos (ainda bem que já dissemos porque "os que tinham vinte anos" no começo dos 60 estão obrigados a sê-lo), devemos reconhecer a convincente construção da bela figura diabólica de Langham, deixando transparecer maquiavélico, as chaves de astúcia, humor, brincadeira e tragédia com que vai compondo o jogo ativo-discursivo entre seus personagens-vítimas

E isso não é a melhor marca do traço de Resnais, pode-se-ia dizer, se se quisesse renovar o contrato entre Resnais e um "novo tipo" de leal espectador monacal? Seria. Mas o trabalho lúdico com a memória dissolve-se hitchkochianamente — sim, de Alfred Hitchkock — no quadro bem comportado do dia seguinte contraposto à fantasmagórica vigília. O trágico e o macabro de um imaginário que se revela como o único poder de um escritor ancião diante da morte, acaba sendo "explicado" e "aliviado" pela manhã impressionista de um dia de aniversário. O apocalipse — já inconvincente: as personagens convivem, no sonho, num mundo de objetos e ações desconexas, falando sonambulamente, enquanto circulam soldados pelas ruas; tudo isso, até o pior Antonioni conseguiu mostrá-lo e trivializá-lo fatigando-nos sem já nos comover — não passa de uma alegoria fatalista sobre a atualidade européia que empobrece a narrativa em vez de sustentá-la. Infiel às suas próprias metáforas — e não deveria sê-lo quando se apresenta a dissecação de um cadáver — Resnais apresenta o espelho quebrado do choque de uma consciência com a crise espiritual da época, com recursos narrativos já esgotados, e o que é pior, explicitando tudo ao final, servindo como prato tranquilizador a possíveis novos fregueses, um manual explicativo das incógnitas que o relato ia abrindo. É a fácil pedagogia que **Marienbad** nos havia poupado

O "Dejeuner sur l'herbe" e a olímpica panorâmica final, em **Providence**, não podem fazer-nos esquecer que Resnais tentou mostrar os ginetes apocalípticos e os enigmas de que eles seriam os portadores, comodamente resolvidos no final como se houvesse uma precisa intervenção do bom Hércules Poirot.

Horácio Gonzalez
Rachel A. C. Brasiliano

Ifigênia

Michaelis Cacoyanis

Lastimável que as distribuidoras tenham retirado tão rapidamente de nossos cinemas o interessantíssimo **Ifigênia** que é, depois de **Electra** (1962) e **As Troianas** (1973) a terceira tragédia de Euripedes filmada por M. Cacoyannis. Uma leitura moderna (e bem resolvida cinematograficamente) da peça escrita há 25 séculos, é endereçada ao espectador de hoje sem, entretanto, deixar de ser fiel ao texto.

De um modo geral, pode se dizer que o conflito trágico de **Ifigênia** repousa numa tensão entre família e vida pública. Sacrificar a filha ou desertar — eis a situação aporética em que se encontra Agamemnom que desencadeia o drama.

Para Ésquilo o ato de Agamemnon constitui um crime monstruoso. Na tragédia que leva esse nome, o coro lembra com horror a morte de Ifigênia, seu desespero e súplicas ao ser arrebatada pelos soldados, qual uma lebre impotente, a boca amordaçada, proibida de proferir imprecações. Euripides inova o mito. Em **Ifigênia em Áulis**, poupa o rei do peso do crime, fazendo com que a jovem espontaneamente entregue sua vida pela Grécia. De qualquer forma é ele quem tomado pela ambição a atrai a Áulis traiçoeiramente.

Cacoyannis, por sua vez revela que conhece a versão de Ésquilo e segue bem de perto o texto euripidiano. Introduz ligeiras modificações que longe de prejudicar ou deturpar o original grego, intensificam o elemento trágico de forma mais aguda, tornando-o, curiosamente, mais acessível ao gosto moderno.

A cena inicial do filme, de visível inspiração em Ésquilo, tem caráter premonitório. Ela é simetricamente oposta a cena final, estando, portanto, ambas bem relacionadas. Os gregos, levados pela fome, cometem o primeiro ato ímpio massacrando os animais sagrados e, em especial, o grande cervo, cuja morte lenta é bem explorada: a artéria pulsa forte no pescoço... Esta cena antecipa uma outra. Ao saber do sacrifício, Ifigênia, na tentativa frustrada de fuga, cai ofegante por terra. Novamente o cineasta focaliza a artéria pulsando forte no pescoço... Desta vez é a morte lenta da jovem que é anunciada. No final, a exigência divina do sacrifício parece confirmar-se. São os sacerdotes que antes protegiam os animais sagrados, que agarram e sacrificam Ifigênia aos olhos do pai, — pai que era antes perseguidor dos animais e agora o único que poderia salvá-la. Ifigênia paga pela morte do cervo real.

O conflito trágico se define logo no início e o filme se desenrola num clima patético e tenso em vista do caráter irreversível do sacrifício e da impotência dos que se lhe opõem e do poder dos que o desejam. Em outras palavras, as únicas personagens que se preocupam com a vida de Ifigênia, a mãe e o velho cervo, são exatamente as que estão vinculadas ao **oikos** — a família, à casa. E por isso mesmo, são impotentes e sucumbem sob a pressão externa que é muito mais forte.

O **oikos** de Agamemon tem características particulares. Ifigênia sofre um duplo conflito. Paralelamente ao principal — evitar sua própria morte — ela se defronta com outro, não menos terrível: compreender a atitude tomada pelo pai. A cena de sua chegada ao acampamento e seu encontro com o pai — cena carregada de sensualidade que é interrompida pela mãe — liga-se a cena de seu discurso final: percebendo ser inútil resistir, ela resolve seu problema enquanto grega, assumindo seu papel heróico, e enquanto filha, recuperando a imagem positiva do pai. Se por um lado, se forma um triângulo, cujo terceiro elemento é Clitemnestra, por outro, vemos mãe e filha unidas, enquanto vítimas de um mesmo tipo de violência de Agamemnon. A primeira confessa a inexistência de qualquer amor entre eles, raptada que fora do antigo par e levada à força para Argos. A segunda também é, de uma certa forma, "raptada" do seu convívio por uma mentira forjada ou consentida pelo pai. Uma afinidade trágica marca o destino das duas mulheres: no **oikos**, a arte da submissão sobrepõe-se à do mando. Clitemnestra é incapaz de qualquer ação, embora afirme que "governa sua casa".

No universo político todos aspiram ao poder. É o jogo que anima os homens. Nesse sentido, Agamemnon e Menelaus representam a face secreta da guerra e sua realidade impiedosa. A grandeza que marca o primeiro deles tem conteúdo trágico, decorre de sua situação desgraçada, sensível aos apelos da filha e aos aplausos do exército. No entanto, tal grandeza não esconde seu lado fraco: é prisioneiro da ambição e também do irmão que, de certa maneira, controla seus passos Menelau está na situação vantajosa dos que podem falar e agir sem serem atingidos Intercepta a mensagem do irmão e julga-se no direito de repreendê-lo, quando o surpreende em falta. Mas ao saber que a filha e Clitemnestra estão chegando, inverte o jogo e finge generosidade: aceita renunciar à expedição, pois está seguro agora de que é muito tarde para retroceder Tudo parece facilitar o sacrifício de Ifigênia. Calcas e Ulisses funcionam como elementos de pressão e aumentam a tensão no desenrolar dos acontecimentos. Cacoyannis acentua a ligação entre os dois, o que põe em dúvida a veracidade do oráculo. Ulisses, sempre astucioso, vigilante e ciente do que ocorre, é delineado como uma espécie de líder popular que concentra em si as atenções e anseios dos soldados.

Aquiles representa o lado aparente da guerra. De linhagem nobre, sua ascendência e bem assinalada. Preocupado com seu prestígio, irrita-se por seu nome ter sido usado sem seu prévio consentimento. Mas no final, nem mesmo consegue o apoio de seus soldados para salvar Ifigênia.

Em meio a tais intrigas políticas, vaidades pessoais, Clitemnestra é a única que consegue ver tudo com clareza: há muito ela conhece o marido, incapaz de reagir às pressões... A dedicação aos filhos compensara o amor que não tinha pelo marido. Matando Ifigênia, ele destrói o único vínculo que os une. Esposa impecável até então, ela parte alimentando a vingança, sem ouvir os apelos da filha para que o compreenda.

Nos momentos finais as inovações de Cacoyannis se fazem sentir de forma bem positiva. Em primeiro lugar, economiza o discurso final de Ifigênia, que em Euripedes poderia ser considerado excessivo, um discurso de exaltação, onde a morte heróica pela Grécia torna-se tolerável e mesmo desejável. Nesse momento, o cineasta torna marcante o sentido obrigatório do sacrifício. Disso decorre que Ifigênia se resigna, sucumbe diante do "necessário", porque não tem outra alternativa, depois de desesperadamente suplicar pela vida. Ninguém pode salvá-la do furor guerreiro que se apoderou dos soldados. Helena não é mais a causa da Guerra de Tróia, mas pretexto que justifica o grande saque. Enquanto a jovem pronuncia seu discurso de coragem e desespero, entregando-se para que as naus partam, os gregos, reunidos em assembléia, gritam barbaramente, exigindo o sacrifício Diz ela: "... agradeço aos deuses por ter nascido grega e não bárbara ou escrava" Tudo isso não deixa de ser muito irônico.

A partir de então, Ifigênia começa a seguir a trajetória da morte. O espetáculo cinematográfico compensa a narração do mensageiro do texto. Mas começa a subir os degraus em direção ao altar e os ventos começam a soprar O sangue ainda não correu mas os soldados, aos gritos, já debandam para os navios. Agamemnon, seguindo a filha de longe, contempla o espetáculo e alimenta um instante o mesmo sentimento que percorre o espectador. Chama a filha e esta se volta. Ele corre em sua direção e ela é agarrada pelos sacerdotes. Quando chega ao topo, sua expressão de horror anuncia o fato consumado. Cacoyannis não segue Euripedes, Ifigênia não é substituída por uma corça.

Filomena Hirata Garcia
Mary M. de Camargo Neves

A greve

João Batista de Andrade

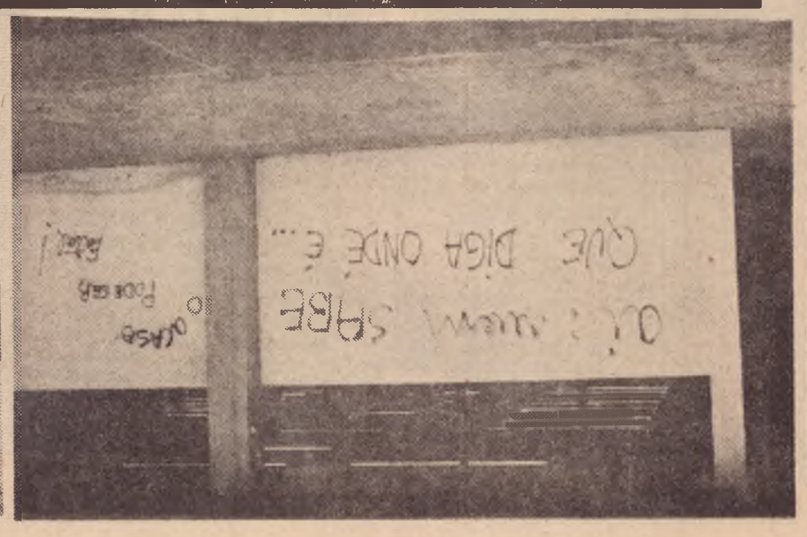
Entre as imagens da última greve dos metadúrgicos este documentário mostra duas assembléias em São Bernardo. Na primeira, logo após a intervenção, o Lula está ausente. O plenário grita sem parar: Lula! Lula! Os oradores têm grande dificuldade em se fazer ouvir. A câmera, entre os grevistas, na altura de seus olhos, se move sem descanso de um lado para o outro. O narrador corrobora a impressão deixada pelo nervosismo da câmera: "Sem suas lideranças, o movimento se esfacela". Na segunda assembléia, Lula volta ao comando da greve. A câmera nos mostra, de fora e de cima, a massa a ser perder de vista que escuta seu líder em silêncio e vota unanimemente com ele.

A massa de grevistas que lotou o Estádio de Vila Euclides e sustentou seu movimento durante tanto tempo é vista no primeiro caso como caótica, e no segundo como passiva. A partir daí fica impossível entender esta greve como atividade política. Entre o líder e o acúmulo informe de grevistas no plenário parece não haver mediação. O filme dá voz aos operários várias vezes, mas as entrevistas nos mostram apenas problemas e opiniões individuais. No espaço aparentemente vazio entre o líder e os inúmeros indivíduos tomados em seu isolamento surgem perguntas que o filme não responde. Como foi atingida uma predisposição para a greve? Que papel desempenharam as comissões de fábrica? Como os grevistas se mobilizaram para garantir os piquetes, o fundo-de-greve, o local para as assembléias? Que problemas eram discutidos nas assembléias? Como?

Ao apresentar Lula como o grande e praticamente o único protagonista da greve, mais uma vez o filme cria uma figura e torna impossível entendê-la. Como explicar a força de Lula se o ponto-de-vista da massa está ausente? Não se pode pretender que seu carisma seja a resposta de todos os problemas que a compreensão de um movimento desse porte levanta. É preciso expor a necessidade desse líder carismático ou a figura de Lula se torna uma abstração.

Num de seus momentos mais vivos o filme colheu de um operário uma frase que não chegou a ser explorada: "Com Lula ou sem Lula, todos nós somos o Lula". A intenção clara foi não deixar dúvida de que a greve continuaria mesmo sem o Lula, mas esta afirmação se constrói através da identificação de cada operário com ele. Lula é usado até para mostrar que o movimento é independente dele. Só aí já se tem material para uma longa discussão, e, se este documentário tem o mérito de reunir alguns elementos para ela, é impossível esquecer que ele a deixa de lado.

Luiza Franco Moreira



O que eles acharam de Prestes: HENFIL, SALDANHA, HUGO ABREU, NIEMEYER, GOLDMAN, SEBASTIÃO NERY, ALBERTO DINES, SOBRAL PINTO.

Procuramos ouvir as opiniões de várias personalidades sobre a entrevista de Prestes e a respeito da possível legalização do Partido Comunista. Aqui, as respostas.

Por Flávio Andrade

Sebastião Nery (comentarista político)

"Não há novidade na mensagem de Prestes. Tive a impressão de estar ouvindo seu primeiro discurso após o Estado Novo quando saiu da cadeia; parece que o velho está ainda vivendo o Brasil de 1945. E' o mesmo tom; são as mesmas frases. Não é um problema de idade, pelo contrário fiquei até surpreso pela lucidez e agilidade mental de Prestes já nos 80 anos. O problema é mesmo de posição política.

"Creio que está nos planos do governo, está na estratégia de Golbery, a legalização do PC. E já, a partir do ano que vem. Pois se dão anistia a Prestes não estão acreditando que ele vá entrar para uma Cruzada Eucarística... Além do que o governo sabe, como todos nós, que deixar o PC na semi-legalidade termina ele crescendo muito mais através de outras legendas como foi o caso pós 45 por meio do PTB, do que ele legalmente se apresentando enquanto tal e correndo sozinho. Através do PTB o PC se fortalece muito mais do que sozinho, é a verdade".

Henfil (humorista e chargista)

"Achei Prestes muito lúcido. Fiquei surpreso. Achei-o também muito democrático, pelo menos em palavras, falando de participação sem maiores pré-condições. No entanto sua fala ficou prejudicada pelos preconceitos anteriores junto ao povo que os entrevistadores bem souberam interpretar. Portanto qualquer apreciação mais precisa está prejudicada. Um homem falar somente pela televisão, desde o exterior, exilado, é uma situação muito prejudicial. O povão, acho que reagiu pelo horror. E a impressão que colhi no dia seguinte de uma amiga que, assustada, me falou: "que horror, você viu aquele homem velho se confessando Secretário não sei o que lá do Partido Comunista? A legalização do PC não me parece estar na ordem do dia; até o fim da ditadura devemos ficar unidos no MDB".

Oscar Niemeyer (arquiteto, projetista de Brasília)

"A mensagem de Prestes é a de um homem que dedicou toda sua vida aos problemas sociais e políticos de seu povo. Uma figura que passara à história na escala de sua grandeza. Estou com Prestes na luta contra a miséria, pela justiça e o socialismo. Quanto à legalização do PC não sei o que virá pela frente. Mas acho que seria muito bom que ocorresse. E mais, se o PC for legalizado, entrarei nele".

General Hugo Abreu (ex-chefe da casa militar do governo Geisel)

"Não vi a entrevista e portanto não posso opinar. Quanto à legalização do PC é um problema difícil. Não sei as intenções do governo, mesmo porque a ilegalidade do PC não é obra da Revolução mas vem da época do governo Dutra. O assunto é de fato muito complicado e eu, pessoalmente ainda não refleti sobre o tema e não tenho opinião própria a respeito".

João Saldanha (comentarista esportivo)

"Sou suspeito para falar sobre o Prestes... Somos amigos... fomos anistiados juntos duas vezes... recentemente estive com ele em Paris. Muita gente falou da senilidade do Prestes. Ora, ele está com quase 81 anos de idade e há 6 anos atrás teve um filho. Eu gostaria de ser senil como ele. Quem não gostaria?"

Alberto Dines (comentarista político)

"Apesar de que se eu estivesse na União Soviética muito provavelmente estaria preso ou internado, no entanto, aqui no Brasil, eu não posso negar que os comunistas foram os primeiros a se entregar de corpo e alma na luta contra o fascismo, muitos deles tombando mortos".

Alberto Goldman (deputado federal pelo MDB de SP)

"Não assisti à entrevista e portanto não posso comentar".

Sobral Pinto (advogado de defesa de Prestes no Estado Novo)

"Eu não gosto de televisão, de modo que não assisti ao programa de segunda feira. Mas as irmãs de Prestes vieram até aqui em casa e me trouxeram a entrevista que foi publicada no Jornal Globo. Eu vou lê-la com atenção e só depois disto é que poderei comentar".

PCB
Da fundação até hoje
(Pequena cronologia)

Por Elvira Oliveira

1922 — de 25 a 27 de março realiza-se o Congresso de fundação do Partido Comunista do Brasil, resultado da fusão de 7 grupos comunistas presentes, representando um conjunto de 72 membros, que em sua maioria eram antigos militantes anarco - sindicalistas influenciados pela Revolução Russa de 1917, considerada como de características libertárias. O partido será legal da data de sua fundação, até julho de 1922, quando se dá a revolta do Forte de Copacabana e a declaração do estado de sítio. Voltará a legalidade apenas por alguns meses em 1927 e só a conseguirá, novamente, de 1945 a 1947.

Antonio Canellas participa, meses após a fundação, como representante do PCB no IV Congresso da Internacional Comunista, em Moscou, o último Congresso assistido por Lenin. Canellas defende a admissão do PCB na I.C., mas o Congresso considera que a nova organização brasileira ainda não reúne todas as 21 condições exigidas para que um partido se transforme em Seção.

1924 — admissão do PCB na Internacional Comunista.

1925 — de 16 a 18 de maio, no Rio de Janeiro, realiza-se o II Congresso. Desde a constituição do Partido até esta data, a palavra de ordem principal era aquela preconizada pela I.C na época: "ir às massas" e os esforços fundamentais visavam a "reconstrução do movimento sindical, organizando-o por ramos industriais e não mais por categorias profissionais, pretendendo constituir uma central sindical nacional. O partido por esta época reunia cerca de 500 militantes.

1927 — Em seu retorno à legalidade, o Partido propõe uma política de frente única com outros grupos operários e com elementos progressistas originários da pequeno-burguesia. Essa frente terá objetivos puramente eleitorais, visando apoiar as candidaturas que assegurem a defesa dos interesses da classe operária. Propõe a formação do Bloco Operário, cuja plataforma era: política independente de classe, luta contra o capitalismo, anistia aos presos políticos, autonomia para o Distrito Federal, legislação social, luta contra as leis de exceção e voto secreto. Para as eleições de 24 de fevereiro de 1927 à Camara Federal, o Bloco Operário apresenta dois candidatos e consegue eleger um deles, Azevedo Lima.

1928 — O Bloco Operário se torna Bloco Operário e Camponês, colocando pela primeira vez a questão da aliança operário-camponesa. De um certo modo, o BOC substitui o PCB obrigado a manter-se na ilegalidade. Dois comunistas são eleitos com o apoio do BOC para o Conselho Municipal do Distrito Federal: Otávio Brandão e Minervino de Oliveira.

Ao mesmo tempo, Astrogildo Pereira, fundador e secretário-geral do PC, viaja à Bolívia para contatar o capitão Luiz Carlos Prestes, que se encontrava refugiado neste país depois do fim da "coluna" que ele e Miguel Costa haviam dirigido pelo Brasil durante cerca de dois anos.

De 29 de dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929, com a presença de 31 delegados reune-se o III Congresso do PCB. Por esta época os efetivos do Partido atingiram 1200 membros.

1930 — O PCB apresenta o operário Minervino de Carvalho como candidato às eleições presidenciais. Neste mesmo ano a "Voz Operária" critica os projetos do capitão Prestes que havia proposto a formação da LAR (Liga de Ação Revolucionária).

1931 — Prestes se autocritica da proposta da LAR e diz que a única vanguarda dos trabalhadores brasileiros é o PCB, a seguir viaja para a URSS. O PCB a partir de 1930, apesar de aumentar sua influência no movimento operário, é sacudido por violentas crises internas. A "proletarização" do partido provoca uma série de mudanças na direção e a expulsão de seu fundador, Astrogildo Pereira.

1935 — Fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), que a Internacional Comunista apresentará como um "modelo" da política de Frentes Populares a ser aplicada na América Latina. Prestes é indicado presidente de honra da ANL; seu nome é proposto na Assembléia de Fundação da Aliança pelo então estudante Carlos Lacerda. Prestes, sua companheira Olga Benário e outros enviados da I.C., regressam clandestinamente ao país, via-Montevidéu, para se colocarem à frente da ANL.

A 5 de julho a Aliança é posta fora da lei e Prestes denuncia o governo Vargas, concluindo seu manifesto com a consigna "todo o poder a Aliança Nacional Libertadora". Em novembro, a "insurreição nacional libertadora" (para a historiografia oficial: a intentona comunista) eclode com dois dias de diferença em Natal, Recife e Rio. O governo controla rapidamente a situação e Prestes, comandante do movimento, passa para a clandestinidade.

1936 — Prestes, sua companheira e outros enviados da I.C. são detidos pela Polícia indo juntar-se aos milhares de presos. Olga Benário, de nacionalidade alemã, é entregue, grávida, às autoridades alemãs, morrendo anos após em um campo de concentração nazista. De 1935 até os primeiros anos da década seguinte o PC vive uma situação muito difícil, devido à repressão e ao surgimento de cisões de origem trotsquista no seu interior.

1943 — Conferência da Mantiqueira que reorganiza o PCB e sua direção. Prestes, preso, é eleito secretário-geral. As resoluções desta Conferência preparam o caminho para a política de "união nacional" que o Partido desenvolverá intensamente entre 1945 e 47. Três temas principais passam a nortear sua política: abertura de uma "segunda frente" militar por parte dos Aliados de modo a aliviar a pressão da Alemanha contra a URSS; 2) anistia para todos os presos políticos; 3) envio de tropas brasileiras para a Europa; isto implicando em apoiar Vargas no seu alinhamento ao lado das potências ocidentais e, obter a redemocratização do país, com a libertação de Prestes e a legalização do PCB. A tática do Partido foi a de engajar-se no movimento "queremista" da Constituição com Getúlio e no plano sindical não se opôr a sua estruturação corporativista, mas criar uma frente com sindicatos que controlava ou influenciava.

1945 — Com o início do período constitucional, o Partido legaliza-se, passando a denominar-se Partido Comunista Brasileiro. Neste mesmo ano cria o MUT — Movimento Unificador dos Trabalhadores — dirigido por João Amazonas. Nas eleições de 2 de dezembro elege 16 deputados federais, 14 deles eleitos diretamente por sua legenda e 2 (Pedro Pomar e Diógenes Arruda) sob a legenda do Partido Social Progressista, e 1 Senador Luiz Carlos Prestes. Seu candidato à presidencia da República, Yedo Fiúza, recebe 10% dos votos, contra 55% de Dutra e 35% de Eduardo Gomes. E' o quarto partido em número de votos. Em maio de 1947, o Supremo Tribunal Eleitoral coloca o Partido novamente na ilegalidade e em janeiro de 1948, o Congresso cassa os mandatos dos candidatos eleitos.

1950 — Surge o "Manifesto de Agosto", que marca uma virada de ultra-esquerda na posição tática do PCB. Ele passa a defender a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, cujo programa se centra na luta pela nacionalização das empresas estrangeiras, na reforma agrária e nas liberdades democráticas. Vargas passa a ser considerado o principal agente da burguesia e do imperialismo norte-americano.

1954 — Em novembro realiza-se o IV Congresso, em que se conserva as orientações táticas esquerdistas, se mantém e se desenvolve a tese da aliança com as frações progressistas da burguesia nacional, estreitando relações com o PTB.

1955 — Começa uma tênue "autocrítica" do PCB. Nas eleições presidenciais apoia Juscelino Kubitschek -João Goulart.

1958 — O PCB lança a Declaração de Março, que marca uma nova orientação do Partido em direção a uma política ativa de colaboração com a "burguesia nacional". Arruda, Pomar, Grabois, Amazonas e outros perdem sua influência na direção.

1960 — Reúne-se o V Congresso do PCB que confirma e desenvolve a linha da Declaração de Março de 1958. O PC luta pela formação de um governo nacionalista e democrático, apoia o marechal Lott nas eleições presidenciais.

1961 — Pedro Pomar, Grabois, João Amazonas e outros rompem com o Partido e formam o Partido Comunista do Brasil, aceitando no plano internacional as posições do PC Chinês. A partir de 61, até 64, o PCB vive uma situação de virtual legalidade. As vésperas do golpe de 64, Prestes declara no programa **Pinga Fogo**, na televisão, em São Paulo: "Não estamos no governo, mas estamos no poder".

1964 — O golpe submete o PC a uma dura repressão. Entre 64 e 67, começa o processo de crise da organização e o surgimento das dissidências.

1966 — Em junho o Comitê Central do PCB aprova as teses para o VI Congreso, que marcado para o final de 1964 só se realizará em 1967. Em dezembro de 1966 Carlos Marighella demite-se da Comissão Executiva: mais tarde (agosto de 67) participará da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em Havana.

1967 — O VI Congresso finalmente é realizado e condena a OLAS por esta estimular a luta armada. Carlos Marighella, Mario Alves, Jover Telles, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho e Miguel Batista são expulsos do Partido.

O PC critica o "milagre econômico" e reafirma a posição aprovada em seu VI Congresso, que indicava a necessidade de formação de uma "Frente Patriótica Antifascista".

1974/75 até hoje — Daí em diante, continuando a atuar clandestinamente, o PCB é atacado, como as outras forças da esquerda, pela intensa repressão da ditadura. Nove membros do Comitê Central — e possivelmente um décimo membro — estão desaparecidos, provavelmente mortos. Entre eles, David Capistrano, Jaime Miranda, Orlando Bonfim que "desapareceram" entre 1974 e 75. Mais recentemente, o PCB pensava que Nestor Veras estivesse vivo, "mas ele realmente foi sequestrado", como afirmou Prestes.

O caso da traição na TV

A volta de Manoel ao coletivo dos presos políticos

Aqui está o final da história de Manoel Henrique Ferreira, que foi para a TV no início da década, traiu e, depois, se arrependeu. Por falta de espaço, na última edição, já na gráfica, foram suprimidas duas partes da matéria "Eu fui para a TV. E traí. Mas pago esta dívida", publicada nas páginas 6 e 7. Essas duas partes — a denúncia do assassínio de Stuart Angel e um pouco das relações entre Manoel e outros presos — também ajudam a compreensão da história de Manoel e as condições em que ele voltou ao convívio dos presos políticos brasileiros.

Relações com outros presos

"Quando saí do CISA, fui para o Regimento Floriano, na Vila Militar. A princípio fiquei numa cela sozinho, enquanto se encaminhavam as negociações com a repressão. Depois fui colocado em uma cela onde se encontravam outros presos políticos aguardando julgamento".

Manoel, que chegara ainda com ferimentos abertos, não contou nada aos companheiros de cela e ainda mentiu sobre o comportamento que adotara frente à repressão. Foi, então, bem tratado pelos outros presos, que lhe prestaram toda a ajuda material e moral. Manoel pensava que passaria pouco tempo naquela cela.

"Dias depois, descumprindo um dos tratos é levada uma televisão para a cela, onde é passado o meu pronunciamento, que fora gravado anteriormente em vídeo-tape. Aquilo foi uma verdadeira agressão aos presos, principalmente pela surpresa e pelo fato de eu tê-los enganado. (...) Os companheiros não falaram mais comigo".

Tornou-se, na opinião dos companheiros de cela, muito difícil a "convivência com um traidor".

Por esses dias agora, quando li nos jornais a notícia do suicídio de Massafumi (outro preso que foi a TV agir como Manoel, antes dele), **voltou-me à lembrança aqueles tempos. E eu comprendi claramente as razões que levaram Massafumi a se matar, pois essas razões eu também as possuíra"...**

Depois, já em 1974, Manoel foi levado para a Fortaleza de Santa Cruz e, depois, para Ilha Grande. Fez greve de fome. Reviu suas posições. E, "ainda com reservas" passou a ser aceito no coletivo dos presos políticos. "Reservas essas — diz Manoel —, que continuam e naturalmente continuarão, pois afinal eu fui um traidor".

O assassínio de Stuart Angel

Stuart Angel foi assassinado em maio de 1971. Justamente na época em que Manoel Henrique Ferreira estava no Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). O caso Stuart ganhou destaque, há algum tempo, devido a dois fatos: 1.o um livro do historiador Hélio Silva foi temporariamente impedido de circular por trazer depoimentos sobre a morte de Stuart, inclusive a versão de que ele fora arrastado por um carro do CISA, sendo obrigado a respirar os gases do cano de escapamento; e 2.o) a morte de sua mãe, Zuzu Angel, que foi vítima de um estranho acidente automobilístico, logo após ter desencadeado uma campanha pelo esclarecimento da morte de Stuart, inclusive junto ao governo norte-americano.

"Antes de entrar na conclusão deste depoimento, pretendo deixar aqui meu testemunho acerca do assassinato de Stuart Edgar Angel Jones, ocorrido no Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA) em maio de 1971. Devo esclarecer, que este assassinato foi por mim denunciado na 1.a e 2.a Auditoria da Aeronáutica em processos que ali respondi; e também na 2.a Auditoria de Marinha, num depoimento por escrito, que foi anexado aos autos do processo sobre as atividades do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Dias após minha prisão, quando passava pela fase de torturas, na quinta ou sexta-feira (não sei precisar o dia exato, pois devido às condições em que me encontrava, tinha perdido a noção do tempo), fiquei sabendo, pelo "Dr. Pascoal" (Tenente-Coronel Abílio Alcântara) que Stuart havia sido preso. Pela tarde "Dr. Pascoal" abre a cela e me mostra uma carteira de identidade, para ver se eu conhecia a pessoa que tinha ali sua fotografia. Peguei no citado documento (era uma carteira falsa), olhei a foto e declarei-lhe que se tratava de Stuart. Ele, Tenente-Coronel Abílio Alcântara, deu um pequeno sorriso e disse-me que Stuart se encontrava ali naquele estabelecimento; que o haviam prendido naquele dia. Após dizer isso se retirou.

Logo após, de minha cela, ouvi, um intenso barulho no pátio, uma grande movimentação, gritos e barulho de motores de carros que saíam apressados. À noite, veio um médico, acompanhado pelo Tenente-Coronel Muniz ("Dr Luiz") visitando todas as celas. Este, ao chegar à minha cela, pergunta-me se eu já sabia que o Stuart estava preso. Ante minha resposta afirmativa ele fala-me que naquela noite ia entrar outro "peixe grande". Mais tarde, fui levado para a sala da equipe de análises, onde se encontravam os Brigadeiros João Paulo Bournier e Carlos Afonso Dellamore, que logo se retiraram, e outros dois indivíduos da equipe de análises, o "Dr. Pedro Paulo" e outro Oficial que não sei o nome. Estes dois fizeram-me sentar e disseram que o Stuart estava ali no CISA, que haviam recolhido algum material em seu "aparelho" e queriam algumas informações sobre esse material. Mostraram-me então, num canto da sala, uma série de objetos como, aparelhagem médica, roupas e papéis. Esses papéis estavam cada um, colado em uma folha com timbre da Aeronáutica e em cima de cada uma dessas folhas, estava escrito a lápis: Stuart. Antes de me mandar de volta para a cela, o "Dr. Pedro Paulo" ainda me disse que "agora que pegamos Stuart, em dois dias chegaremos ao Capitão Lamarca".

Quando de volta à cela, percebi que em uma delas, que ficava próxima à entrada do corredor, havia alguém gemendo muito e às vezes gritava. De minha cela continuei ouvindo os gemidos, que pela madrugada se interromperam. Logo depois houve uma grande balbúrdia pelo corredor. Abriram uma cela e ouvi claramente quando alguém pediu que trouxessem um tapete. Depois cessou a movimentação e não voltei a ouvir mais os gemidos.

Nesse dia, quinta ou sexta-feira, lembro-me que não fui interrogado como vinha acontecendo quase que ininterruptamente. Talvez tenha sido pelo fato de os torturadores estarem todos voltados para Stuart, que acabava de ser preso.

No dia seguinte pela manhã, o "Dr. Paschoal" pergunta-me se era comum o Stuart se encontrar com Carlos Alberto Muniz pelos lados do Bonsucesso. Como eu não soube responder ele pediu-me então que descrevesse fisicamente a Carlos A. Muniz. Respondi-lhe que não o conhecia, ao que ele então perguntou-me, quem dos presos que ali se encontravam, conhecia Muniz. Quando eu lhe disse que Stuart o conhecia, ele respondeu-me: "esse já era".

À noite fui conduzido para a sala de torturas e acareado com um indivíduo. Colocaram-nos frente a frente, encapuçados, e o Capitão Alfredo Poeck ("Dr. Roberto) pergunta-lhe o nome, ao que ele responde: Paulo. Então o Capitão Alfredo Poeck, volta-se para mim, e pergunta-me se eu conheço aquela voz. Ante minha negativa retiram-nos o capuz e perguntam-me se aquele indivíduo era o "Paulo", respondo que não. O Coronel Muniz olha então para esse indivíduo e diz-me: "Como é que você está dizendo que é o Paulo". A seguir retiram-me dali (faço notar que "Paulo" era o codinome usado por Stuart). De volta para a cela, volta com a certeza de que tinham assassinado Stuart, pois, aquilo porque acabara de passar não era mais que uma manobra de despistamento, uma farsa muito mal montada.

Outro dado a confirmar o assassinato de Stuart foi fornecido pelo Capitão Ventura e pelo 2.o Tenente R-2 Santa Rosa, no Regimento Floriano, onde serviam em 1971. Ambos eram da 2.a seção e ainda participavam das equipes de busca (Capitão Ventura) e análise (Tenente Santa Rosa) do DOI/CODI-GB. Quando prestava depoimento naquele quartel, sofria a todo momento ameaças desses dois, e em uma dessas ameaças, o Tenente Santa Rosa diz que "assim como Stuart, todo militante do "grupo do fogo" que cair, vai morrer". De outra feita, perguntou-me se eu conhecia a "Vanguarda Popular Celestial" na qual Stuart tinha ingressado.

Vem aí a campanha do "Alcool é nosso". Calma gente boa. não se trata da Pitu, da Tatuzinho e outras que tais. Trata-se de uma das propostas que o Sindicato dos Petroleiros de Santos apresentará durante o XV.º Encontro Nacional dos Trabalhadores do Petróleo, iniciado na segunda-feira, dois de julho e com encerramento previsto para sexta-feira, seis, na cidade de Caxias, Rio de Janeiro. Pretende-se repetir outra campanha famosa da década de 50, a do "Petróleo é nosso" quando graças a mobilização popular, foi conseguido o monopólio estatal para a Petrobrás. Além disso, Pedro Petroleiro e sua turma vão sugerir aos participantes do encontro que se lute pela formação de comissões sindicais nas empresas, com estabilidade, anistia trabalhista e substituição do dissídio coletivo por negociação direta com a PETROBRÁS.

Na mesma linha, o Sindipetro de Minas Gerais, que representa os 1.100 trabalhadores da Refinaria Gabriel Passos, de Betim, está propondo a fixação de um piso salarial de Cr$ 3 mil e aumento salarial de 60 por cento, na campanha unificada a nível nacional, que tem seu início previsto em primeiro de setembro.

Mas o sindicato dirigido por Wagner Benevides não para aí: eles propõem também a rejeição pura e simples tanto da atual como da nova CLT, controle paritário da Petros-Seguridade dos Petroleiro, (para acabar com as mordomias de uma burocracia altamente remunerada com o tutu dos trabalhadores), fim da mão de obra semi-escrava, contratada pelas empreiteiras da PETROBRÁS (além dos salários miseráveis, os trabalhadores não tem registro em carteira). Eles estão querendo também, além de uma jornada de trabalho de 40 horas (há unidades cuja jornada de trabalho é de até 42 horas), acabar com o atual sistema de concursos internos para reclassificação de cargos, fonte permanente de apadrinhamento e promoção de "biônicos", por um lado, e forma de perseguição política das chefias contra os trabalhadores, por outro.

Ampliação

Benedito Marcílio, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André está preocupado: com o fim do prazo de 120 dias de estabilidade ,acordado durante a greve, muitas lideranças grevistas podem ser cortadas nas empresas. Segundo informou ao PIQUETÃO, ele vai tentar junto à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) uma prorrogação para mais 120 desse prazo. Para Marcílio, por enquanto o perigo de demissão atinge principalmente os operários mais combativos: para a grande massa, que inclusive já recebeu quatro meses de salário com o reajuste, quase não há esse perigo, pois não haveria interesse em aumentar a rotatividade de mão de obra de parte das empresas.

Nem tudo são flores

Mas nem todo mundo está contente com Marcílio e com o Sindicato, lá em Santo André. Exemplo disso são os trabalhadores da Fichet, que no dia 12 voltaram à greve descontente com o rebaixamento de alguns salários (tinha operários que antes do acordo ganhavam Cr$ 17,80 por hora e depois passou a receber apenas Cr$ 16,00). Revoltado, o pessoal da mecânica e do alumínio parou no mesmo dia do pagamento, dirigindo-se ao sindicato, onde, afirmam, foram mal recebidos (dizem que a diretoria não deu a mínima, sequer compareceu na porta da fábrica).

A situação de descontentamento está tamanha que trabalhadores como os da Comissão de Fábrica da Pierre Sabi, o pessoal da Cofap e da Brozol, se negam terminantemente a comparecer ao sindicato para encaminhar sua luta em defesa das lideranças grevistas que estão sendo demitidas.

Dando no couro

Na sexta-feira, dia seis, os trabalhadores filiados ao Sindicato dos Couros de São Paulo tem um compromisso importante: comparecer a assembléia que vai decidir os rumos da atual campanha salarial. Nesse dia, eles discutirão sobre a contraproposta que os patrões deverão apresentar às suas reivindicações: os do couro querem 66 por cento de reajuste sobre os salários de sete de julho de 1977, piso salarial de Cr$ 4.500,00 e legalização do delegado sindical. As assembléias dos coureiros estão de dar inveja a muito piqueteiro. A última, de sexta-feira, 29 de junho, tinha perto de 800 pessoas, o que é muito, proporcionalmente, pára uma categoria de apenas 11 mil trabalhadores.

Canseira

E já que estamos falando em couro, aqui vai mais uma piquetada da categoria: é contra a firma CARBRÁS, fábrica de bolsas localizada na Moóca, em São Paulo: pois o safado do dono há dois meses que não paga os salários dos trabalhadores (cerca de 40, na maioria mulheres) que estão na maior miséria, passando fome mesmo. O proprietário, nem te ligo, para a sorte dos proletas; não se dignando a aparecer na fábrica. Sem outro recurso, o pessoal acabou mesmo parando de trabalhar.

Caindo do cavalo

As multinacionais tem vindo para o Brasil explorar a mão de obra barata e beneficiar-se dos imensos incentivos fiscais concedidos pela "generosidade" do regime. A Fiat, gente boa, foi talvez o caso mais escandaloso: só faltou que o governo de Minas Gerais pagasse para ela se instalar em Betim. Mas um aspecto "interessante" dessa política de investimento em outros países, é o de se preparar também para dificuldades surgidas em seus países de origem (leia-se causados). Mas a Fiat acabou caindo do cavalo: os portuários de Livorno, solidários com a greve de 1 milhão 600 mil metalúrgicos italianos, simplesmente se negaram a desembarcar 886 automóveis produzidos pela filial brasileira. Segundo a FUSP, Federação Unitária dos Portuários, a medida foi tomada para "impedir que os Agnelli (os donos da empresa) respirem, enquanto as greves articuladas na Fiat aumentam de intensidade". Solidariedade é isso, mamma mia!

Atallice

O homem do milagre, brasileiro filho querido dos gorilas mais peludos, Jorge Wolney Atalla, anda com a corda no pescoço mas não sossega: além de não pagar há dois meses os salários dos trabalhadores do setor industrial da Usina Central do Paraná, ainda quer que eles façam um sacrifíciozinho, para ajuda-lo a sair do atoladeiro: teve a caradurice de propor a eles que ficassem seis meses sem receber seus salários em dinheiro (tirando apenas vales em mantimentos, nos armazéns do Talinho, coitado). Acontece que ninguém topou firmar o abaixo assinado proposto de comprometimento com essa baboseira: pelo contrário, o pessoal entrou numa greve firme, apoiada pelo Sindicato dos Trabalhadores das Usinas de Açucar. Batem o ponto e vão direto para o sindicato.

Eleição

Os trabalhadores da Volkswagen vão eleger em assembléia geral os substitutos dos quatro diretores de base do sindicato e delegados na empresa que haviam pedido demissão de seus cargos. Isso para não ter que esperar até 1981, data das novas eleições sindicais: isso por si só já é uma novidade, pois foge totalmente à regra até aqui vigente, adotando-se o meio mais democrático, o de assembléias, ao invés do voto secreto.

Não vende

A Manesmann, de Guarulhos (como as Manesmann de todos os lugares) não respeita nem acordo firmado, preto no branco: demitiu dois trabalhadores, membros da Comissão de Fábrica. Para um, o Claudio ela prometeu pagar 80 por cento dos direitos; para outro, Roberto Rodrigues pagou tudo, mas sem dar qualquer justificativa (no caso do primeiro, a empresa alegou a quebra de uma máquina, como "justa causa"). Eles não aceitaram tranquilamente essa arbitrariedade, já que não estão dispostos a "vender o mandato". Rodrigues, por seu turno, já entrou com processo na Justiça do Trabalho, através da 2.a Junta de Conciliação de Guarulhos, tendo sua audiência marcada para sexta-feira, 6 de julho.

Alfa

E por falar em arbitrariedade: não é nada justo a gente esquecer dos patrões da Metalurgica Alfa, de São Paulo. Como não deu certo o plano de precipitar uma greve (a empresa tá com estoques imensos, louquinha para mandar gente embora, sem direito a nada) a Alfa apelou prá ignorância. Está "concedendo" compulsóriamente férias a muitos de seus trabalhadores (80 até segunda-feira) sem ter avisado com a menor antecedência. O pessoal não vai aceitar isso passivamente, e já começou a se reunir no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Light

A greve saiu, mas a tensão continua

A greve dos eletricitários não foi deflagrada no fim da semana passada. No entanto, isso não significa que o movimento tenha parado: se no prazo pedido pelo Ministro do Trabalho e pela direção da Ligth não surgir uma contraproposta razoável, os 40 mil trabalhadores do setor podem parar nos próximos dias.

Por Tom Duarte

A greve dos eletricitários do Rio e São Paulo não foi deflagrada na semana passada, mas nem por isso o governo e a direção da empresa devem deixar de ir pondo as barbas de molho: caso as propostas alternativas resultantes dos encontros que os dirigentes sindicais e os membros da Comissão de Salários mantiveram na última terça e quinta-feira, com o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, e com o presidente da Light, Luís Osório Aranha, não se aproximem do pretendido pelos trabalhadores (30 por cento imediato de aumento), a greve pode sair mesmo.

Greve pela greve

Essa disposição pôde ser notada, em São Paulo, na assembléia da sexta-feira, 29, realizada na sede do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, onde a perspectiva de paralisação geral da categoria a partir daquele mesmoi dia estava bem de presente entre os eletricitários que em sua maioria, haviam comparecido na certeza de que sairiam dali em greve. No entanto, venceram as ponderações dos dirigentes sindicais, principalmente do presidente do sindicato, Antonio Magri, e dos integrantes da Comissão de Salário. A votação foi proposta inclusive de uma maneira inusitada — logo no começo da assembléia, previamente a qualquer discussão — convencendo os quase dois mil trabalahdores presentes a aceitar a proposta do ministro Murilo Macedo de conceder mais um prazo, antes de tomar uma decisão mais drástica.

Esgrimindo o argumento de que "não se pode fazer a greve pela greve", e com isso mostrar à opinião pública qu eos trabalhadores teriam esgotado todos os meios de negociação antes de assumirem uma posição mais extremada, os diversos oradores conseguiram adiar a eclosão do movimento. Para isso contribuiu também, a constatação de que, apesar do ânimo favorável, a organização do movimento está ainda longe de alcançar o nível necessário para sustentar por algum tempo o movimento (muito embora seja opinião generalizada de que a greve, se eclodir, terá uma duração bastante limitada, em função das consequências que provocará sobre a vida de mais de 20 milhões de pessoas e sobre a economia dos pólos representados pela Grande São Paulo e Grande Rio).

Intensificar a organização

A partir da decisão inicial de suspender a declaração da greve, as intervenções de todos os oradores se concentraram nos apelos à intensificação da organização pela base, capaz de garantir, seja nos escritórios centrais, nas estações rebaixadoras e nos centros de operações, uma maior adesão possível ao movimento minimizando assim a necessidade dos piquetes.

Isso porque, segundo a opinião de vários dirigentes, a greve deve contar com a maior adesão possível desde o seu início, em função da ação repressiva que certamente se desencadeará. Afinal de contas, o fornecimento de energia elétrica está enquadrado, através do decreto 1632, entre os serviços considerados essenciais, sujeitos, portanto à repressão legalizada, praticada sob o amparo da Lei de Segurança Nacional.

Segundo os mesmos dirigentes, haveria, desde as últimas semanas, uma movimentação considerada inusitada em alguns quartéis e indícios (que começam pelos telefones "grampeados" do Sindicato) de que as autoridades não aceitarão passivamente a possibilidade de uma greve, sobretudo se ela não se limitar à paralisação dos serviços mais secundários escritórios, atendimento ao público, computação etc) e chegue ao corte puro e simples do fornecimento de luz e energia elétrica.

Isso pode ser também medido pelo tratamento que a grande imprensa tem dispensado à movimentação dos eletricitários. Praticamente não houve nenhuma cobertura às reivindicações dos trabalhadores, nem espaço às suas direções. Pelo contrário, contemplados com as primeiras manifestações mais concretas da revisão que a grande imprensa vem fazendo de sua ação anterior — quando chegou a abrir amplos espaços aos movimentos sociais os eletricitários têm visto apenas estampadas nos jornais as ameaças dos diretores da Light e do governo, o alarmismo quanto às consequências — inclusive exagerando-as — a serem provocadas pela falta de luz.

Por tudo isso, costumam dizer os dirigentes do movimento, a preparação de qualquer movimento mais consequente tem que ser cuidadosamente preparada e medida em todas as suas sequelas. "Para a Light, como dizia o próprio presidente do Sindicato, não é o mesmo que parar os transportes ou a rede bancária. Repercute muito mais sobre a economia e a população". E, por isso mesmo, uma greve será mais severamente combatida pelo governo e pelos patrões. Daí, também, a consciência de que qualquer movimento para ser vitorioso, além da organização, deverá contar com um fator importante: a surpresa.

Quanto às consequências advindas da repressão, ao nível individual, os eletricitários presentes à assembléia costumam minimizá-las, dizendo que não os amedronta. O fato de que os serviços de energia elétrica são considerados essenciais tem pouco significado sobre o desejo de ir à greve. Como disse o secretário do Sindicato, Rubens Fandino, "essencial é a nossa barriga e a de nossos filhos".

Jornalistas traçam nova estratégia

Os jornalistas de todo o Brasil, representados por seus sindicatos realizaram em São Paulo um Encontro Nacional Extraordinário, organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas. Durante os debates ocorridos entre os dias 30 de junho e 2 de julho, os jornalistas brasileiros chegaram às seguintes conclusões, com o objetivo de superar as restrições empresariais ao exercício da atividade profissional:

1) Unificar, em nível nacional, as campanhas salariais, aproveitando-se da proximidade das datas bases de dissídios em vários Estados ;

2) Promover uma campanha pela fixação de um salário mínimo nacional unificado para os jornalistas no valor de seis vezes o maior salário mínimo no País;

3) Encaminhar ao Legislativo proposta para a criação de uma legislação específica que regulamente o funcionamento de agências de notícias — de tal maneira que, em vez de restringir o mercado de trabalho, como ocorre atualmente, elas contribuam para ampliá-lo;

4) Iniciar em cada Estado e Município entendimentos com as demais entidades sindicais ligadas à área de comunicação, visando à formação de sindicatos de trabalhadores em empresas de comunicação;

5) Participar dos debates a nível regional e em âmbito nacional sobre a reforma da Consolidação das Leis de Trabalho, tendo em vista a definição de uma posição unitária que consagre o princípio de liberdade e autonomia sindicais.

Protestos e reivindicações

O Encontro Nacional Extraordinário dos jornalistas protestou contra arbitrariedades cometidas contra jornalistas no Mato Grosso; enviou ofício ao governador de Alagoas reivindicando o imediato retorno às atividades profissionais do jornalista Nilson Amorim Miranda, demitido ilegalmente no dia 03 de abril de 1964 da Rádio Difusora de Alagoas — emissora oficial do Estado; solicitou do governo uma explicação sobre os jornalistas desaparecidos como "preito de homenagem às famílias e aos próprios desaparecidos: Mário Alves, Orlando Bonfim Junior, Iran de Lima Pereira, David Capistrano da Costa, Jayme Miranda, Elson Costa, Walter Ribeiro, Luiz Maranhão Filho e Nestor Veras". (No mesmo sentido, foi reiterado e reafirmado a Resolução do último Congresso, de solidariedade ao jornalista Jayme Miranda, desaparecido). O Encontro aprovou moção de protesto também contra arbitrariedades cometidas contra jornalistas do jornal "Gazeta" e da "TV Gazeta" de Vitória, Espírito Santo. Houve também uma moção sobre a anistia, defendendo-a ampla, geral e irrestrita. E, ainda, sugestões, do Sindicato de Alagoas, sobre o Decreto n.o 83.284, de 13 de março de 1979, que regulamenta a profissão de jornalista.

Participaram do Encontro e assinaram as resoluções as seguintes entidades:

Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas.
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Aracajú;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Juiz de Fora;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Mato Grosso;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Pará;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Piauí;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Recife;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo;
Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo.

Luta Operária na Zona Leste de São Paulo (15)

A luta armada que não existiu

O Pc se arma para impedir o golpe contra a posse de Juscelino, em novembro de 1955, ao mesmo tempo em que convoca a greve geral.

Por Antônio Carlos Felix Nunes

Naquela tarde, discretos canos negros apareceram sobre os tetos de alguns prédios que circundavam a praça da Sé. Por certo, eram canos de baterias anti-aéreas, destinadas à defesa dos edifícios públicos (a Secretaria da Fazenda, o Tribunal de Contas, o Palácio da Justiça) em caso de um hipotético bombardeio da aviação. Entretanto, a cidade não se dera conta dessa anormalidade. Sua vida prosseguia em seu ritmo barulhento, àquela hora milhares de paulistanos embolavam-se nos terminais de ônibus, desciam apressados pela avenida Rangel Pestana, buscaram as estações dos trens suburbanos. Só estavam preocupados com o retorno às suas casas, nem de longe imaginavam que algo de anormal estivesse ocorrendo nos quartéis e nos bastidores políticos.

Só o Partido parecia saber do acontecimento em vista. Naquela noite, os dirigentes distritais do Tatuapé foram convocados às carreiras, e avisados de que um golpe de estado estava sendo articulado contra a posse de Juscelino Kubitschek. Foi Gino quem passou a informação, tratando de reuni-los para a discussão de um plano de mobilização. Como sempre o secretário político da Zona avançou a realidade dos fatos, transmitindo a todos a impressão de que a revolução proletária seria decidida a partir daquela ameaça de golpe. Nesse sentido, concitou os dirigentes a prepararem o espírito dos militantes de base para um duro embate. Na madrugada, o Distrito deveria colocar na rua todo seu potencial humano, se possível, armado.

Em seu informe, Gino mencionou o intuito do golpe, mas não soube informar a respeito dos seus estrategistas e de que forma se consumaria esse intuito Limitou-se a classificá-lo de "um golpe contra o povo, a merecer desse mesmo povo uma resposta à altura, com greves dos trabalhadores, manifestações públicas, e até com rebelião armada." Argumentou longamente sobre a situação política, a todo instante recorria às máximas de Stalin como forma de justificar a nova postura dos militares, até ontem conservados em atitude de passividade, recebendo elogios de Prestes. No seu entender, os militares não estavam a fim de tolerar o progresso político do povo, progresso que ficara evidenciado com a votação maciça dada ao candidato apoiado pelo Partido. Estariam irritados com o prestígio do PC junto às massas, e retornavam aos velhos métodos de impor os seus desígnios: quebrar a legalidade e estabelecer um governo de força.

Gino alertou os dirigentes para os tempos difíceis que antevia, se a tentativa golpista não fosse sustada mediante uma ação vigorosa do povo liderado pelo Partido. Traçou um negro quadro dos tempos que se avizinhavam, e nisto ia a sua intenção de predispor os dirigentes menores para um desempenho fulgurante, de proporção e estilo por ele imaginados.

Não foi difícil a mobilização dos militantes. Uma visita rápida na casa de cada um deles, realizada por Gentil, Mateus, Vicente e o próprio Gino, foi o bastante para motivá-los e enquadrá-los no esquema de anteparo ao golpe, a ser posto em prática às primeiras horas da manhã. Eis que, num momento como este, os militantes não vacilavam; até os mais acomodados, pouco assíduos no cumprimento das tarefas rotineiras, enchiam-se de ânimo e vibravam com a perspectiva de um confronto decisivo com as forças da reação. Nestas ocasiões, falava-lhes mais alto o idealismo, que se transformava em força determinante dos seus gestos e dos seus atos, e eles então iam à luta como se fossem participar da última batalha pela implantação do socialismo — a razão porque optaram pela militância comunista.

CONTRA LOTT: O EQUÍVOCO

Às cinco da manhã, o exército partidário já está à rua, transmitindo a palavra de ordem de greve geral aos operários concentrados nos pontos de ônibus, nas portas das fábricas, junto às bancas de jornais lendo as manchetes. O matutino do Partido, abaixo de um título que denunciava o golpe, trazia uma nota do Comitê Central, chamando o povo "a resistir a escalada da reação inconformada com o resultado das urnas." Uma manchete menor dizia que o general Lott, Ministro da Guerra, havia colocado as tropas nas ruas. Lida rapidamente, essa informação acabou confundindo os militantes, levando-os a supor que o general fosse o autor do golpe. Em consequência os protestos, os apelos à greve, aqueles militares descontentes com o rumo institucional do País.

E com o propósito de salvaguardar a ordem vigente, o Partido agiu durante todo o dia nas portas das fábricas, convertido em piquetes de greve. Seu objetivo era a paralisação geral, em função da qual foram cobalanço, é que se ficou sabendo da verdade e os militantes descobriram em favor de quem realmente lutalocados todos seus efetivos. Os opequeles militares descontantes com o ram: Lott simplesmente havia aplicado um contra-golpe na intenção dacia, contra ele seriam encaminhados rários recebiam os panfletos insuflaquando de uma reunião geral para dores e ouviam os esclarecimentos dos militantes sobre o sentido do golpe. De quando em vez surgiam os carros de choque da Polícia Militar, despejando dezenas de soldados empunhando cassetetes e armas de fogo.

Foi numa ocasião dessas que Tigre, um militante de Vila Matilde, sentiu-se em meio a uma guerra. Era seu primeiro confronto direto com a polícia, numa tentativa de greve puramente política. Até então, não havia ainda imaginado que os soldados fossem tão felizes. Pareceram-lhe homens impiedosos, capazes de matar por quase nada. Estava habituado àquelas tarefas de tempo de paz, como propaganda eleitoral, venda de jornais do Partido, aquelas pichações que não incomodavam tanto a polícia. Com certeza, havia chegado a hora definitiva, como lhe dissera o camarada Gino, ao convocá-lo na noite anterior. Gino falou-lhe assim:

— O regime capitalista está no seu último estertor. Ele pode cair amanhã cedo, se todos nós soubermos enfrentá-lo com a necessária coragem. É uma luta decisiva, que vai exigir ousadia, despreendimento, e, sobretudo, destemor à morte. Sim, companheiro, quem tiver medo de morrer não estará em condições de participar desses instantes finais da revolução proletária" — frisava Gino, assumindo aquele ar de grandeza, com o qual demovia os militantes de possível hesitação.

Tigre era grandalhão e forte, um ex-pugilista de luta livre. Contudo, recebera a incumbência de postar-se na retaguarda do piquete e atirar na polícia com um velho revólver 38, que o Gino lhe entregara. O dirigente político o advertira sobre a inutilidade de sua força física, pois a polícia reprimiria com armas de fogo. Agora, Tigre vê toda a previsão de Gino se concretizar. Os soldados descem rápidos da viatura, com suas metralhadoras apontadas à massa que se agita na porta da fábrica. Um gesto de reação e eles atiram. Tigre está a uns dez metros da cena, o revólver pendido de sua mão trêmula se tornou uma arma inútil. Sua cabeça gira, seus braços e suas pernas estão pesados, o medo tomou conta dele. Consegue raciocinar um instante e vê as palavras de Gino materializadas naquele cenário: "chegou a hora decisiva e quem tiver medo da morte não pode lutar." É a guerra de verdade em que os homens morrem como moscas pulverizadas por inseticidas. Tinha lido a história das revoluções proletárias. Na Russia morreram milhões, a vitória comunista foi conseguida com muito sangue derramado. No Brasil não será diferente, Gino falou que iam se travar as batalhas finais da revolução, e eu estou aqui, na frente de uma delas.

Então, num impulso instintivo, alentado pelo desejo de sobreviver, Tigre abandonou o local em louca disparada. Correu à rua São Jorge afora, sem tomar fôlego. No fim dela contornou o estádio do Corinthians, embrenhando-se na várzea que circundava o rio Tietê. À noite, na reunião para o balanço do movimento, Tigre não estava presente: fora a única baixa registrada durante aquela jornada do Partido Só deixou seu refúgio no dia seguinte, quando o general Lott era aclamado herói por ter garantido a legalidade democrática Perdido no brejo ainda ficou o velho revólver de Gino

Na próxima semana: as artes e bravura de um capoeirista.

OSASCO

A Oposição Sindical em debate

Por Antonina Silveira

Os metalúrgicos Valdir, Paulinho, Toninho e Negão respondem, em nome da Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco às questões levantadas pela entrevista com Zé Pedro (EM TEMPO n.º 66) e aproveitam a ocasião para convidá-lo a um debate público, onde as diferenças atuais possam ser amplamente debatidas e esclarecidas.

Entendemos que houve uma cisão na Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco, ocasionada por uma divergência quanto a forma de encaminhar a luta e que, portanto, hoje, há dois grupos, com duas propostas diferentes. Já ouvimos a proposta de Zé Pedro, gostaríamos de ouvir agora a de vocês.

— Primeiro, a gente tem que deixar claro que não existe dois grupos de oposição em Osasco, que nós desconhecemos outro organismo de oposição, porque aqui em Osasco, ninguém se posicionou enquanto oposição perante a categoria, além dos elementos da oposição aqui representados. E, outra coisa, a Oposição não é um grupo, é um organismo de luta. A Oposição sempre decidiu por maioria e, quando a minoria é derrotada, acata a decisão de maioria. Quando se fala em proposta diferente, se for a que saiu no jornal não tem nenhuma novidade, porque a novidade é atuar no sindicato e a Oposição Metalúrgica de Osasco sempre esteve no sindicato, assim como sempre esteve presente na fábrica. Temos muito claro que a estruturação da oposição sindical, enquanto alternativa a esse sindicalismo, é baseado no trabalho de fábrica e também na atuação no sindicato.

— Então o que diferencia a proposta de Zé Pedro da de vocês?

— A gente desconhece essa proposta enquanto uma proposta organizada, a gente só tem a dizer que o companheiro se afastou da oposição. Ficou de conversar com a gente, marcou inclusive um dia, não veio, deve ter tido algum problema, e a gente está aqui disposto a ouvi-lo.

— Se essa cisão não foi antecedida por uma discussão, como ocorreu então?

— O companheiro Zé Pedro se afastou, deve ter os motivos dele. Não discutiu com o grupo. Na última vez que discutimos, havia uma proposta do Zé para que cada um fosse fazer o seu trabalho. Devia ter uns 10 ou 12 companheiros, na reunião a maioria discordou. A gente discorda da proposta de que cada um faça o que quer. Lembro que a gente estava discutindo a questão da reestruturação de setores e um monte de coisas. O Zé já tinha essa posição mas ele não falou, ele simplesmente falou que ia participar, mas que estava formando um grupo, isso tudo bem, mas ele se afastou, sem avisar ao menos que não ia mais participar. Foi isso.

A oposição é um organismo de luta

— Quais as principais críticas que vocês têm à proposta de Zé Pedro?

— Não é bem uma crítica, é uma posição diferente. Em primeiro lugar, a Oposição não é um grupo, a gente não tem nada contra a formação de um grupo. Agora, a gente acha que pegando o aspecto sindical, a Oposição é um organismo de luta onde se decide por maioria. A segunda, é a questão da novidade que ele coloca na ação no sindicato, também não é uma crítica à proposta dele, apenas estamos estranhando ele falar que é uma novidade. Em um número do EM TEMPO, Zé Pedro fala que o negócio é escrever no jornal do sindicato, no outro número, ele coloca que é interessante ter um jornal próprio. Acho que o jornal deve esclarecer essa questão, se foi um erro do jornal, ou se foi uma mudança na posição de Zé Pedro, de um número para outro.

— Como vocês se colocam frente utilização do Jornal do Sindicato?

— Quando a gente está na fábrica, tem um monte de denúncias que o pessoal junta e quer poder divulgar em algum lugar. Dentro da fábrica não dá, porque o cara pode ser mandado embora. Então, a gente vai até o jornal do sindicato e põe lá a denúncia: nesse sentido, pode-se usar o jornal do Sindicato. Acho que um jornal de Sindicato, um EM TEMPO, ou qualquer outro jornal que venha oferecer uma folha prá gente escrever e assinar Oposição Sindical, nós aceitamos,tranquilo. Se a Folha de São Paulo quiser, a gente faz lá uma folha, a gente escreve. Em segundo lugar é saber se isso é possível em um jornal de sindicato. A única experiência que a gente teve nesse sentido, foi em 1977, quando a gente conquistou uma folha no jornal do sindicato numa assembléia por decisão de maioria, a gente aprovou uma folha prá gente escrever e de fato a gente escreveu, uns três artigos, só que naquele tempo a gente escreveu e teve que passar numa tal de censura, então aproveitaram um pedacinho de um artigo, cortaram outro inteiro.

— Vocês consideram os membros do outro grupo resultante da cisão como componentes da Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco?

— Não é a gente que tem que reconhecer ou que tem que considerar, é a categoria. Nós nunca vimos outro grupo que leve uma prática de oposição nas fábricas e no sindicato falar pela categoria, escrever um boletim, fazer uma proposta em nome da Oposição Sindical. Uma coisa que tem que ficar bem claro é que o pessoal que sempre tem assumido determinadas propostas, que tem falado enquanto Oposição Sindical, nas assembléias, nas fábricas e em outros lugares, é o pessoal que está aqui. Então, é muito fácil se autodenominar um grupo de oposição sindical mas na prática não assumir, inclusive que é oposição sindical. O pessoal aqui se assume enquanto oposição sindical em todos os lugares.

A unidade se dá no confronto das propostas e na decisão democrática

— Fala-se muito em unidade sindical, em trabalho conjunto. Qual a opinião de vocês sobre essa questão?

A unidade se dá no movimento. Na medida em que qualquer sindicalista da diretoria ou não, estiver levando uma luta que é a luta da categoria, qualquer membro da Oposição também estará levando essa luta. A gente vai se unir nas bandeiras comuns, numa assembléia democrática, vai se unir numa greve, numa campanha salarial, mas a gente acha que não pode diminuir a questão da unidade, dizer que unidade é conversar com a diretoria. Eu posso conversar e ter uma atitude divisionista no movimento e, pelo contrário, posso só cumprimentar a diretoria, mas assumir a luta de tal forma, que na luta eu concretizo a unidade. A unidade não se dá fingindo que só tem uma proposta, se dá no confronto das propostas e na decisão democrática.

— Como vocês vêem o trabalho conjunto com as diretorias autênticas?

— Hoje, a conjuntura se alterou e o movimento operário começa a crescer. O nosso sindicato vem de uma época bastante desmobilizadora. Quem viveu naquela época e vive hoje sabe da necessidade de uma dinamização dentro do sindicato, a esse respeito a gente coloca que se a diretoria está fazendo, a gente está sempre atuando lá, dentro desses princípios aí, nas assembléias democráticas, nas reuniões de fábrica das sexta-feiras que, mesmo que tenha apenas 10 ou 15 companheiros presentes, como tem acontecido, sempre tem companheiro da Oposição lá.

Abertura da diretoria depende do momento

— Vocês percebem uma mudança na diretoria, no sentido de haver uma maior abertura, melhores possibilidades de trabalho no interior do sindicato?

— Hoje, o pessoal do sindicato está mais aberto em uma série de questões, mas dependendo do momento, como no fim da greve de novembro, eles proíbem a palavra aos trabalhadores, só a diretoria fala, eles escondem o microfone no bolso. Depende do momento.

O desemprego é o fator de maior desmobiliação

— Há quem diga que a Oposição Sindical de Osasco praticamente não existe, que está muito esvaziada, restrita a um punhado de companheiros de vanguarda. O que vocês pensam disso e o que acham que deva ser feito no sentido de criar uma base maior?

— Em primeiro lugar, a pergunta já supõe que não se tenha base. Bom, a gente acha o seguinte: primeiro, que a Oposição vem de um processo que teve altos e baixos, a nível de participação do pessoal, um fator determinante foi o desemprego. Por exemplo, no período de eleições foi quase todo o mundo mandado embora, logo depois vieram as greves de maio, foi embora mais uma leva, grande parte do trabalho que se tinha se perdeu. Finalmente, veio a greve de novembro, que atingiu praticamente todos os companheiros que tem uma participação ativa, que participam de grupos de fábrica. É difícil companheiro que, nesse período, não mudou duas ou três vezes de fábrica. Não vamos negar que houve períodos negros, no sentido do pessoal se desencontrar, cada um indo trabalhar em lugar diferente, o pessoal perdia contato e um monte de coisas, e você não pode deixar a peteca cair. E, de fato, ficou mesmo na mão do pessoal, vamos dizer assim, de vanguarda, companheiros mais combativos, de vanguarda mesmo, que começaram a se reunir e tentar organizar de novo: uma boa parte desses companheiros também está fora das fábricas, desempregados, isso a gente não nega, não, isso aconteceu aqui, em São Paulo, em qualquer lugar. Atualmente o problema do emprego está praticamente solucionado, está quase todo o mundo nas fábricas. A gente considera a Oposição daqui de Osasco representativa, com representatividade de massa, ela ocupou um espaço aqui em Osasco, hoje ela é aberta, tem um trabalho amplo nas portas de fábrica, na verdade ela ainda não consolidou um trabalho de massa, a gente tá fazendo isso hoje, se a gente vai numa fábrica e distribui um panfleto da oposição muita gente reconhece, a maioria dos trabalhadores reconhece a Oposição enquanto uma força. Esses altos e baixos sempre existiram, principalmente por causa de desemprego, pela repressão inclusive no sentido da fábrica mesmo, que é a perseguição e o desemprego, não pelas brigas, porque acho que discutir a gente discute mesmo porque o importante é levar o que é melhor. O fator determinante foi esse e não a falta de coesão.

— Vocês gostariam de colocar mais alguma coisa?

— A gente acha bem importante que o companheiro Zé Pedro venha discutir com a gente em um debate aberto e público. Pode marcar dia, hora e lugar. A oposição está sempre aberta, isso ele sabe. É importante fazer uma convocação para que mais companheiros participem, a gente deve esclarecer qual é a visão diferente que cada um tem, o que vai ajudar a avançar a luta, contribuir para mudar o que estiver errado.

A "Bronca do Leão" parou o Rio

Quase todo o Rio de Janeiro, da capital à Baixada Fluminense, parou pela segunda vez, em menos de seis meses: motoristas, trocadores e despachantes não aceitam mais os salários de fome e a conversa fiada do governo do Estado e dos patrões.

Por Marcelo Beraba

17 de janeiro — Os motoristas do Rio retornam ao trabalho paulatina e desorganizadamente depois de um dia de greve. Os jornais estampam cenas de depredações de ônibus. A população, pega de surpresa, solidariza-se com o movimento. O resultado final, no entanto, é insatisfatório: menos de 30 por cento de aumento para um salário de Cr$ 3.790 e a promessa de que, dentro de seis meses, seriam equiparados aos motoristas interestaduais.

2 de julho — Passados os seis meses, patrões e governo desconversam, se fazem de desentendidos e apresentam uma proposta considerada novamente insatisfatória por mais de mil motoristas reunidos em assembléia. Eles, que ganham hoje Cr$ 4.750,00 (despachantes e trocadores ganham menos) e reivindicam Cr$ 8.527,00 recebem em troco uma proposta de sete mil. O que reivindicavam já está, inclusive, superado pelo novo aumento dos interestaduais, que deverão passar para onze mil, e pela segunda vez esse ano os motoristas decretam greve.

Desta vez, entretanto, a cidade não foi pega de surpresa. O ansiado esquema policial de repressão, preparado para grandes enfrentamentos distribuído pelos pontos estratégicos da cidade não teve qualquer trabalho. A população dos subúrbios e da Baixada Fluminense — mão de obra barata que sustenta o comércio e as empresas de serviços da Zona Sul — preferiu em sua maioria ficar em casa. A cidade amanheceu no dia três com apenas dez ônibus da CTC (estatal) circulando com motoristas do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e guarnecidos por PMs armados de revolver. Pela segunda vez esse ano a cidade parou.

Dia calmo

O primeiro dia de greve foi bastante calmo, inclusive nas áreas normalmente tensas como a Central do Brasil. Apenas em Nova Iguaçu, dois ônibus que teimavam em circular foram depredados. Para os que podiam pagar não faltaram conduções alternativas como kombis, lotações e táxis a preços inflacionados. A greve, planejada inicialmente para durar vinte e quatro horas se prolongou devido à intransigência patronal e do governo, que travaram também entre si uma guerra surda e que tentaram sempre usar os trabalhadores como bucha de canhão. Os empresários repetiram a mesma lenga-lenga da greve de janeiro: concordaram que os motoristas ganham uma miséria e se disseram dispostos e ajudá-los desde que o governo os subsidie e aumente em oitenta por cento os preços das passagens.

O governo, por sua vez, aceita o subsídio, mas discorda da percentagem do aumento do preço da passagem. Na própria terça-feira decretou a greve ilegal, ameaçou julgar o dissídio imediatamente e tentou jogar a população contra os motoristas. Depois de apelar para o bom senso, o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, argumentou que a população não aguentaria um aumento da passagem superior a vinte por cento, como se a população tivesse alguma coisa a ver com o aumento dos motoristas.

Os patrões jogam, portanto, com a greve dos motoristas para conseguir novo aumento das passagens e conseguir vantagens com o governo. Esse por sua vez resiste às pressões dos empresários, pelo menos aparentemente, mas joga duro com os trabalhadores. Ameaça lançar mão de todos seus recursos repressivos, insinua a intervenção mas ao mesmo tempo diz querer continuar o diálogo tanto com os empresários quanto com os trabalhadores.

Por cima dos pelegos

Nesses últimos seis meses o movimento dos motoristas do Rio passou por um processo de amadurecimento, embora ainda incipiente. Essa greve, por exemplo, vem sendo preparada há meses, principalmente, nas garagens da zona oeste da cidade. A mês de um mês, um jornal "A Bronca do Leão" (leão é como os motoristas se chamam) lançou uma oposição sindical com bases nas garagens e que pretende concorrer às eleições. Mesmo fora do Rio, o movimento se espalhou atingindo outras cidades do Estado. Há dez dias, milhares de folhetos foram distribuídos em toda a Baixada Fluminense, conclamando os motoristas a aderirem ao movimento, sem esperar que os seus sindicatos quase todos pelegos, tomassem posição. Não foi a tôa que toda a Baixada Fluminense e Niterói, além de pequenas cidades do interior do Estado aderiram imediatamente à greve.

O próprio presidente do Sindicato, Sebastião de Ataíde, um pelego remanescente de um período dos mais negros da história do sindicalismo brasileiro, tem sido obrigado a avançar sob presão da categoria. Sebastião de Ataíde, é um desses presidentes de sindicatos em mutação compulsória. Diante das lutas da categoria sempre vacila como agora quando chegou a encaminhar a aceitação da proposta DRT — patrões. Quando sentiu a barra recuou e apoiou a greve.

Fora da categoria, sua participação tem sido ao lado dos sindicalistas autênticos, o que ajuda a confundí-lo. Quando no ano passado, depois da reunião da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria) no Rio, o presidente do Sindicato de Metalúrgicos do Rio Oswaldo Pimentel, eleito com uma plataforma de oposição, recusou-se a abrir o seu sindicato para uma reunião de líderes autênticos, inclusive com a participação do Lula, para discutir as reformas do governo, Sebastião de Ataíde adiantou-se e ofereceu o sindicato dos motoristas.

Começou o segundo round

É provável portanto que os motoristas saiam da greve com um nível de organização superior ao anterior, pelo menos no Rio. Nos outros municípios, já na noite do dia 3 diversas empresas conseguiram colocar os seus ônibus nas ruas. De qualquer modo, pode-se dizer que no Rio começou o segundo round de uma luta prolongada, difícil e que não é só dos motoristas. As greves do começo do ano, de professores, médicos e gazistas foram interrompidas depois de vitórias insignificantes dos trabalhadores. Muitas promessas foram feitas então pelo governo e pelos patrões. O prazo para o cumprimento dessas promessas está acabando sem que as negociações cheguem a bom termo. O governo e os patrões se desdizem e voltam atrás.

As respostas a tanta inconsequência e tanta irresponsabilidade já começaram, com a greve dos motoristas. É provável que nos próximos dias estourem novas greves como a dos professores, médicos e a dos gazistas e eletricitários.

"Zé Buzina" atropela o pelego, em BH

Nem bem os professores voltaram às aulas, é a vez dos motoristas e cobradores de ônibus partirem para greve em Belo Horizonte, tirando o sono de Francelino Pereira, atropelando o pelego, num movimento onde o espontâneo é a principal característica.

Por Juarez Guimarães

O clima de greve continua a dominar Belo Horizonte. Há poucos dias do final da greve dos professores que durante mais de um mês trouxe a política para o cotidiano da população, motoristas iniciam o seu movimento grevista. Nesta terça-feira, dia 3, no pátio da Assembléia Legislativa, no mesmo local onde as professoras realizaram memoráveis concentrações, mais de mil motoristas e trocadores deliberaram por se manter em assembléia permanente até resposta dos patrões às suas reivindicações, paralisando já parcialmente o transporte coletivo da cidade. Aumento salarial de 85% para motoristas e trocadores, acréscimo de 50% para horas extras, passe livre nos transportes coletivos e imunidade para os participantes da mobilização são as reivindicações do movimento.

"As professoras uniram com todo o amor / os motoristas com todo o vigor", são os dizeres de uma faixa estendida na assembléia que retratam bem o estado de ânimo aguerrido dos motoristas. No dia anterior, depois de uma reunião de negociação que se prolongou até a uma hora da madrugada, o prefeito Maurício Campos, o secretário do Trabalho — Pedro Gustin — e a diretoria patronal, mesmo depois do prazo de uma semana concedido pela comissão salarial — pediram um adiamento de negociações por dois dias. E, apesar dos missão de salário defenderem um missão de salário defenderam um prolongamento das negociações, a massa dos motoristas presentes praticamente impôs aos gritos de "greve agora" o início das paralisações.

ESPONTANEIDADE

Este é um movimento carregado de espontaneidade que torna impotente em um curto período de mobilização toda a estrutura pelega de um sindicato e de uma diretoria que se consolidou desde maio de 1970. E que eleva a figura do presidente do Sindicato — José Theodoro Guimarães, ele próprio um formador de pelegos como coordenador do Instituto Cultural do Trabalho, durante anos em Minas (agência trabalhista financiada pelo Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicato Livre, ligado à CIA) — à condição de traidor público da categoria.

Espontaneidade que enche o pátio da Assembléia Legislativa de refrões criativos: olé, olá / o zé buzina tá botando prá quebrar"; "Motorista sem aumento / carro sem rendimento / cidade sem movimento /. E que na ausência de uma direção e de uma experiência política acumulada forma um conjunto desordenado sim, caótico sim, mas fundamentalmente livre, por alguns momentos, do trabalho massacrante e do salário miserável.

Problema coletivo

"Queremos nosso dinheiro e o nosso valor", reclama José Soares, motorista da Viação São Gonçalo, demitido por estar distribuindo convocatórias para a assembléia da categoria. Ele ganha Cr$ 4.200,00 por mês, mais Cr$ 400,00 de gratificação, mas a maioria das vezes o que acontece é o salário ser rebaixado por toda espécie de descontos estabelecidos pelos regulamentos internos das empresas. Trabalha diariamente das 15:50 horas às 01:05 do dia seguinte. Dorme, alternando na garagem e em casa, até às 6:15 quando pega o volante novamente até fechar o turno às 15:50. E o esquema recomeça. Ao todo, são cerca de dezoito horas de trabalho todos os dias.

E a situação de José Soares não é excepcional: na verdade, a jornada de trabalho de oito horas não passa de uma balela para o conjunto dos motoristas. Nas Viações Circular, Alterosa e Vera Cruz, por exemplo, 50 por cento do pessoal dobra o turno, pegando direto no batente das 4:30 às 20:00 horas. Assim acontece também na Viação Real, onde é praxe o motorista trabalhar diretamente das 6:00 às 20:00 horas. Não há nem tempo para almoço, restando o recurso às marmitas frias e aos sanduíches, comidos às pressas.

O direito à folga no sétimo dia também não é respeitado: o trabalho continua aos sábados, domingos e feriados. Embora nos cartões de ponto, as empresas marquem folga, se os motoristas faltam ao serviço, têm o dia descontado e uma multa estipulada pelos regulamentos internos das empresas. Há ainda o jogo da rotatividade, praticado pelas empresas como forma de aviltar ainda mais o salário. Um outro motorista também despedido por participar na mobilização, de 52 anos, diz ter passado por mais de 15 empresas desde 1961, começou a trabalhar como motorista.

Os trocadores contratados pelas empresas são crianças, em sua grande maioria, alguns de até 12 anos de idade. Apesar da idade, o peso da exploração os atinge igualmente: tendo que perfazer jornadas de trabalho semelhantes às dos motoristas, recebem, quando muito o salário mínimo. "Trocador para a empresa não tem valor, afirma um motorista. Eu mesmo vi o dono da Viação Zurick dizer a um menino que reclamou os seus direitos: "se você quizer ir embora, pode sair. Em qualquer bosta de boi que você virar, você acha um trocador por baixo".

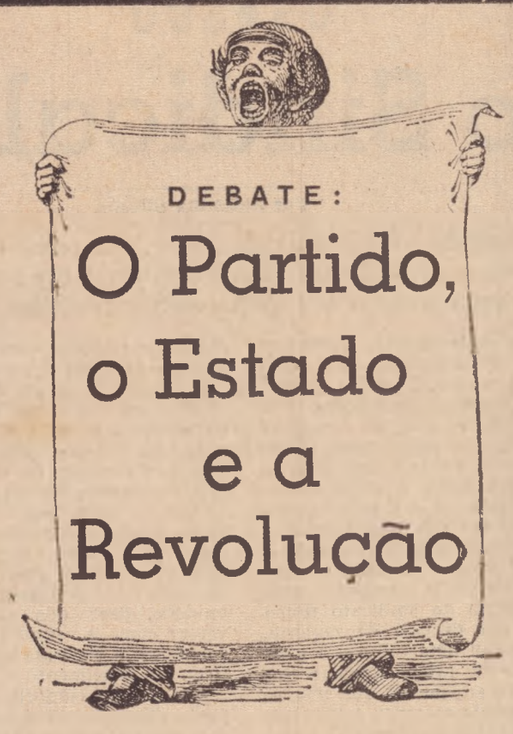
Transportar pessoas é um bom negócio para as 78 empresas que atendem às 144 linhas regulares e 40 ramificações existentes. Calcula-se que uma linha mais frequentada tem, em média, um faturamento diário de Cr$ 5.000,00 por cada veículo, o que dá uma receita mensal de Cr$ 150.000,00. Já o gasto mensal com cada veículo, incluindo salário de dois motorista e de dois trocadores, gastos com manutenção e despesas com combustíveis, dificilmente chega à Cr$ 75.000,00, isto é, à metade do faturamento. E existem empresas, como a Barreiro, que possuem cerca de 400 carros em sua garagem.

Já para os 67 por cento da população metropolitana de Belo Horizonte que tem no transporte coletivo a única opção para se deslocar através da cidade (segundo dados da Superintendência Municipal de Transportes), este certamente não é um bom negócio. Onibus sujos e mal conservados, atrasos constantes, filas enormes, carros superlotados: este é o quadro cotidiano enfrentado pela população, principalmente aquela parcela que mora nos bairros periféricos da capital.

Não é de se espantar que isso ocorra. De um lado, através do sistema de concessão, empresas contam com o monopólio da exploração da linha contratualmente garantido por anos. Sem enfrentar qualquer concorrência, livres de uma fiscalização mais rigorosa por parte do Estado, as empresas descuidam da qualidade do serviço fornecido, procurando ainda fazer todo tipo de economia, o que acaba afetando o conforto, a frequência e a segurança dos coletivos. Acresce-se a esta situação o preço das passagens — mais caras justamente para os bairros de periferia onde as distâncias são maiores — estipuladas segundo o critério da garantia de lucratividade, impondo gastos de até um terço do salário mínimo para a família trabalhadora (segundo pesquisas da mesma Superintência).

Essa situação motivou, principalmente no ano de 1977, uma série de revoltas dos populares, ocasionando quebra-quebra de ônibus e violentos choques com a polícia. Como essa forma de ação direta só encontrava respostas de pouca duração na melhoria da qualidade do transporte, novas formas de luta, menos espontâneas e mais organizadoras, apareceram: Comissão de fiscalização de moradores, comissões de inter-bairros chegando a abarcar representantes de 23 localidades, e até mesmo greve (utilizada pelos moradores de Sabará em luta contra a Empresa Nossa Senhora da Conceição).

E a reivindicação de aumento de salários para os motoristas e trocadores tem aparecido com muita frequência em abaixo-assinados e manifestos de moradores de bairros da periferia, selando a unidade na luta contra os empresários do transporte coletivo.



O leninismo em questão

A História prega suas peças

Prosseguindo o debate iniciado no EM TEMPO n.º 69 com a publicação da entrevista de Ernest Mandel, transcrevemos trechos do artigo "Democracia e Ditadura em Lênin e Kautsky", de Fernando Claudin, publicada na "New Left Review" de novembro-dezembro de 1977. Claudin, ex-dirigente do PC espanhol, excluído depois de um processo de luta interna, é autor de uma das obras básicas para a compreensão atual dos problemas do socialismo: "A crise do movimento comunista". Neste artigo onde analisa a polêmica que opôs Karl Kautsky, na época conhecido como "o papa do marxismo", a Lênin, o líder da primeira revolução socialista, Claudin expõe seu argumento básico: a estratégia parlamentarista defendida por Kautsky para chegar ao socialismo fracassou, e foi responsável por grandes derrotas e tragédias para a classe operária e para o povo. Mas o caminho leninista também mostrou seus problemas, já que a própria revolução russa sofreu uma degeneração. Segundo Claudin, trata-se hoje de recuperar a memória histórica, e de buscar uma nova prática, para que a classe operária possa superar os impasses do socialismo e a humanidade resolva o dilema entre o socialismo e a barbárie.

Como G.D.H. Cole disse corretamente na sua "História do pensamento socialista". depois da Revolução Russa Kautsky tornou-se o "principal antagonista teórico do bolchevismo". "A Ditadura do Proletariado", publicado em setembro de 1918, e "Terrorismo e Comunismo", que apareceu um ano depois, são os dois textos básicos do assalto de Kautsky ao bolchevismo (...)

Os bolcheviques devolveram este assalto bala por bala. Embora ainda convalescendo do ataque de 30 de agosto de 1918, que quase lhe custou a vida, Lenin respondeu o primeiro destes textos com "A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky". Trostky assumiu a tarefa de responder ao segundo, com um trabalho publicado na primavera de 1920 levando o mesmo título da obra de Kautsky: "Terrorismo e Comunismo", escrito no famoso trem blindado que Trotsky usava para visitar o front na guerra civil. O fato de que os dois principais líderes bolcheviques tenham tido de utilizar seu tempo — no meio de todos os encargos urgentes que os apremiavam — para retrucar tão rapidamente às críticas de Kautsky é um índice da importância das questões em disputa.(...).

Foi a principal autoridade marxista que atacou a crença bolchevique de que sua revolução era socialista e suas idéias e ações uma fiel expressão do marxismo. Não — Kautsky disse aos bolcheviques em um tom bastante partenalista e superior — a revolução de vocês tem uma base camponesa e só pode ser burguesa; tentar levá-la adiante e fazê-lo é puro blanquismo e aventureirismo que não tem nada que ver com o marxismo. O protelariado não pode de fato tomar o poder de ser a maioria da população e respeitando o sufrágio universal e a legalidade democrática. Todas as outras vias necessariamente conduzem à guerra civil, à ditadura de um partido ou de um Bonaparte. Vocês se enfiaram em um beco sem saída. Para sair dele só podem confiar na revolução européia. E não digam que o proletariado europeu deixou vocês no desamparo e os traiu; vocês são os únicos que saíram dos trilhos.(...).

O que era mais sério para Lenin não era a repercussão do ataque de Kautsky na Rússia — lá as linhas de batalha já estavam traçadas claramente, mas seu efeito no socialismo alemão. "A Revolução Russa", Lenin disse no seu discurso de 23 de julho, repetindo o que vinha dizendo regularmente desde a revolução de fevereiro, era "apenas um dos contingentes do exército internacional socialista; o que podia fazer inclinar decisivamente a correlação de forças em favor da revolução mundial era a Alemanha. O maior perigo da posição de Kaustsky era que pesava significativamente no outro lado da balança. No seu estudo sobre a revolução alemã, Pierre Broué está certo ao enfatizar que "A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky" foi escrito tendo principalmente os revolucionários alemães em mente. Além diso, nesta época Lenin pensava que a revolução alemã era iminente e que não havia tempo a perder em clarear as questões levantadas. (...).

A social-democracia e a tragédia do nazismo

As predições de Lênin sobre a iminência da revolução alemã foram confirmadas em poucos dias, antes de que ele acabasse seu trabalho sobre Kautsky. Ele decidiu concluí-lo com estas expressivas palavras e data: "As linhas acima foram escritas no dia 9 de novembro de 1918. Na mesma noite recebemos notícias da Alemanha que anunciavam o começo de uma revolução vitoriosa, em primeiro lugar em Kiel e outras cidades e portos nortistas, onde o poder passou às mãos do Conselho (ou Soviete) de Deputados Operários e Soldados, e em seguida em Berlim, onde, também, o poder passou às mãos de um Conselho. A conclusão que ainda devia ser escrita para seu panfleto sobre Kautsky e a revolução proletária tornou-se supérflua. 10 de novembro de 1918." Logo, para Lênin, o ponto chave na discussão com Kautsky foi resolvido pela prática. E este ponto chave — como uma leitura atenta do livro de Kautsky confirma — era se a Revolução Russa significava ou não o prelúdio da revolução proletária mundial.(...).

A predileção de Lênin não se materializou. Esquematicamente, podemos dizer que a grande maioria do proletariado europeu e em particular o alemão, seguia a tática de Kautsky, e não a de Lênin: estrita subordinação do movimento operário à estrutura e mecanismos da democracia burguesa, progresso gradual através de reformas sociais e políticas, etc. Em resumo, ele seguia o mesmo caminho que, quarenta anos depois, veio a ser chamado a via democrática, parlamentar e pacífica para o socialismo. (...).

Em um certo sentido, este caminho teve o seu primeiro teste no desenvolvimento do movimento operário e dos partidos socialistas (particularmente o alemão) antes de 1914. Isto culminou na renúncia da revolução no momento mesmo em que a primeira grande crise imperialista — a guerra e suas terríveis consequências — objetivamente pôs a revolução na ordem do dia. O resultado imediato foi que o movimento operário, conduzido pela social-democracia, jogou um papel central na reconstrução do capitalismo europeu e no isolamento da Revolução Russa. E' certo que em alguma medida o proletariado internacional protegeu a Revolução Russa contra a intervenção imperialista, e desta forma contribuiu para a sua sobrevivência. Mas as condições desta sobrevivência foram tais que na realidade não asseguraram o desenvolvimento na direção do socialismo, mas influiram decisivamente na degeneração stalinista.

O segundo grande teste da sedutora estratégia kautskiana foi a política da social democracia alemã na República de Weimer. Foi um ponto de partida ideal. E' difícil imaginar uma república mais democrática. O resultado é bem conhecido. Em outro lugar já analisamos a responsabilidade do Partido Comunista Alemão e da Internacional Comunista na ascensão de Hitler; entretanto, como também já dissemos, é inegável que a maior responsabilidade histórica cabe à social-democracia. A via que Kautsky teorizava em 1918 como a mais segura e a menos trágica para a conquista do poder político e a construção do socialismo levou através da mais vergonhosa traição na história do movimento operário mundial, à barbárie do fascismo e da segunda guerra mundial.

Outras variantes da via kautskiana foram a política dos socialistas espanhóis na Segunda República, que levaram à mais sangrenta guerra civil na história da Espanha e à mais dura derrota do protelariado; e a política dos socialistas franceses no período da Frente Popular, que conduziu a Munich, à Segunda Guerra Mundial e o colapso da França.

A acomodação ao sistema vigente

Depois da Segunda Guerra Mundial, a social-democracia passou do bernsteinismo (reformismo) encoberto de Kautsky para um bernsteinismo aberto; da renúncia prática da revolução, escondida sob fórmulas marxistas, para a rejeição aberta da revolução e do marxismo como base teórica. Paralelamente, o movimento comunista internacional que sucedeu à Internacional Comunista começou a adotar a estratégia kautskiana, no período da participação governamental que se seguiu à queda da Alemanha de Hitler. Depois do parênteses da guerra fria, e especialmente depois do XX Congresso do PC da URSS, kautskianismo — a via parlamentar-democrática e pacífica para o socialismo — tornou-se de fato (sem ser reconhecida abertamente) a linha geral do movimento comunista nos países capitalistas desenvolvidos (como também em alguns não desenvolvidos). Para completar esta breve recapitulação, devemos acrescentar que em nenhum dos países onde os partidos socialistas chegaram ao governo democraticamente e se acomodaram ao sistema democrático existente, houve a transformação do capitalismo no socialismo. Devemos também acrescentar que a virada encoberta dos PCs europeus para o kautskianismo tampouco produziu resultados positivos. (...) No período 1945/47, sua política contribuiu numa medida nada pequena — com a colaboração dos socialistas — para a rápida recuperação da Europa capitalista. (...) Devemos mencionar, finalmente, o mais recente resultado, num período de aguda luta de classes, desse respeito fetichista pelos canais e mecanismos da democracia burguesa que Kautsky recomendava 55 anos atrás como o mais seguro e o menos trágico: a tragédia chilena. Para resumir: no curso de três quartos de século, a via kautskiana não realizou o socialismo em lugar nenhum, e em muitos casos levou a catástrofes para a classe operária e o povo. (...).

Este breve balanço revela algo da verdade e permanência da crítica leninista de fetichização kautskiana da democracia. (...) A análise de Lênin demonstrou como Kautsky caiu nesta fetichização: a manipulação do conceito de "democracia" além de qualquer conteúdo de classe. (...) A "democracia" kautskiana é uma estrutura neutra, um arcabouço ideal para o desenvolvimento do capitalismo e do movimento operário. O peculiar neste curso paralelo e harmonioso é que o movimento operário sempre leva vantagem, pela simples razão de que a regra de ouro da democracia é o governo da maioria. Chega-se a isso — pelo não menos simples exercício do sufrágio universal. E como o desenvolvimento do capitalismo inevitável implica na proletarização da maioria da população então a hora do domínio do proletariado no poder chega com a mesma inevitabilidade. Uma vez atingida, o sistema democrático construído sob o capitalismo serve ao proletariado como o melhor instrumento para a construção do socialismo. (...).

Foi fácil para Lênin demonstrar a contraposição desta visão com a teoria marxista e com a realidade.

Na "Revolução Proletária e o Renegado Kautsky", Lênin deliberadamente concentrou sua análise da democracia burguesa na denúncia dos traços e aspectos que funcionam mais claramente como mecanismo político, militar e ideológico para a denominação da burguesia e de outras classes. (...). Lênin não esqueceu que o proletariado deve usar a democracia burguesa na sua luta: mas este problema aparece sobretudo nas obras anteriores a 1917, e de novo depois de 1919 quando a revolução européia começa a murchar. (...).

A burguesia rompe a legalidade

Em resumo, a posição de Lênin sobre a relação entre democracia e luta de classes sob o capitalismo é complexa e dialética, como suas posições, em todos os problemas políticos. Ele considerou que a relação deve ser considerada concretamente em cada caso. (...).

Não é a mesma em um período "normal" e num período de crise e revolução. No debate com Kautsky, Lênin não rejeita o papel positivo do arcabouço democrático para o processo de organização, unidade e amadurecimento da consciência do proletariado. Como diz respeito a uma classe de milhões, o proletariado, e não a pequenos grupos, este processo não pode se desenvolver na total clandestinidade e ilegalidade de um regime sem liberdades democráticas. O que Lênin rejeita é a caracterização unilateral de Kautsky deste arcabouço, sem denunciar constantemente suas limitações e lutar para superá-las, o que leva a desligá-la de qualquer conteúdo de classe e da situação concreta da luta de classes. Como disse, ele rejeita a "democracia pura". A objeção básica de Lênin é que sem ir além deste arcabouço, sem denunciar constantemente suas limitações e lutar para superá-las, e sem romper definitivamente com esta estrutura, o proletariado não pode se transformar na classe dominante.

Em primeiro lugar, se o proletariado não engaja esta luta e se subordina a estrutura da democracia burguesa, deixa o aspecto burguês desta estrutura operar livremente. Então ele pode disciplinar e integrar o proletariado, modelá-lo ideológicamente. Quando o sistema entra em crise, o proletariado não está preparado para a revolução, mas para o restabelecimento do processo "normal" em aliança com a burguesia. Em segundo lugar, precisamente porque o proletariado pode avançar no processo de sua formação como força revolucionária sob a democracia burguesa, a ruptura com o arcabouço democrático burguês é inevitável. Quando vê seus interesses fundamentais ameaçados, a burguesia não hesita em recorrer a "grandes medidas" (exército, polícia, provocações, demagogia, etc.). (...).

Apesar dessas afirmações, e de diversas outras que nós poderíamos acrescentar sobre a necessidade da democracia burguesa para a plena expansão do movimento operário sob o capitalismo, é pelo menos possível que o líder da Revolução Russa não tenha compreendido o pleno significado de um dos aspectos essenciais da relação entre o movimento operário e a democracia nos países capitalistas da Europa Ocidental. (...) Nós estamos nos referindo às profundas raízes do movimento operário ocidental nesta democracia, que embora burguesa, não deixa de ser uma conquista do movimento da classe operária. (...) A necessidade da democracia como o mais favorável arcabouço para a luta de classes operária sob o capitalismo, que Lênin salientou aos revolucionários russos antes de 1917 e aos grupos esquerdistas na Internacional Comunista desde 1920, era (e é) uma necessidade que é perfeitamente entendida pelas grandes massas do proletariado ocidental. Mesmo meio século atrás, era uma segunda natureza do proletariado (...)

A nova democracia dos conselhos operários

Democracia burguesa no século XX não é nem inerente às necessidades do desenvolvimento capitalista, nem uma simples conquista da burguesia na sua luta contra o feudalismo. E' uma medida considerável, senão decisiva, um produto da luta de classes entre o proletariado e a burguesia — a expressão em cada momento da correlação de forças nesta luta. Neste sentido, não é limitada a uma forma de Estado — embora o Estado seja a coisa principal — mas inclui as várias formas de organização do movimento operário e dos outros setores oprimidos da sociedade em uma espécie de coexistência antagônica. Talvez este aspecto não apareça com suficiente clareza em Lênin. E algumas vezes ele manipula o conceito de "democracia burguesa" abstratamente demais contra a manipulação abstrata da "democracia pura" por Kautsky. Nós observamos em outro lugar que a insuficiente percepção deste aspecto da relação entre o movimento operário e a democracia burguesa na Europa Ocidental podia explicar o excessivo otimismo com o qual Lênin enxergava o proletariado europeu rompendo com seus líderes "traidores" e seguindo a "tática bolchevique". O reestabelecimento da democracia, praticamente liquidado nos anos de guerra, com características relativamente radicais — abolição da monarquia e instituição da República, certas reformas sociais, etc. — era um objetivo sumamente atraente para o proletariado alemão. Alguma coisa similar, dependendo de contradições precisas, aconteceu nos outros países beligerantes do capitalismo avançado. Uma estratégia de aprofundar a revolução em direção ao socialismo devia partir deste fato básico — a experiência concreta e consequentemente a formação política e ideológica do proletariado ocidental. Na realidade, o movimento demonstrou rapidamente que o bolchevismo não podia de todo servir como modelo tático.

Do outro lado estava a forma soviética de organização que foi uma criação espontânea do proletariado russo em condições de uma crise revolucionária, em primeiro lugar em 1905 e mais tarde em 1917. Ela dava corpo ao momento econômico e político da luta de classes, seus objetivos imediatos e sua tendência a se transformar na classe dominante. Essa criação espontânea do proletariado russo foi adotada e transformada pelos operários do ocidente em todos os países nos quais a crise provocada pela guerra desaguou numa revolução ou numa situação revolucionária (embora a prática tenha demonstrado que a existência da forma soviética por si só não garante um resultado da luta favorável ao proletariado). Deste modo havia nascido um novo tipo de democracia.

O impacto dos sovietes no proletariado ocidental refletiu-se na própria obra de Kautsky, que pagou tributo à "grande e gloriosa história da organização soviética". (...) Mas ao mesmo tempo Kautsky se declarou contrário à transformação dos sovietes no poder de Estado, e não caracterizou o sistema nascido da revolução de outubro como ditadura do proletariado. (...).

A questão em jogo é a revolução

Para Lênin, o que estava realmente em jogo na discussão com Kautsky era o problema da revolução. Era essencial saber se a revolução estava na ordem do dia para a Europa e o mundo em 1918 ou não: se a revolução, dadas as condições concretas das quais emergiu, podia avançar e vencer por outros meios que não a confrontação violenta: se o regime, a ditadura do proletariado, saída da revolução, podia reprimir as tentativas inevitáveis das classes derrotadas para recuperar seu paraíso perdido. Só tratando o problema desta maneira, a partir do estado real do movimento, era possível clarear certos aspectos do processo revolucionário global em cada fase concreta da luta de classes. Por exemplo, que espécie de democracia era necessária e quanta? Que espécie de ditadura e quanta? O problema básico era estar ou não ao lado da revolução.

De acordo com Lênin, a chave para a posição de Kautsky era a renúncia à revolução. (...) Bem, o que a renúncia de Kautsky à revolução, que fez com que Lênin brandisse contra ele os epítetos de "renegado" ou mesmo de "traidor" realmente significa? (...).

Todos os marxistas, de Marx e Engels até Lênin e Kautsky, pensaram que a forma da ditadura do proletariado seria a república democrática e parlamentar. As reflexões de Marx sobre a Comuna de Paris não foram desenvolvidas posteriormente; foram esquecidas. Lênin não começou a argumentar em defesa da forma soviética antes do início da revolução de 1917. Não foi a teoria que o levou a esta concepção, mas a nova realidade criada pelo ânimo revolucionário das massas. Ele voltou a Marx e à Comuna de Paris quando foi obrigado a polemizar com a posição tradicional e dar à nova posição uma fundamentação teórica marxista.

Kautsky usou sua concepção parlamentarista e pacifista da revolução de como a revolução socialista devia ser para negar a revolução real na prática; e ele contribuiu para extinguir na Alemanha seu principal foco europeu. Lênin, de outro lado, tomou parte na revolução efetiva, concreta, modificando sua posição teórica anterior de acordo com ela e concentrando o peso total do partido em desenvolvê-la até suas conclusões finais.

Aplicando este método, Lênin modificou e completou sua concepção da ditadura do proletariado, que era tão complexa e dialética quanto sua concepção de democracia. (...) A ditadura do proletariado tem dois aspectos inseparáveis: ditadura para os exploradores e reacionários, democracia para os operários. Na sua polêmica com Kaustky, Lênin justificou a necessidade de cada um desses aspectos. Sua posição com relação ao primeiro é evidentemente correta e convincente: a realidade diária (até o dia de hoje) contradiz agudamente o arcabouço bucólico da luta de classes que sustenta a estratégia kautskiana. No segundo aspecto, contudo é mais questionável se os argumentos de Lênin e afirmações coincidem com a realidade. No seu panfleto contra Kautsky, Lênin descreveu uma democracia proletária que implicava direitos democráticos efetivos para a grande maioria da população, e cujo funcionamento e estruturas permitiam uma intervenção e um controle por parte das massas que seriam impossíveis na mais avançada das democracias burguesas. (...) Mas o problema é saber se esta descrição refletia fielmente a realidade do sistema soviético.

A degeneração do sistema soviético

Quando Lênin escreveu este texto, o partido bolchevique monopolizava e era o único partido completamente legal no país. (...) Ao mesmo tempo da guerra civil — militarização, disciplina férrea, medidas draconianas — tinham limitado o funcionamento dos sovietes. O aparelho dos sovietes — e mais ainda o aparelho do partido — tinha substituído os órgãos eletivos como poder real. Embora a responsabilidade por este processo recaia primariamente sobre as forças contrarevolucionárias, tanto internas como externas, ele constitui o critério principal para avaliarmos o nível efetivo de democracia no sistema soviético desta epoca. (...).

Não podemos entrar aqui na grande questão de porque o sistema soviético original degenerou e qual é a natureza do sistema social que emergiu desta degeneração. (...) Não apenas o debate não terminou, mas está ganhando novo vigor. Não há nenhuma dúvida de que isto ocorre devido a que uma compreensão marxista desta enorme e trágica experiência é de vital importância para qualquer progresso na luta por uma sociedade comunista livre e fraternal. Esta é a única alternativa real para a barbárie tecnológica. (...).

A via kautskiana para o socialismo — parlamentar, democrática e pacífica — conduziu o movimento operário a derrotas e catástrofes, desarmando-o contra o fascismo e a guerra. (...) O regime que Lênin defendeu contra os ataques de Kautsky como primeira encarnação histórica da ditadura do proletariado evoluiu em direção a uma nova sociedade de classes. Parece, então, que a história está pregando uma de suas peças. Ela dá razão a Lênin contra Kautsky e a Kaustky contra Lênin. Mas por detrás deste paradoxo existe uma verdade profunda, uma verdade que todas as revoluções, e períodos entre revoluções, ensina ao proletariado. Não se pode vencer apenas com a democracia, não se pode chegar a ser a classe dominante e avançar para a sociedade sem classes. Mas sem democracia, é possível perder mesmo quando se pensa estar ganhando: das próprias fileiras uma nova classe dominante e exploradora tenderá a emergir. Obviamente, é mais fácil estar consciente desta antinomia que encontrar o método para superá-la na prática. Dependenmos das condições históricas de cada época histórica, de cada conjuntura concreta nacional e internacional. Embora uma nova prática e uma melhor compreensão teórica das novas condições sejam essenciais para chegar à solução, ambas requerem um enriquecimento da memória do movimento operário e uma compreensão dos debates e experiências passados. (...) Os problemas discutidos em 1918 pelos dois maiores representantes das duas principais correntes de inspiração marxista do movimento operário são agora mais relevantes que nunca, uma vez que estamos em uma situação nova, com grandes mudanças em comparação com o meio século passado. Por isso é também uma situação de crise aguda, do conjunto do sistema capitalista, que coloca para as organizações e partidos do movimento operário escolhas históricas, das quais depende em grande medida se o capitalismo vai ser capaz de se recobrar mais uma vez, às custas da exploração e do sofrimento das massas trabalhadoras de todo o mundo, ou se vai ser obrigado a dar caminho para um novo tipo de desenvolvimento social conduzindo ao comunismo.

Nicarágua
A contagem regressiva do tempo da ditadura

Sérgio Ramirez em entrevista exclusiva:

Sérgio Ramirez é um advogado de 37 anos e figura central do governo provisório da Nicarágua. É integrante do Grupo dos Doze, formado por intelectuais, setores do clero e empresários que em 1977 decidiram se transformar num grupo de apoio à Frente Sandinista de Libertação Nacional. Ele concedeu essa entrevista a nosso correspondente na Costa Rica, Miguel Basso, três dias antes da constituição do governo provisório e portanto sem saber que seria um de seus membros.

Comandantes sandinistas da Frente Sul

Como está a situação insurreicional hoje na Nicarágua?

A ofensiva militar dos sandinistas abarca todos os pontos cardeais do país. A Guarda Nacional jamais enfrentou uma situação desse tipo e exatamente porisso não pode agora utilizar a estratégia que utilizou em setembro e que consistiu em reconquistar uma a uma as cidades que haviam sido tomadas: Masaya, Leon, Chinandega e Esteli. Hoje, dificilmente a Guarda Nacional poderia encontrar todos os seus efetivos num só lugar, quando os sandinistas abriram frentes de combate ao norte, ao sul e em todas as principais cidades. Além disso tem o fato da greve geral que é efetiva praticamente em 95 por cento e se extende por todo o país. Para se ter uma idéia, numa cidade como Manágua circulam apenas alguns automóveis, taxis de propriedade de militares e duas linhas de ônibus também de propriedade de militares e que não fazem todo o percurso por medo de aproximar-se dos bairros onde a população está mais radicalizada. O comércio, a indústria e o setor financeiro estão parados. Os bancos que se atrevem a abrir o fazem durante poucas horas por dia porque os empregados, mesmo os que não estão em greve, não vão trabalhar porque não têm como se transportar para os locais de serviço. Além disso não fazem mesmo muita questão de se esforçar. Isto está ocorrendo inclusive a nível dos empregados do Estado. O Instituto Nacional de Seguridad Social, o Banco Nacional e o Banco Central também estão parados.

Qual é a diferença entre essa greve e as greves do ano de 1978?

A diferença mais importante consiste no fato de que a greve atual foi convocada pela Frente Sandinista. A greve de janeiro-fevereiro de 1978 de protesto pelo assassinato do jornalista Chamorro foi uma greve que podemos, até certo ponto, chamar de empresarial, porque a iniciativa partiu do Instituto Nicaraguense de Desenvolvimento que agrupa as empresas. Outra característica daquela greve foi a de que a sua direção estava nas mãos de um Comitê de greve constituido por empresários que entrou em acordo com os sindicatos para deflagrá-la. Já a greve de setembro foi convocada por uma frente política onde o grupo dos Doze teve um papel destacado e recebeu o apoio dos empresários através do Movimento Democrático Nicaraguense (MDN), partido político criado após a experiência de fevereiro quando os empresários em contradição com o regime de Somoza sentiram a necessidade de ter uma expressão política própria. Sua característica mais importante foi a de que a greve manteve estreita relação com a insurreição e contou com o apoio da Frente Sandinista.

Já a greve atual foi convocada pela FSLN logo após a ofensiva guerrilheira no sul do país e desde o início portanto teve respaldo militar. Os diversos grupos políticos a apoiaram mas a sua direção está nas mãos da Frente Sandinista. Não existe um Comitê de Greve, nem político nem empresarial. A greve faz parte da insurreição e só terminará com o término da guerra civil.

Por um governo de unidade nacional

Como se articula a Frente contra a ditadura hoje no país? Qual a diferença entre a Frente Patriótica Nacional e a Frente Ampla Opositora?

A busca de uma unidade mais ampla no combate à ditadura tem sido encabeçada pela Frente Patriótica Nacional. Esta tem sistematicamente proposto a unidade com a FAO (Frente Ampla Opositora que reune a oposição burguesa ao somozismo), a qual tem se mostrado bastante reticente a essas práticas. Inclusive na greve atual, a direção nacional da Frente Ampla não se pronunciou dando apoio a paralisação. Como se sabe, a Frente Patriótica é constituída pelo MPU (Movimento Povo Unido) que por sua vez está formado por 17 organizações de esquerda: estudantis, universitários, profissionais, sindicais e por alguns partidos políticos tais como o grupo dos Doze, o Partido Liberal Independente, o Partido Popular Social Cristão, o sindicato dos jornalistas de Manágua e a Frente Operária de tendência maoista. Ela dá total respaldo à Frente Sandinista de Libertação Nacional que por sua vez identificou-se com o programa elaborado pela FPN e que será aplicado após a queda de Somoza.

O Grupo dos Doze do qual você faz parte não é uma dissidência da FAO?

A FAO originalmente se propunha a ser uma frente anti-somozista. Mas ela foi se desmoronando e se desgastando por causa de sua participação nas conversações de mediação com os EUA que nada mais queria do que impor um somozismo sem Somoza. Nós saímos da FAO para constituir uma nova frente porque rechaçamos essa prática de mediação. Outros partidos também saíram juntos conosco. Nela permaneceram duas frações do Partido Conservador inclusive a fração de Pedro Joaquim Chamorro, uma fração do Partido Socialista da Nicarágua, o Partido Social Cristão e o MDN. Com exceção do Partido Socialista nenhum desses partidos tem respaldo popular. São partidos de direções sem massa. Mas apesar de tudo, apesar inclusive da FAO permanecer com sua tática de mediação, os contatos da Frente Patriótica com ela continuaram e já existem alguns planos elaborados para se chegar a um programa mínimo de governo que deverá ser um governo de unidade nacional. Isso é necessário porque a Nicarágua está acabando. Todo o esforço deve ser voltado para a reconstrução nacional de uma tal maneira que com a queda de Somoza não exista a possibilidade de que o sistema somozista continue. É preciso uma nova Nicarágua, uma Nicarágua diferente, com um programa que seja em benefício da grande maioria que está marginalizada.

Já foram lançadas discussões sobre a forma de governo que se deveria implantar?

Sim. A idéia tanto da FPN quanto da FSLN é a de que o governo deve ser um governo de unidade nacional coletivo, isto é, uma Junta de Governo formada por pessoas representativas de todos os setores que contribuiram efetivamente para a queda da ditadura. Inclusive a FAO o MDN podem ser representados desde que cumpram essa condição prévia. A FSLN não faz questão de se fazer representar diretamente porque se sentiria representado pelo Grupo dos Doze ou pelo MPU que são os organismos políticos mais estreitamente relacionados com os sandinistas. E' nesse sentido que a FPN tem feito gestões junto à FAO para se chegar a um programa comum. Houve propostas e contra-propostas e finalmente a FAO apresentou duas alternativas que eles chamam alternativa A e alternativa B. A primeira foi publicada no Jornal "La Prensa" e é inteiramente inaceitável para a Frente Sandinista. Propõe uma junta de governo pluralista mas onde caiba também a Guarda Nacional e o Partido Liberal desde que eles se ponham contra Somoza, mesmo que seja na última hora. Essa proposta é, em ultima instância a proposta dos EUA. Já a alternativa B, é mais aceitável porque exclui esses dois setores. Ela se aproxima mais da proposta da FSLN. Sobre ela a FSLN adiantou alguns pontos do programa de reconstrução nacional que a FAO teria que aceitar para se chegar a um acordo: o novo governo teria que manter uma política de não-alinhamento no plano internacional; teria que se comprometer a expropriar os bens de Somoza. Estes são calculados em termos de 1.500 milhões de dólares base razoável para o processo de transformação. O governo teria ainda de se comprometer a fazer uma Reforma Agrária a partir das terras de Somoza e que constitui em 23 por cento das melhores terras cultiváveis do país. Nenhum país da América Latina até hoje que se dispôs a fazer uma Reforma Agrária pode contar de início com uma base tão razoável para empreender seu projeto.

Repercussões Internacionais da guerra civil

E como você está vendo a situação internacional em relação à Nicarágua?

No plano internacional temos, em primeiro lugar países que já romperam relações com Somoza: Costa Rica e México. Estes dois países são uma espécie de ponte para a luta do povo nicaraguense e representam uma sanção ao governo genocida de Somoza. Nós desejaríamos que outros países fizessem a mesma coisa, inclusive países europeus que têm relações um pouco simbólicas com Somoza. Muitas vezes são relações que tem poucos interesses comerciais ou de outro tipo e que mantém uma só embaixada num país centro-americano para vários países. Então, bastaria que tais, embaixadores não fossem creditados junto à Somoza, como decentemente a Inglaterra. A Inglaterra tem uma embaixada com sede em El Salvador e que é válida para El Salvador e para a Nicarágua. Então, aproveitando uma mudança de embaixador, o último que se creditou, se creditou somente junto a El Salvador. Isso ocorreu há cerca de três meses. Em Manágua, permaneceu somente um encarregado de negócios. O embaixador não se creditou junto a Nicarágua argumentando que isso era parte de sua política pelos direitos humanos.

Os países do pacto andino — excluindo o Chile naturalmente — Venezuela, Colombia, Equador, Peru e Bolivia firmaram um comunicado conjunto que se bem não rompem suas relações com a Nicarágua, estão alertas com o desenvolvimento da situação e se preocupam com a situação dos direitos humanos. Desejariamos que esses países rompessem coletivamente relações com a Nicarágua. Não necessariamente através da OEA porque cremos que a OEA é um organismo que a qualquer momento pode servir aos interesses dos Estados Unidos. Na OEA a única coisa interessante que ocorreu foi o informe da comissão dos direitos humanos; no demais, pela preponderância que vem tendo os Estados Unidos e os governos militaristas, nos causa muita desconfiança. Seria preferível que os países do pacto andino rompessem as relações indenpendentemente dela.

A nível das centrais operárias mundiais, tanto as que respondem a OIT como a Confederação Mundial dos Trabalhadores (católica, de Bruxelas), da qual faz parte a Confederação do Trabalho da Nicarágua (CTN) anunciaram que vão iniciar um bloqueio e desejariamos que as demais centrais também o fizessem.

A nível dos países da América Central os problemas são a Guatemala e El Salvador, que são países também militaristas e membros do Conselho Centro-Americano de Defesa, um organismo subsidiado pela Junta Interamericana de Defesa, ligado ao Pentágono. Apésar disso tem havido manifestações de solidariedade, com repressões por parte do governo. Em Leon foi capturado pelos sandinistas um coronel do exército guatemalteco, o coronel Castaneda e Castaneda. Os "muchachos" o mantiveram prisioneiro e imediatamente a embaixada da Guatemala se apressou em dizer que este senhor é funcionário da embaixada, que é da missão militar e que andava lá em observação. Mas ao que parece este senhor estava dando assessoramento militar à Guarda Nacional. Em outra oportunidade, a Frente Sandinista anunciou que havia aterrizado em Manágua um avião militar da Força Aérea salvadorenha. O Governo de El Salvador esclareceu que se tratava de um problema mecânico que teria obrigado o avião a ir até a Nicarágua. Em diversos lugares, os "muchachos" denunciaram a presença de soldados guatemaltecos e salvadorenhos. Na ofensiva de setembro foram encontrados muitos soldados sem cédula de identidade ou documentos.

Os Estados Unidos até agora não tomaram nenhuma medida efetiva que pudesse favorecer a queda de Somoza. Não pedimos que nos ajudem, apenas que não ajudem a Somoza.

E' importante que Israel seja impedido de prosseguir vendendo armas, que impeçam que se siga contratando mercenários nos Estados Unidos, que impeçam, por exemplo, que Somoza compre 10 aviões D-23, que são aviões que podem se transformar em aviões de guerra. Os Estados Unidos alegam que a compra a nível privado é legal e que eles não têm nada a fazer nesse caso.

Há três dias no México Somoza agradecia ao governo argentino a ajuda. Do que se trata?

O que acontece é que a Argentina havia suprido Somoza com bombas de gás lacrimogênio, munições e também pistolas. O governo argentino mantém relações bastante estreitas com Somoza. Do Chile não sabemos, por que não produz material, mas a Argentina sim, em várias manifestações públicas fomos dispersados por bombas de gás lacrimogênio feitas na Argentina.

Qual o prazo que vocês imaginam para esse processo que está se desenvolvendo?

Nós acreditamos que o prazo tem que ser curto, cremos que deverá ser de semanas ou de dias, antes contavamos que seriam prazos de meses. Estamos chegando no momento da contagem regressiva do regime de Somoza.

Comandante Zero

Devagar com o andor que o santo é de barro

Caracterizar o governo provisório da Nicarágua como um governo essencialmente burguês é uma simplificação perigosa. Se é certo que uma vitória da insurreição abre um período de definição no qual as frações burguesas procurarão usurpar das massas o poder conquistado e impedir as transformações profundas que elas aspiram, é certo também que as tendências revolucionárias do sandinismo procurarão reforçar as organizações de poder das massas, no sentido contrário.

Por EDER SADER

O centro da luta na Nicarágua deslocou-se para a cidade de Rivas, controlada pela Guarda Nacional. Uma vitória somozista nessa batalha com a eventual queda das guarnições sandinistas em Peñas Blancas, pode significar um corte das linhas rebeldes de abastecimento e o início de uma contra-ofensiva para tentar retomar as cidades liberadas e que já sofrem pesados bombardeios e falta de alimentos, luz, higiene e medicamentos. Já uma vitória sandinista representaria uma desmoralização fatal para os somozistas e um novo ponto de partida para um ataque a Manágua, desde que Masaya, mais ao norte, já está sob controle popular.

O equilíbrio instável

Recorde-se que nesta grande investida de junho as forças rebeldes que vieram pelo norte conseguiram avançar vitoriosas e levar os combates até Manágua. Mas então foram obrigadas a retroceder ante a ausência de apoio do sul, onde a ofensiva sandinista se viu freada, precisamente em Rivas.

As vitórias extraordinárias dos sandinistas, que ocupam Esteli, Matagalpa, Chinandega, Chichigalpa, Leon, Masaya, Peñas Blancas, Sapoa, se deveram em grande parte ao apoio massivo que encontram na população. Mas do ponto de vista dos recursos militares, a superioridade dos homens da Guarda é ainda de 5 para 1, e dos armamentos (particularmente da aviação) ainda lhe permite ações de verdadeiro extermínio indiscriminado para aterrorizar a população ou dizimar zonas liberadas. Foi assim que ao findar junho os sandinistas foram obrigados a frear novamente sua ofensiva em busca de melhores condições.

O prolongamento da guerra produz um enorme desgaste material nos dois campos e torna vital a questão das condições externas de apoio. Um ou outro dos contendores pode entrar em colapso por falta de abastecimento civil e militar.

É certo que o isolamento de Somoza já é tão grande que, mesmo se ele vencer mais esta campanha, não poderá evitar sua substituição. Mas então, no lugar da queda da ditadura (e o que isso significa em termos de liberação de energias populares) teremos um novo alento para os planos americanos de transição negociada que assegure seus interesses no país.

Nessas condições, parece de extrema ligeireza observações acerca da junta provisória e da "política conciliatória" da frente sandinista expressas no artigo de F. Amador e S. Santiago no EM TEMPO da semana passada.

A frente com a oposição burguesa

No auge da ofensiva de junho, quando os combates de Manágua revelaram a impossibilidade de uma decisão militar imediata, os Estados Unidos efetuaram uma ofensiva diplomática para materializarem uma intervenção da OEA que afastasse do poder tanto Somoza quanto os sandinistas. Foi nesse momento que a constituição da junta provisória — reunindo sandinistas e frações burguesas anti-somozistas — logrou inverter a correlação de forças continental, isolar o intervencionismo americano e o "somozismo sem somoza". É claro que tal caminho traz seus riscos mas é uma aberração condená-lo em abstrato sem levar em conta as exigências do combate. Se a alternativa para a junta provisória era a derrota militar sandinista hoje, não há como recusar essa saída. E não há dúvida que a formação desse governo assegurou à insurreição um apoio internacional essencial não só para impedir a intervenção como ainda para cortar o abastecimento a Somoza.

O artigo de Amador e Santiago declara que o MPU (Movimento Povo Unido, frente onde estão organizações civis dos sandinistas e outras forças de esquerda, comunistas e socialistas) é um instrumento de negociação com a burguesia. Cuidado com as simplificações! É verdade que predominam aí tendências reformistas. Mas não se pode minimizar o fato do MPU ser a frente política de apoio à insurreição popular e que essa dinâmica objetiva leva muito além do que qualquer fração burguesa estaria disposta a ir. Não se pode querer analisar as forças apenas pelas suas declarações. E é preciso examinar cada acordo ou frente em seu contexto. Uma coisa, por exemplo, é uma frente com uma fração burguesa para apoiá-la eleitoralmente. Outra coisa radicalmente diferente é uma frente para sustentar uma insurreição popular. E nesse sentido a formação da tendência proletária da F. Sandinista, criticada por Amador e Santiago, me parece irreprochável.

E a afirmação de que o MPU constituiu a Frente Nacional (que daria a base da atual junta) como uma "barreira" entre as massas e o poder, simplesmente ignora as condições concretas da ação. De nada adianta brandir as fórmulas do governo operário e camponês se não se busca os meios de chegar lá.

O caráter do governo provisório

Finalmente, é também uma simplificação caracterizar o governo provisório como "essencialmente burguês". Já na caracterização dos seus 5 integrantes, há uma "forçada de mão". 2. são efetivamente representantes da burguesia anti-somozista (A. Robelo e Violeta Chamorro). Já S. Ramirez ao que parece a figura central — é militante ativo do MPU. Pode-se talvez caracterizá-lo de reformista, mas longe de expressar uma tendencia burguesa e muito mais próximo do movimento popular. Dos 2 outros, que se encontram na frente de batalha, Daniel Ortega é sandinista ("terceirista") e Hassan,do MPU. Não é um governo "essencialmente burguês". Se se dissesse "nacionalista", "pequeno-burguês", "conciliador", "reformista", poderia se aproximar mais. Mas além disso, o fato de estar apoiado numa insurreição popular lhe dá uma característica própria que, ainda que não decida tudo, tem uma importância extraordinária.

É fato que a vitória da insurreição abre um período de definição em que as frações burguesas procurarão contar com as posições obtidas para usurpar das massas o poder conquistado na luta e impedir as transformações profundas que elas aspiram. É fato também que as tendências populistas dos terceristas colaborarão para isso. Mas as tendências revolucionárias do sandinismo, que deverão impulsionar a dinâmica popular — já em marcha com a própria insurreição — não podem pretender evitá-lo furtando-se aos compromissos exigidos pelo próprio enfrentamento. Elas tem que fazê-lo reforçando as organizações de poder das massas e apoiando as transformações sociais e políticas que estão já no desdobramento da luta atual: o desmantelamento do aparelho repressivo, a reforma agrária, as nacionalizações, a extensão das organizações populares.

Sandinistas enterram companheiro

MG-42 Ponto 30

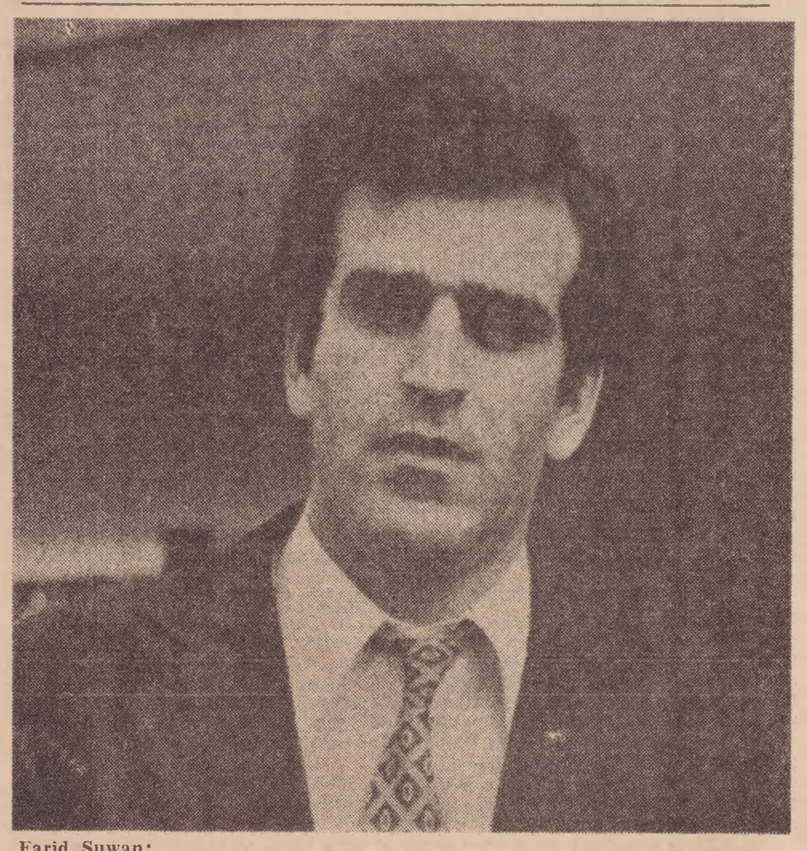
Emboscada perto de El Naranjo

OLP

Não tenho dinheiro nem armas só tenho a História do meu povo

Brasília. Setor Habitacional Individual Sul. Na Sede da Liga Árabe, o escritório da Organização de Libertação da Palestina - OLP. Uma ampla sala, duas mesas, um armário, telefone e duas poltronas. Só. Farid Sawan, 37 anos, porta-voz oficial da OLP, no Brasil, e médico pediatra, que abandonou a profissão para dedicar sua vida à luta do povo palestino, fala ao EM TEMPO. A campanha que publicações da grande imprensa vem fazendo contra a OLP, qualificando-a de terrorista, bando de criminosos que não respeita o país que a reconheceu, em troca de barris de petróleo, faz o entrevistado, portanto, mostrar-se cauteloso. Dois gravadores. Um intérprete palestino. Palavras medidas.

Por Robinson Ayres



Farid Suwan:

— Para começarmos, conte um pouco da história do povo palestino, seu êxodo e sua luta de libertação.

— O sionismo, como movimento político, nasceu oficialmente em 1897, patrocinado por Theodore Herlz, jornalista austríaco de religião judia, ligado à grande direita européia.

Depois de muitos anos de trabalho de Helzl para convencer, em primeiro lugar, aos judeus de que precisavam a todo custo, de uma nação e, em segundo lugar, aos governantes europeus de que os judeus poderiam ser o "bastião da civilização ocidental contra a barbárie", foi realizado o primeiro congresso sionista, na Basiléia (Suíça), em 1897.

Com respeito ao primeiro ponto, Herlz nunca conseguiu o apoio de todas as personalidades religiosas judáicas, muitas das quais opinavam que o judaismo é uma religião de proporções universais e não um mesquinho colonialismo. E, com relação ao segundo, ele só conseguiu vagas promessas. Naturalmente, lhe fazia falta apresentar um projeto concreto. Foi o 1.o congresso sionista que decidiu que a Palestina, por ser a "terra da promissão" do povo judeu e por achar-se sob mandato otomano, era o lugar mais adequado para o estabelecimento do estado de Israel. Herzl pensava que, com a promessa de saldar a dívida externa do Império Otomano, o sultão lhes cederia a Palestina para que a colonizassem.

O fato de que a Palestina já estivesse habitada desde tempos imemoriáveis por um povo autóctone, os palestinos, não teve nenhuma importância para o congresso sionista. Assim, ele foi encerrado com as seguintes resoluções: 1) colonizar a Palestina através da emigração judáica; 2) Potenciar um sentimento nacional judáico através de conceitos religiosos, como o de "povo escolhido"; 3) Criar agências que dirijam os emigrantes judeus para a Palestina e recolham fundos para a compra de terras e a criação de colônias.

Os Sionistas não levaram em conta que a Palestina já era habitada.

Os sionistas preconizavam que tinham direito histórico sobre a Palestina porque haviam vivido ali, faz 2 mil anos, aproximadamente. Pode-se imaginar o que ocorreria se de repente todos os povos reivindicassem um território que dominaram no passado? Pode-se imaginar o que ocorreria se os árabes reivindicassem um "direito histórico" sobre a Espanha, porque viveram em Andaluzia durante 800 anos? o lógico seria que estas pretensões só merecessem risos. Entretanto, os sionistas arvoram um "direito histórico" sobre a Palestina e algumas pessoas tentam, com toda seriedade, que os palestinos aceitem isto.

O anti-semitismo europeu forçou as primeiras emigrações para a Palestina (concretamente, os "progroms" do Tzar Alexandre II). Nós condenamos qualquer forma de discriminação racial e, consequentemente, condenamos o anti-semitismo. Os palestinos são semitas e, nesta medida, o anti-semitismo é também contra nós. Entretanto, o que não podemos admitir é que o anti-semitismo, problema gerado pela civilização ocidental, sirva para provocar perseguições contra o nosso povo.

No princípio do século os palestinos receberam bem os primeiros emigrantes porque se sentiam solidários com eles. Mas os sionistas não desejavam a convivência com os palestinos. Pretendiam simplesmente a implantação judáica, para criar na Palestina um estado religioso judeu. Não podemos aceitar nenhum direito bíblico. Pretender que os palestinos não tenham direito à terra em que moravam desde tempos imemoriáveis e que outras pessoas, só por professarem uma determinada religião, tenham direito à nossa terra, que eles jamais viram, é um crime contra a justiça mais elementar.

Israel foi criada em 1948 por uma resolução da Organização das Nações Unidas — ONU, dominada então pelos Estados Unidos, mas a primeira evidência dos propósitos sionistas aparece em 1917, quando James Balfour, Ministro de Assuntos Exteriores da Inglaterra, apresenta uma declaração ao Lord Rotschild, em que, afirma que o governo britânico vê com simpatia o estabelecimento de um "lar nacional judeu" na Palestina e que encaminhará todos os seus esforços para conseguir este fim.

Esta é a declaração mais estranha da história contemporânea, pois, nela, um governo "presenteia" um país que não lhe pertence a um terceiro grupo de pessoas, que não tem nenhum direito sobre ele.

— De que formas o governo britânico colaborou para a criação de Israel?

O imperialismo Britânico quiz fazer da Palestina um presente para os judeus

O mandato britânico sobre a palestina potenciou a emigração judáica enquanto fechava seus olhos à emigração ilegal e suas transações obscuras e compras fraudulentas de terra.

Já em 1919, os palestinos perceberam as intenções sionistas e a cumplicidade do imperialismo britânico que, em 1929, 1936 e 1947, anos chaves das primeiras resistências palestinas, sufocou as lutas contra o sionismo. Na prática lutavam contra o povo palestino indefeso.

Em 1948, acabou o mandato britânico sobre a Palestina, deixando ali um movimento sionista perfeitamente armado e com o apoio dos EUA e um povo palestino desarmado. O resultado foi a criação de Israel e o êxodo palestino.

— Quais foram os meios que os sionistas utilizaram para expulsar os palestinos?

Desde 1936 foram criados na Palestina bandos armados sionistas com o objetivo concreto de "limpar" a Palestina de seus habitantes "não judeus" (70% da população) e acelerar a saída dos britânicos. Tudo isso, está claro, por meio do terror calculado e executado com precisão.

Meir Har'Zion declara: "Quando usava faca para matar palestino, me sentia mais homem"

Destes bandos, o "Irgun", do terrorista Menahen Begin, e a "Haganah" de Ben Gurion, foram os mais tristemente célebres. Os "heróis" do Irgum, entre muitas outras barbaridades, foram responsáveis pelo massacre de Deir Gassin, aldeia palestina perto de Jerusalém, onde foram assassinadas (a faca) 345 pessoas, a maioria mulheres e crianças. Torturando e mutilando antes de matar. Menahen Begin é diretamente responsável por este massacre. Não havia motivo para justificar a chacina, a não ser, segundo Begin, o "impacto psicológico", que de acordo com Deir Yassin foi um fato decisivo para o êxodo palestino. Em 1965, o jornal "Haaretz" publicou as memórias do terrorista israelita Meir Har'Zion, que descreve com que prazer matava palestinos e que preferia fazê-lo com faca por que assim se sentia mais homem.

Por este método, em 1948, foram expulsos 1 milhão de palestinos, pois Israel ultrapassou amplamente os territórios concedidos pela ONU para a criação do estado sionista e ocupou toda a Palestina, exceto Cisjordânia e a faixa de Gaza.

Desde 1948 até 1965 os Palestinos esperaram, sem resultado, que se aplicassem as resoluções da ONU de 1949 em que se instava Israel a devolver todas as terras ocupadas e a permitir o regressso de seus habitantes. Em 1965 os palestinos decidiram levantar-se em armas, como no movimento de libertação nacional. Criaram a Organização para a Libertação da Palestina — OLP.

— O que é a OLP? Quem a integra e como são tomadas as suas decisões?

A OLP é uma plataforma unitária de todo o povo palestino. A OLP não é um partido político. Na OLP estão sete grupos guerrilheiros, além de 193 sindicatos estudantis, 13 sindicatos operários, sindicatos de médicos, de advogados, jornalistas etc. e também a União Geral das Mulheres Palestinas. Existe na OLP um Conselho Nacional, equivalente a um parlamento no exílio, onde todos os grupos palestinos estão representados em forma proporcional ao número de seus filiados. Neste conselho são tomadas as decisões por maioria de votos. Existem também um Comitê Central e um Comitê Executivo, eleitos democraticamente pelo Conselho Nacional.

Só a Justiça Social trará paz para o Oriente Médio

— E Setembro Negro...

Setembro Negro nunca foi uma organização dentro do marco da OLP. Setembro Negro, que atualmente não existe, surgiu como consequência da matança de setembro de 1970, na Jordânia, onde 24 mil palestinos foram massacrados. Alguns palestinos que perderam, pela segunda vez tudo o que possuíam, inclusive suas famílias, se organizaram para levar a cabo atos de castigo contra os responsáveis por todas as matanças, desde 1948 até 1970. Isto é, contra Israel e seus interesses, contra os responsáveis pelo massacre, como o Primeiro Ministro Wasfi Tell e contra os assessores americanos do exército jordaniano que foram, na realidade, os cérebros da matança de setembro. Mas Setembro Negro nunca foi uma organização, nunca teve representação na OLP.

— Quais são os principais pontos do programa da OLP?

O povo palestino deve construir em sua pátria um estado laico e democrático onde todas as comunidades convivam em igualdade de direitos e deveres e sem discriminação racial ou religiosa.

— O sionismo conseguiu uma uniformidade ideológica em Israel?

— Não existe uniformidade ideológica dentro de Israel. Há ali muitos judeus anti-sionistas que lutam lado a lado com o povo palestino, pois compreendem que só a justiça social trará a paz no Oriente Médio.

Vou nomear, somente, Uri David, pertencente à Liga Israelita pelos Direitos Humanos de quem procede a famosa frase "o sionismo foi uma armadilha para os judeus e uma tragédia para os palestinos".

Existem, também, partidos políticos que colaboram com os palestinos e denunciam a política de Israel.

— Como a OLP compreendeu e participou da guerra de 1967?

— Há muito tempo Israel está tentando ocultar a verdadeira natureza do conflito no Oriente Médio. Tenta apresentá-lo como um conflito de fronteiras entre os países árabes e o estado sionista. Quais são as "fronteiras seguras" de Israel? As de 1948, as de 1967, ou as do futuro? O objetivo de Herzl era construir um estado judáico "do Nilo até o Eufrates" (isto está inscrito, até hoje, no Knesset- — Parlamento Israelense), englobando parte do Egito, Palestina, Jordânia, Líbano, Síria e parte do Iraque.

Em 1948, 1956 e 1967 Israel levou a cabo guerras de expansão, ocupando os últimos pedaços que restavam da Palestina. Os palestinos começaram a luta em 1965, dois anos antes da guerra dos seis dias, mas esta guerra conscientizou ainda mais os palestinos, fez com que vissem claramente quais eram as ambições de Israel e qual era o papel dos EUA neste problema.

A resistência popular é o único caminho para se enfrentar um opressor poderoso

A partir de 1967, da guerra dos seis dias, o povo palestino ficou convencido de que a única forma de resistência possível contra o sionismo é a luta popular. Quando existe um opressor poderoso é inútil pensar que se pode enfrentá-lo em guerras convencionais. A única forma possível é a resistência popular, a guerrilha.

Todos os povos que lutaram contra o imperialismo saíram vitoriosos a longo prazo. O espírito de resistência do povo nunca é destruído. Não faltam exemplos: Vietnam, Cambodja, Argélia e Nicarágua, no momento atual.

— A partir de 1967, qual tem sido a relação dos governos árabes com as organizações da resistência palestina? Como tem apoiado ou reprimido?

Formamos parte do movimento de libertação nacional de todo o mundo. Recebemos o apoio do povo árabe irmão e de todos os povos que lutam por sua libertação no mundo.

Existem relações entre a OLP e alguns países árabes, mas não se pode dizer que sejam relações muito fortes. Os países árabes têm força política, econômica e militar suficiente para se opor à penetração do imperialismo no Oriente Médio, mas não tem posto em marcha toda esta força.

— A desunião e fragilidade manifestadas pelos países árabes no enfrentamento de Israel não foi um fator importante para que os palestinos deixassem de acreditar que sua libertação dependia daquela união e passassem a contar com as próprias forças?

— A OLP dirige o povo palestino em sua luta. Contudo a revolução palestina não pretende que nenhum povo lute em seu lugar. Naturalmente, sempre há colaboração entre a OLP e as forças progressistas e democráticas.

— A formação de uma nova burguesia no Oriente Médio, enriquecida pelo petróleo, não tem levado a uma redefinição das relações dos países árabes, entre si, e deles com Israel e os EUA, no quadro do capitalismo internacional? O acordo de paz Sadat-Beguin não seria uma manifestação desta mudança?

— Com respeito ao chamado plano de paz do presidente Sadat, não é mais que um pacto militar ao serviço dos interesses dos EUA no Oriente Médio. Não se pode falar em plano de paz que custou aos EUA milhões de dólares em aviões, tanques e armamento sofisticado. Este plano não apresenta nenhuma solução para os palestinos.

O que eles chamam "autonomia palestina" não tem nada em comum com as definições internacionais de autonomia. Begin pretende dar autonomia para 1,5 milhão de palestinos que vivem sob ocupação israelense, mas esta autonomia continuará sob governo militar israelense, que seguirá instalando novas colônias e expropriando terras sempre que deseje, já que basta a alegação de que estas colônias são "vitais para a segurança de Israel". Não se faz caso no chamado plano de paz de nenhuma das resoluções da ONU sobre o Oriente Médio. Em 1974, em virtude da resolução 2326, a ONU reconheceu, por esmagadora maioria, a OLP como único representante legítimo do povo palestino, o direito de retorno dos palestinos a seus lares, o direito de autodeterminação do povo palestino e reconheceu, por último, o direito do povo palestino a lutar por seus direitos. Sem aceitação de todos estes direitos não se pode falar em paz no Oriente Médio.

— Em 1970, o Rei Hussein, da Jordânia reprimiu violentamente os palestinos. Também, em 1970, Israel bombardeou acampamentos palestinos no Líbano, não somente com a tolerância mas com a colaboração do governo libanês. Isto não seria um sinal de que os interesses de classe da burguesia prevalecem sobre qualquer questão nacional? Não seria um sinal de que os movimentos de resistência palestinos são, para os governos dos países árabes, mais ameaçadores do que Israel? Estes acontecimentos não levariam a se pensar a questão da Palestina numa perspectiva mais ampla do que a organização de um estado-nação? Numa perspectiva socialista e internacional?

Todos os massacres sofridos pelo povo palestino, tanto os perpetrados por Israel, como os camandados pelos governos árabes, jamais teriam acontecido se os palestinos vivessem em sua pátria, se Israel não houvesse ocupado até o último pedaço de terra da Palestina.

Atualmente a OLP não pode preconizar a luta de classes. Para que exista luta de classes tem que existir um povo, uma terra e um regime político que negue os direitos da classe trabalhadora.

A maioria dos palestinos vive em acampamentos em condições subhumanas e os operários e profissionais trabalham em sua maioria para patrões que não são palestinos. Não pode haver luta de classe enquanto o povo palestino não tiver uma pátria, um Estado.

Quanto ao caráter da luta de libertação da palestina, como já disse não pode ser vista do ponto de vista da luta de classes. Não existem classes sociais palestinas. Mas é natural que existam coincidências na luta dos povos oprimidos e que haja aproximações com os povos que lutam por sua libertação. Somos parte do movimento de libertação mundial.

O que nos interessa é saber quem são os amigos do povo

— Qual a política da OLP frente aos governos árabes conservadores?

— Quem leva uma luta deve levar uma tática e uma estratégia. Deve concretizar quem é o inimigo principal. Devem-se neutralizar os inimigos secundários e atrair os neutros para o seu lado.

— Com relação aos blocos internacionais, qual é a posição da OLP?

—A OLP não se define ao lado de nenhum bloco ou regime. São os blocos ou regimes que devem-se definir com respeito à OLP, devem deifnir se apóiam a luta de libertação nacional do povo palestino ou a rechaçam. O bloco imperialista yanque, há muito tempo, está definido como incondicional aliado do sionismo e do colonialismo. O bloco socialista e os países não alinhados estão definidos a favor da luta dos palestinos. Não entramos nem tomamos partido na dialética entre os partidos socialistas do mundo.

— Qual a posição da OLP frente a criação de estado palestino na Cisjordânia e Gaza, ocupadas, que está sendo negociada entre Egito, Israel e Estados Unidos?

— Ninguém tem o direito de falar em nome dos palestinos, a não ser os próprios palestinos, representados pela OLP. Os acordos de Camp David são rechaçados pelos palestinos. Mesmo que concedessem autonomia para 1,5 milhão de palestinos que vivem sob ocupação. Que será dos outros 3 milhões de refugiados palestinos?

— A luta diplomática que a OLP tem desenvolvido não cria compromissos com as nações que a reconhecem e com os países árabes que a apóiam, compromissos que limitam a sua independênica política?

— A OLP é independente dos governos árabes. Leva adiante sua política própria, sua tática e sua estratégia. No entanto, existe coordenação entre a OLP e alguns governos árabes. A atividade política e diplomática da OLP é uma parte importante da luta. A luta não é somente fuzil, existem muitos outros campos em que se deve combater.

O fuzil não é a nossa única arma

— O que você responderia a quem chama a OLP de terrorista?

— É brincadeira de mau gosto, gozação, falar de um povo de 4,5 milhões de pessoas dizendo que são terroristas. O povo não é terrorista. A todo povo que luta por sua libertação chamam de terrorista, mas o imperialismo e o colonialismo são os autênticos terroristas. Os resistentes franceses, que lutaram contra a invasão nazista, e os argelinos que lutaram contra o colonialismo, foram chamados de terroristas.

Ben Gurion declarava em 1949: "conservaremos tudo o que tomamos. Aceleraremos a colonização dos territórios ocupados, e estabeleceremos um estado dinâmico com tendência à expansão. Nunca permitiremos a volta dos refugiados". Menahem Begin, em 1979, declara: "Jamais, jamais permitiremos que se estabeleça um estado palestino em nenhuma parte dos territórios ocupados". Estas pessoas não são os verdadeiros terroristas?

Adolfo Bloch publica matéria paga dizendo que sou terrorista. Israel acusa os movimentos de libertação nacional de África do Sul, Rodésia e Nicarágua de serem terroristas. Israel ajuda e mantém estreitas relações com os regimes opressores dos povos citados, irmãos ideológicos do sionismo. Mas, eu venho aqui só para falar, mostrar a parte da história que os sionistas não contaram. Eu deixei minha profissão porque vi as crianças do meu povo queimadas e destroçadas pelo napalm, morrerem sem que nada se pudesse fazer por elas, enquanto Israel nos chama de terroristas. Eu não tenho dinheiro nem armas, só tenho a história de meu povo.

As principais integrantes da OLP

Por João Machado

Os movimnetos de resistência palestina, que hoje se reúnem na OLP, começaram a tomar a feição atual na década de 60. A própria Organização de Libertação da Palestina — OLP foi fundada em 1964, no Cairo, por iniciativa dos próprios governos árabes, que buscavam desta maneira controlar a resistência Recusando-se a participar, os militantes palestinos deixaram durante muito tempo que a OLP ficasse uma estrutura vazia, e as organizações da resistência viveram à sua margem. A organização mais forte é sem dúvida a Al-Fatah, (A Vitória) cuja data de fundação é geralmente fixada em 1965 (data da primeira ação armada), apesar de suas origens remontarem à década de 50. Outras organizações importantes são a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), a Frente Democrática Popular de Libertação da Palestina (FDPLP), a Al-Saiqa (Força de Impulso).

Em 1969, as diversas organizações palestinas que buscavam unificar-se resolveram fazê-lo no quadro da OLP, que assim assumiu uma estrutura e uma fisionomia inteiramente novas. Inicialmente, a FPLP ficou de fora desta unificação, agregando-se a ela posteriormente. A direção da OLP passou a ser a direção da organização mais forte, Al-Fath, sendo que o líder desta última, Yasser Arafat, tornou-se o presidente da OLP.

A política da Al-Fatah (e, portanto, atualmente, da OLP) resume-se na libertação da Palestina, isto é, na destruição do Estado de Israel e na construção de um Estado leigo democrático, onde judeus muçulmanos e cristãos serão considerados cidadãos, com a condição de que abandonem a ideologia racista, e onde não haja nem opressão racista, nem exploração de um grupo por outro. Sua ideologia, desta forma, é nacionalista, patriótica. No seu livro "Porque lutam os palestinos", Yasser Arafat escreveu: "que representa esquerda ou direita na minha luta pela libertação de minha pátria? Eu quero esta pátria, mesmo que ela seja libertada pelos demônios do inferno. (...) Na futura sociedade palestina haverá lugar para a burguesia patriotica". Coerentemente com esta postura nacionalista, a Al-Fatah e a OLP adotam o princípio da não ingerência nos assuntos dos Estados árabes, mesmo os mais conservadores.

Arafat: Dirigente do Al-Fatah e líder máximo da OLP

A FPLP, liderada por Georges Habache, tem uma posição diferente: oposição aos regimes árabes feudais e reacionários, solidariedade aos governos árabes definidos como progressistas e revolucionários, convicção de que a libertação da Palestina passa necessariamente pela Libertação dos países árabes que aceitam a submissão aos países imperialistas. A FDPLP é uma dissidência da FPLP, adotando uma linha semelhante. A Saiqa teve origem no partido Baath, que está no governo na Síria e no Iraque, tendo grande proximidade com a Síria.